UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MEMÓRIA SOCIAL E PATRIMÔNIO CULTURAL

Tassiane Mélo de Freitas

DE COMPLEXO CARBONÍFERO A MUSEU:
o processo de patrimonialização dos remanescentes do antigo complexo carbonífero de Arroio dos Ratos, Rio Grande do Sul, Brasil (1983 – 1994)

Pelotas
2015

Tassiane Mélo de Freitas

De complexo carbonífero a museu:

o processo de patrimonialização dos remanescentes do antigo complexo carbonífero de Arroio dos Ratos, Rio Grande do Sul, Brasil (1983 – 1994)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural do Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Pelotas, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Memória Social e Patrimônio Cultural.

Orientadora: Profª Drª Maria de Fátima Bento Ribeiro

Pelotas

2015

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

F866d Freitas, Tassiane Mélo de

De complexo carbonífero a museu: o processo de patrimonialização dos remanescentes do antigo complexo carbonífero de Arroio dos Ratos, Rio Grande do Sul, Brasil (1983-1994). / Tassiane de Mélo de Freitas ; Maria de Fátima Bento Ribeiro, orientadora. – Pelotas, 2015.
202 p. : il.

Dissertação (Mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural) – Instituto de Ciências Humanas. Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2015.

1. Patrimônio 2. Patrimonialização, 3. Preservação. 4. Desindustrialização. 5. Museu Estadual do Carvão. I. Ribeiro, Maria de Fátima Bento, orientadora. II. Título.

CDD: 363.69

Catalogação na Fonte: Leda Lopes CRB 10/ 2064

Tassiane Mélo de Freitas

De complexo carbonífero a museu:
o processo de patrimonialização dos remanescentes do antigo complexo carbonífero de Arroio dos Ratos, Rio Grande do Sul, Brasil (1983 – 1994)

Dissertação aprovada, como requisito parcial, para a obtenção do grau de Mestre em Memória Social e Patrimônio Cultural, Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas.

Data da Defesa: 08 de maio de 2015.

Banca examinadora:

_____

Profª Drª Maria de Fátima Bento Ribeiro (Orientadora)
Doutora em História pela Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP

_____

Profª Drª Maria Letícia Mazzucchi Ferreira
Doutora em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS

_____

Profª Drª Ana Lúcia Goelzer Meira
Doutora em Planejamento Urbano e Regional pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS

Dedico ao meu pai, Juarez Bicca de Freitas,
minha primeira fonte de inspiração nesta busca
incessante por compreender o universo da
mineração de carvão e seus vestígios.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pela imensa força e coragem com as quais tem me abençoado até aqui.

Ao meu esposo e companheiro nas lutas em defesa do patrimônio da região carbonífera do Rio Grande do Sul, Alexsandro Witkowski. Seu apoio e carinho foram essenciais nesta jornada.

À orientadora Profª Drª Maria de Fátima Bento Ribeiro pela atenção, paciência e confiança dispensadas.

À Universidade Federal de Pelotas, especificamente ao Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural, pela acolhida e apoio recebido de seu excepcional corpo docente e técnico administrativo.

Aos companheiros do projeto Uma Luz no fim do túnel, em especial aos amigos Benito Schmidt, Clarice Speranza e Felipe Klovan por apoiarem e acreditarem neste projeto.

Aos amigos e companheiros de mestrado: Cleiton Bierhals Decker, Marina Gowert dos Reis e às *hermanas* uruguaias Laura Ibarlucea e Profª Drª Ana Maria Sosa González pelo apoio, troca de ideias, pelas inúmeras conversas patrimoniais e especialmente pela amizade.

A cada membro da comunidade de Arroio dos Ratos que gentilmente colaborou com este trabalho através de seus importantes relatos. Muito obrigada.

À equipe do Museu Estadual do Carvão pela atenção e por disponibilizar as fontes necessárias para a conclusão da dissertação.

Aos colegas da biblioteca do IF Sul Campus Charqueadas e aos que por ela passaram nestes últimos dois anos (Amanda Cordeiro, Anderson Abreu, Cristiane Pereira, Elisabete Kowalski, Fernando Scheid, Jordânia Morales, Pedro Lemes e Thiago Dornelles). Por aguentarem os meus devaneios históricos e patrimoniais!

À Chihiro, pela sua agradável companhia nos momentos de escrita.

[...] A decadência pode ser o maior atrativo de uma criatura. A maior parte da vida humana é passada em decadência. Somente após atingirmos a idade madura, tem início a parte mais fecunda de nossa biografia: lado a lado com os sinais da decomposição física, vão se delineando os sintomas de enriquecimento espiritual. Assim o crepúsculo pode ser tão comovente quanto a manhã.

(Carlos Fernando de Moura Delphim).

RESUMO

FREITAS, Tassiane Mélo de. **De complexo carbonífero a museu**: o processo de patrimonialização dos remanescentes do antigo complexo carbonífero de Arroio dos Ratos, Rio Grande do Sul, Brasil (1983 – 1994). 2015. 202 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural. Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2015.

O objetivo central desta pesquisa é analisar e compreender o processo de patrimonialização de um lugar de trabalho ligado à indústria carbonífera – os remanescentes do antigo complexo carbonífero de Arroio dos Ratos – Rio Grande do Sul, Brasil. Neste local, além das atividades de extração, funcionou a primeira usina termoelétrica brasileira movida a carvão mineral, inaugurada no ano de 1924. Em 1956 a localidade de Arroio dos Ratos assistiu ao retraimento de sua economia baseada na extração do carvão, pós a transferência das atividades de mineração para a cidade de Charqueadas - Rio Grande do Sul. A desindustrialização trouxe ao distrito problemas econômicos e sociais, além das marcas do abandono da atividade mineira, que por anos foi o sustentáculo da região. Assim, os remanescentes do antigo complexo carbonífero estiveram por cerca de trinta anos à mercê tanto da ação humana, que dilapidava a antiga construção tirando-lhe os tijolos e tudo o que poderia ser aproveitado da sua estrutura, quanto do tempo, que se encarregava de oxidar as estruturas metálicas e cobrir com vegetação daninha o espaço outrora dinâmico. Os objetivos específicos desta pesquisa são: observar e analisar a relação da comunidade arroio-ratense com o espaço dos remanescentes, atual Museu Estadual do Carvão; analisar o processo de proteção e musealização à luz dos conceitos de memória, identidade e história e a partir da perspectiva política; compreender o modo pelo qual este bem vem sendo preservado ao longo das três últimas décadas; por fim, ponderar e apontar possibilidades sobre o uso social do patrimônio estudado. Partindo da perspectiva interdisciplinar, este estudo de caso segue a abordagem metodológica qualiquantitativa. A análise e compreensão do processo incluem: pesquisa bibliográfica; observação direta; exame de fontes documentais (processos, jornais, *folders* e fotografias) encontradas basicamente no acervo do Museu Estadual do Carvão; realização de entrevistas com roteiro semiestruturado entre a comunidade arroio-ratense e demais participantes deste processo; análise de respostas ao questionário virtual aplicado na comunidade carbonífera por meio das redes sociais e demais meios eletrônicos.

Palavras-Chave: Desindustrialização. Patrimonialização. Patrimônio. Preservação. Museu Estadual do Carvão.

ABSTRACT

FREITAS, Tassiane Mélo de. **Of coal complex to museum**: the patrimonialization process of remnants of the former coal complex Arroio dos Ratos, Rio Grande do Sul, Brazil (1983-1994). 2015. 202 f. Dissertation (Master) - Graduate Program in Social Memory and Cultural Heritage. Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2015.

The main goal of this research is to analyze and comprehend the patrimonialization process of a place connected to the coal industry – the remains of the old coal complex in Arroio dos Ratos, Rio Grande do Sul, Brasil. There, in addition to the coal extraction activities, worked the first Brazilian power plant fueled by coal, which has opened in 1924. In 1956 Arroio dos Ratos saw the retreat of its economy based in coal extraction, after the transfer of mining activities for the city of Charqueadas, Rio Grande do Sul. Deindustrialization has brought to the district economic and social problems, in addition to the marks of the abandonment of mining activities, which for years has been the mainstay of the region. Thus, the remnants of the old coal complex were for about thirty years at the mercy of the human action, which have been dilapidating the old building by taking away the bricks and all that could be taken advantage of its structure, and of the time, that was responsible for oxidize the metal structures and cover with weed vegetation the space that once was dynamic. The main goals of this research are: observe and analyze the relationship between Arroio dos Ratos community with the remains of the old coal complex, nowadays named State Coal Museum; analyze the patrimonialization and musealization process under the light of the concepts of memory, identity and history and from the political perspective; comprehend how this patrimony has been being preserved during the last three decades; at last, consider and point opportunities on the social use of the studied patrimony. Starting from the interdisciplinary perspective, this case study follows the qualitative-quantitative methodological approach. The analysis and understanding of the process include: bibliographic research; direct observation; examination of documentary sources (processes, newspapers, brochures and photographs) found basically at the State Coal Museum collection; interviews with Arroio dos Ratos community members and other participants in this process, semi-structured script; analysis of the answers of a virtual questionnaire applied to the coalfield community through social networks and other electronic media.

Keywords: Deindustrialization. Patrimonialization. Patrimony. Preservation. State Coal Museum.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Localização da Região Carbonífera do Baixo Jacuí no Estado do Rio Grande do Sul. 26
Figura 2 - Os municípios da Região Carbonífera do Baixo Jacuí. 26
Figura 3 - Medalhão de ferro com a imagem do pioneiro James Johnson. 28
Figura 4 - Ação da Companhia das Minas de Carvão de Pedra de Arroio dos Ratos – 1884. 29
Figura 5 - Situação das minas sob o comando da CEFMSJ – [189-?]. 30
Figura 6 - Mineiros entre lampiões a carbureto e lanternas – [194-?]. 33
Figura 7 - Poço Dona Isabel e habitações ao redor – [188-?]. 38
Figura 8 - Habitação da vila operária – [194-?]. 41
Figura 9 - Padre Otto Erbes (quarto da esquerda para a direita) e fiéis em frente à Igreja São José - Arroio dos Ratos – [194-?]. 43
Figura 10 - Ruínas da antiga usina termoelétrica de Arroio dos Ratos – [198-?]. 46
Figura 11 - Entrada do complexo carbonífero de Arroio dos Ratos – [194-?]. 59
Figura 12 - Imagem das estruturas do Museu Estadual do Carvão (a seta vermelha indica a entrada do complexo) – 2014. 61
Figura 13 - Dignidade das ruínas – 2014. 78
Figura 14 - As “molas da patrimonialização”. 80
Figura 15 - Monumento ao Mineiro – 2009. 84
Figura 16 - Cerimônia religiosa do casamento de L.R.S. em frente às ruínas dos remanescentes – 2013. 92
Figura 17 - *Book* fotográfico de casamento. Ruínas ao fundo – 2013. 93
Figura 18 - Vagões cedidos ao Museu Estadual do Carvão – 1991. 105
Figura 19 - Regiões da ZPR (Zona de Proteção Rigorosa), ZPAR (Zona de Proteção Ambiental Rigorosa) e da ZPAS (Zona de Proteção Ambiental Secundária) descritas na Lei Municipal nº 646/1989. 110
Figura 20 - Processo de restauração da estrutura da antiga usina termoelétrica – parte do antigo complexo carbonífero – [199-?]. 113
Figura 21 - Cerimônia de abertura oficial do Museu Estadual do Carvão. Ao fundo, prédio do antigo almoxarifado – 1991. 118
Figura 22 - Evento festivo em frente às ruínas da antiga usina termoelétrica – [198-?]. 124

Figura 23 - Pórtico de entrada no município de Arroio dos Ratos – [200-?]. 126
Figura 24 - Fôlder alusivo à VII Festa da Melancia – 1992. 127
Figura 25 - Vegetação no complexo do Museu Estadual do Carvão queimada após a utilização de fogos de artifício em evento realizado em 2014. 127
Figura 26 - Fogos de artifício utilizados em evento no complexo do Museu Estadual do Carvão e da área atingida – 2014. 128
Figura 27 - Fôlder de anúncio do evento 10ª Muamba Municipal – 1999.....128
Figura 28 - Fôlder alusivo ao evento Natal no Museu - em sublinhado: “queima de fogos” – 1995. 130
Figura 29 - Grupo de escoteiros Cerro da Raposa realizando atividade de plantio de árvores no espaço do Museu Estadual do Carvão – 2013. 135
Figura 30 - Trabalho da ONG Arquivistas Sem Fronteiras do Brasil (ASF-Brasil) no Arquivo Histórico da Mineração, situado no complexo do Museu Estadual do Carvão – 2015. 139
Figura 31 - Evento “Troca de Saberes” com direção do Museu Estadual do Carvão e representantes da comunidade de Arroio dos Ratos – 2011.....143
Figura 32 - Projeto Uma Luz no Fim do Túnel no Museu Estadual do Carvão – 2012. 145

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Usina - I. 62
Quadro 2 - Laboratório de Análises Químicas e Subprodutos - II. 63
Quadro 3 – Almoxarifado - III. 64
Quadro 4 – Oficinas/Pavilhão - IV. 65
Quadro 5 – Casa Amarela - V. 66
Quadro 6 – Casa da vigilância - VI. 67
Quadro 7 – Frontão - VII. 68
Quadro 8 – Resfriador - VIII. 69
Quadro 9 – Chaminé - IX. 70
Quadro 10 – Galerias das caldeiras - X. 71
Quadro 11 – Carregadora - XI. 72
Quadro 12 – Boca do Poço 1 - XII. 73
Quadro 13 – Lavador de carvão - XIII. 74
Quadro 14 – Depósito - XIV. 75
Quadro 15 – Casa branca dos fundos - XV. 76
Quadro 16 – Pisos e estruturas menores - XVI. 77

LISTA DE SIGLAS

AHM	Arquivo Histórico da Mineração
AMCARS	Associação de Amigos do Museu do Carvão
ASMURC	Associação dos Municípios da Região Carbonífera
CADEM	Consórcio Administrador de Empresas de Mineração
CAEBB	Companhia Auxiliar de Empresas Elétricas Brasileiras
CEC	Conselho Estadual de Cultura
CECRE	Curso de Conservação de Monumentos e Centros Históricos
CEFMSJ	Companhia Estrada de Ferro e Minas de São Jerônimo
CHO-RS	Centro de História Oral do Rio Grande do Sul
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
COPELMI	Companhia de Pesquisas e Lavras Minerais
CPHAE	Coordenadoria do Patrimônio Histórico e Artístico
CRM	Companhia Rio-Grandense de Mineração
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
FAMURS	Federação das Associações dos Municípios do Rio Grande do Sul
FAPA	Faculdade Porto Alegrense
FESTCARBO	Festival Estadual de Teatro Amador da Região Carbonífera
FINEP	Financiadora de Estudos e Projetos
FNPM	Fundação Nacional Pró-Memória
IPHAE-RS	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado - Rio Grande do Sul
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
LIC	Lei de Incentivo à Cultura
PNM	Programa Nacional de Museus
Procergs	Companhia de Processamento de Dados do Estado do Rio Grande do Sul
Pronatec	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
SEDAC/ RS	Secretaria de Estado da Cultura
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SPHAN	Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
ZPAR	Zona de Proteção Ambiental Rigorosa
ZPAS	Zona de Proteção Ambiental Secundária
ZPR	Zona de Proteção Rigorosa

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 14
2 PELOS RASTROS DO CARVÃO: A ORIGEM DE UM PATRIMÔNIO INDUSTRIAL NO RIO GRANDE DO SUL 25
2.1 O Despertar do Carvão no Rio Grande do Sul 25
2.2 A Mineração de Carvão em Arroio dos Ratos: trabalho, comunidade e desindustrialização 30
2.2.1 O Trabalho nas Minas de Carvão 31
2.2.2 A Formação da Comunidade de Trabalho 36
2.2.3 O Processo de Desindustrialização em Arroio dos Ratos 45
2.3 O Ofício do Mineiro: a formação de uma identidade 50
2.4 Os Remanescentes do Complexo Carbonífero de Arroio dos Ratos: um vestígio da indústria do carvão no Brasil 57
2.4.1 Compreendendo a Estrutura do Complexo Carbonífero de Arroio dos Ratos 58
2.4.2 Pensando a ruína 77
3 A PATRIMONIALIZAÇÃO DOS REMANESCENTES DO ANTIGO COMPLEXO CARBONÍFERO DE ARROIO DOS RATOS (1983-1994) 80
3.1 *Hoje vão derrubar a chaminé!* 82
3.2 Os tombamentos sob a perspectiva dos conceitos de memória, identidade e história 90
3.3 Os tombamentos sob a perspectiva política 101
3.3.1 O primeiro processo de tombamento dos remanescentes (1983-1986) 101
3.3.2 O segundo processo de tombamento dos remanescentes (1990-1994) 108
4 ENTRE CAMINHOS E DESCAMINHOS: A PRESERVAÇÃO DOS REMANESCENTES DO ANTIGO COMPLEXO CARBONÍFERO DE ARROIO DOS RATOS 117
4.1 Tornar-se museu 117
4.2 Da patrimonialização à preservação: um longo caminho 122
4.3 O presente e o futuro do patrimônio 142
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS 148
REFERÊNCIAS 151
APÊNDICES 160
ANEXOS 183

1 INTRODUÇÃO

Em março de 1986 foi fundado o Museu Estadual do Carvão. Os remanescentes do antigo complexo carbonífero[1], situado no interior do Rio Grande do Sul, na cidade de Arroio dos Ratos, tornaram-se mais um equipamento cultural no cenário gaúcho. O local que abrigou um segmento da indústria sul rio-grandense, a indústria carbonífera, após trinta anos de encerramento de suas atividades originais passou por dois processos de tombamento: o primeiro efetivado em 1986 e o segundo em 1993.

Em meados da década de 1980, no Rio Grande do Sul, houve a retomada do projeto do Polo Carboquímico do Conde e das pesquisas do então florescente Polo Petroquímico de Triunfo[2]. Tombar um dos símbolos da indústria do carvão, somando este ato ao contexto econômico regional favorável, sugeria novas perspectivas para a região carbonífera e para a cidade de Arroio dos Ratos, cujos habitantes testemunharam a retração e o fim do período áureo das atividades da indústria extrativa mineral.

Aproximar-se deste objeto de estudo, seguiu um curso natural dentro da pesquisa acerca da história da região carbonífera do Rio Grande do Sul, que iniciei em 2004. O primeiro estudo que desenvolvi sobre esta região abordou a fundação do sindicato dos mineiros de carvão da cidade de Butiá[3]. Esta investigação ocorreu no período da graduação em História, entre os anos de 2004 e 2006. Durante este espaço de tempo tive acesso a um grande acervo documental sobre as minas de carvão desta região do sul do país - o acervo do antigo Consórcio Administrador de Empresas de Mineração (CADEM). Esta massa documental que evidencia a história da mineração de carvão no Rio Grande do Sul e de seus trabalhadores esteve por cerca de quinze anos armazenada num antigo engenho de arroz na cidade de Butiá.

O descaso da empresa que gerou esta documentação, representado pela intenção de incinerar o acervo, ou mesmo a falta de políticas públicas que atendessem a esta situação, fomentou um grupo de acadêmicos de diversas

---

[1] A utilização do termo "complexo carbonífero", ao invés de "antiga usina termoelétrica" expressa melhor o espaço estudado, que não abrigou apenas uma usina movida a carvão mineral. Neste antigo local de trabalho também existiu um poço de extração, o Poço 1, ou Poço Fraternidade, além de outras estruturas ligadas ao trabalho minerador como prédios da oficina, almoxarifado, laboratório, escritório, entre outras construções, onde diversas funções eram exercidas.

[2] Informação extraída de Barcellos ([198-?]).

[3] FREITAS, Tassiane Mélo de; WITKOWSKI, Alexsandro. Sobre os homens desta terra: a trajetória de fundação do Sindicato dos Mineiros de Butiá – Rio Grande do Sul. Porto Alegre: ed. autores, 2006.

universidades gaúchas a intervirem, através de um projeto de ação educativa aplicado na região carbonífera - o projeto Uma luz no fim do túnel -.

A atenção ao tema da memória e do patrimônio carbonífero gaúcho fez com que eu me voltasse tanto para a discussão do patrimônio material, representado pelos acervos documentais e pelo patrimônio edificado, quanto para o patrimônio imaterial, que inclui entre tantos aspectos, o ofício tradicional do mineiro do carvão, as formas de sociabilidade desta categoria e às questões relativas à religiosidade. Como forma de abordar este tema, dediquei o trabalho de conclusão do Curso de Especialização em Rio Grande do Sul: história, memória e patrimônio, realizado na Faculdade Porto Alegrense (FAPA), a construir um breve levantamento acerca da situação dos antigos espaços na região carbonífera do Baixo Jacuí ligados à mineração de carvão, avaliando assim as condições de preservação. Constatei, através de instrumento de pesquisa aplicado nos municípios da região carbonífera, a necessidade de ações educativas voltadas ao conhecimento do patrimônio e sua preservação.

Ainda nesta caminhada acadêmica, surgiu a necessidade de investigar o processo de patrimonialização dos remanescentes do antigo complexo carbonífero de Arroio dos Ratos, abordando os dois processos de tombamento e a posterior relação preservacionista da comunidade carbonífera, especialmente arroio-ratense, com este espaço. Levando em consideração esta necessidade, a dissertação discorre sobre o seguinte objeto: a partir da constatação de como se dá a relação comunidade e patrimônio, busca-se conhecer as raízes do processo de tombamento com seus atores e seus conflitos (perspectiva política do processo) e à luz dos conceitos de memória, identidade e história. Investigo assim, quais foram as implicações deste processo na preservação do Museu Estadual do Carvão ao longo de suas quase três décadas de existência. Por fim, busco ponderar e apontar possibilidades sobre o uso social do patrimônio estudado.

Ao contrário das cidades mineiras, cujo surgimento esteve diretamente relacionado à vontade de companhias carboníferas, a gênese de Arroio dos Ratos ocorreu antes mesmo da implantação da indústria carbonífera em seu solo. Arroio dos Ratos não nasceu do carvão, o minério apenas foi responsável pela projeção da cidade, durante um determinado período até que passasse a ser conhecida como o "berço da indústria carbonífera nacional".

Atualmente Arroio dos Ratos é a imagem de uma cidade que passou pelo processo de desindustrialização. Com uma população de cerca de treze mil habitantes[4], a cidade dispõe de atividades econômicas voltadas basicamente ao comércio, silvicultura, agricultura e pecuária. Em relação à mineração de carvão, após o fim do período áureo desta atividade, houve iniciativas que propuseram a retomada das atividades mineiras nos anos 1980, porém elas se concretizaram apenas nos anos 2000, gerando empregos em escala menor em relação às décadas consideradas de "ouro".

Os vestígios do período áureo da mineração de carvão, tanto materiais quanto imateriais, estão presentes no cotidiano da população. São casas, clubes, escolas, hospital[5], religiosidade voltada ao culto à Santa Bárbara, além dos remanescentes do antigo complexo carbonífero, hoje Museu Estadual do Carvão.

Além destes espaços elencados, é possível deparar-se também com locais periféricos onde a degradação ambiental sobressai. Inúmeros buracos que transformaram os solos das cidades mineradoras em verdadeiros “queijos suíços”, aglomerados de rejeitos de carvão e águas impactadas pela atividade mineradora. Como exemplo desta situação, destaca-se a área próxima ao antigo poço de mineração número doze, atualmente um bairro residencial ocupado massivamente por famílias de baixa renda - o bairro São Cristóvão - popularmente conhecido como Vila Doze. Nesta área está localizado um pequeno lago, mais conhecido pela comunidade local como Azulão. Este lago é atrativo para as crianças que vão se banhar nos dias quentes de verão e é também considerado pela comunidade como uma fonte curativa para animais portadores da *escabiose* (sarna).

Esse espaço ambientalmente degradado e de poucas possibilidades de mobilidade social apresenta algumas semelhanças ao que é retratado com maestria em alguns trabalhos cinematográficos. Entre estes, destacam-se os clássicos *Como era verde o meu vale*, de John Ford (1941), *The Molly Maguires*, de Martin Ritt (1970) e *Germinal*, de Claude Berri (1993). Aproximam-se mais deste universo de pesquisa, as produções *Céu de Outubro*, de Joe Johnston (1999) e *Billy Elliot*, de Stephen Daldry (1999). Nestes últimos, apresenta-se a realidade do processo de desindustrialização das regiões mineiras estadunidense e inglesa, ocorrido entre as décadas de 1950 e 1980. Para enfrentar este violento processo, os jovens filhos de

[4] Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2015).
[5] Atualmente o hospital, construído na década de 1940, funciona apenas como Pronto Atendimento.

mineiros rompem o ciclo de continuidade do trabalho nas minas de carvão, lançando-se em busca de novas oportunidades. Em *Céu de Outubro*, o protagonista Homer, um jovem filho de mineiro, transforma sua pesquisa sobre foguetes num projeto que mudaria sua vida.

Em *Billy Elliot*, o jovem Billy segue os caminhos do balé, enquanto seu pai e seu irmão, trabalhadores mineiros, enfrentam uma das mais duras greves inglesas, a dos mineiros de carvão (1984-1985), contra as medidas neoliberais empreendidas pela então ministra Margaret Thatcher, que em pouco tempo resultaram no fechamento de várias minas de carvão ou privatização das mesmas. Esta realidade de revolta e busca por novas perspectivas é aparente em *Billy Elliot*. Num diálogo entre pai e filho, durante uma viagem a Londres, onde Billy realizaria um teste na renomada companhia *The Royal Ballet School*, o jovem pergunta ao pai se este conhecia Londres, o qual responde que não, afinal de contas lá não existiam minas. Billy não hesitou: *"- Será que você só pensa nisso?"*.

Nesta ficção, os novos horizontes são apontados de forma poética. O jovem que poderia ser mais um mineiro de carvão rompeu com este ciclo tornando-se um famoso bailarino. Este romper, além de necessário, tendo em vista que o futuro do carvão estava comprometido, também está repleto de um conteúdo simbólico. A busca por "um lugar ao sol" está inserida tanto na dimensão material quanto imaterial. Material, enquanto busca de outras formas de sustento menos insalubres e com um retorno lucrativo mais interessante. Já a dimensão imaterial remete à quebra de valores conservadores, por vezes incutidos pelas próprias empresas mineradoras, como forma de manter a massa trabalhadora sob um rígido controle social.

Primeiramente o estudo de caso discorre sobre um breve histórico da mineração de carvão no Rio Grande do Sul. Assim, são abordados aspectos sobre a descoberta do carvão em solo rio-grandense e a forma como foi constituída a indústria carbonífera no Brasil com seus entraves e avanços. O segundo capítulo desta dissertação dedica-se, portanto, a apresentar a conjuntura na qual originou-se o patrimônio estudado.

Entre os aspectos a serem salientados destaca-se a análise das transformações sociais e econômicas ocorridas em Arroio dos Ratos durante a instalação da indústria carbonífera e posteriormente com o processo de desindustrialização desta área. Adentra-se assim nas questões relativas ao trabalho

nas minas de carvão, à formação da comunidade de trabalho e por fim sobre as consequências advindas do encerramento das atividades mineradoras naquela localidade.

Considerando a maneira pela qual os grupos e indivíduos fazem frente à perda, busca-se relacionar esta questão com o problema da petrificação da memória e da identidade. Analisando o discurso metamemorial desta comunidade, no que diz respeito às memórias em torno da mineração de carvão, compreende-se de que forma este discurso se apoia sobre a fragmentação das memórias organizadoras e como isto leva a uma possível fossilização da memória e da identidade. Observa-se também que aos poucos esta metamemória que engloba a solidariedade, a masculinidade, o heroísmo, a fé católica, entre outros aspectos, irá cedendo espaço à metamemória de uma geração (a dos filhos) que romperá em muitos momentos com a nostalgia, dando um novo tom, onde se desenham sentimentos contraditórios às lembranças da vida na vila mineira de Arroio dos Ratos e à diáspora, praticamente compulsória, para a então nascente vila de Charqueadas. Estas questões colaboram, posteriormente, na compreensão da relação sujeito – patrimônio.

Encerrando o segundo capítulo, apresentam-se as estruturas dos remanescentes do antigo complexo carbonífero. Tendo em vista que parte destas encontram-se em ruínas, busca-se compreender a maneira como podem ser apresentadas aos indivíduos - uma dupla qualidade -: por um lado repositórios de outros modos de vida, por outro como estímulo à construção imaginada do presente. (FORTUNA, 1995).

Durante o terceiro capítulo torna-se fundamental apresentar brevemente o processo de transformação do complexo carbonífero em ruínas, partindo das narrativas acerca do abandono da companhia mineradora, da explosão de parte do local e da dilapidação gradual causada pelo tempo e pela ação humana. Esta primeira transformação auxilia-nos a compreender parte da complexa relação da comunidade com o patrimônio mineiro, que por um momento o tornou alvo da depredação e por outro o considerou um espaço importante para a história, memória e identidade da região carbonífera e de seus trabalhadores.

Ainda será tratado sobre o processo de patrimonialização buscando compreendê-lo tanto sob o viés dos conceitos de história, memória e identidade, quanto a partir da perspectiva política. Para tanto, tornou-se fundamental averiguar

quais os discursos legitimadores do ato e os agentes envolvidos nos processos de 1986 e 1993. Ainda discorre-se sobre as políticas patrimoniais no Brasil entre as décadas de 1980 e 1990, dirigidas, especialmente, pelos órgãos oficiais (IPHAN e IPHAE/RS). A partir deste capítulo, a força política do patrimônio passa a ser evidenciada.

Partindo do pressuposto de que a forma de condução do processo (com seus atores e seus conflitos) implicará na maneira como o bem será preservado posteriormente, coube assim verificar a situação do Museu Estadual do Carvão em relação à sua gestão e preservação posteriores. O quarto capítulo da dissertação atenta-se para a situação pós-patrimonialização dos remanescentes do antigo complexo carbonífero de Arroio dos Ratos.

Primeiramente, neste capítulo, será abordada a musealização dos remanescentes. Assim apontam-se horizontes para se refletir sobre as potencialidades do patrimônio industrial no processo de desenvolvimento sustentável de territórios que passaram por processos de desindustrialização. Estas devem ser discutidas de forma a apontar alternativas para os usos sociais dos patrimônios, em consonância com as decisões apontadas pelas próprias comunidades implicadas no processo.

Ao longo de sua existência, o Museu Estadual do Carvão passou por problemas relacionados à conservação e gestão. Neste momento serão discutidas as causas e consequências dos problemas constatados pós- patrimonialização em relação à preservação deste exemplar industrial.

Por fim encerra-se o estudo de caso apresentando as propostas que vem sendo implementadas no Museu Estadual do Carvão na atualidade. Estas estão em consonância com a busca por cumprir seu papel de instituição a serviço da sociedade.

Partindo de uma perspectiva interdisciplinar, este estudo de caso segue a abordagem metodológica qualiquantitativa. A análise e compreensão do processo incluem: pesquisa bibliográfica; observação direta; exame de fontes documentais (processos, jornais, *folders* e fotografias) encontradas basicamente no acervo do Museu Estadual do Carvão; realização de entrevistas com roteiro semi-estruturado entre a comunidade arroio-ratense e demais participantes deste processo; análise de respostas ao questionário virtual aplicado na comunidade carbonífera, por meio das redes sociais e demais meios eletrônicos.

Segue abaixo a descrição dos procedimentos técnicos realizados por esta investigação.

A revisão bibliográfica utilizada nesta dissertação tem como objetivo contextualizar a mineração de carvão no Rio Grande do Sul e elucidar os conceitos de história, memória, identidade e patrimônio. As obras de escritores locais são utilizadas, a fim de traçar um panorama geral da realidade social e econômica da cidade de Arroio dos Ratos, entre os anos 1920 e 1950. Destaque para as obras de Sulzbach, (Arroio dos Ratos, berço da indústria carbonífera nacional e Perfil de um Minerador). Também auxiliam na contextualização, as obras de Eugenio Dahne (1893), um relatório publicado aos acionistas da Companhia Estrada de Ferro e Minas de São Jerônimo, e a Monografia de São Jerônimo, de Carlos Alfredo Simch (1961). As teses de Silva (2007) e Speranza (2012) e o trabalho de Klovan (2009) destacam-se na abordagem histórica do segundo capítulo. A primeira versa acerca da organização das empresas mineradoras que se instalaram na região entre 1883 e 1945. Speranza (2012) e Klovan (2009) esclarecem as condições de vida dos trabalhadores mineiros da região do Baixo Jacuí e seus conflitos com os patrões das minas.

Entre as pesquisas que abordam a temática das minas de carvão no Rio Grande do Sul, incluindo aí questões relativas à memória e à identidade mineira, destacam-se ainda as dissertações de mestrado das antropólogas Cornelia Eckert (1985) e Marta Cioccari (2006). O trabalho de Eckert trata-se de uma experiência antropológica, na cidade de Charqueadas, que abordou sobre as condições de vida de mineiros ativos na extração de carvão no subsolo entre os anos de 1983 e 1985. Já Cioccari, numa abordagem recente, buscou, através das representações da comunidade de mineiros de Minas do Leão, desvendar a forma como se constitui sua identidade social baseada no valor-trabalho, na sociabilidade, na afirmação da masculinidade e no sentimento de heroísmo decorrente dos perigos enfrentados numa mina subterrânea desativada em 2002.

A pesquisa de Eckert (1983) destaca-se pelo pioneirismo entre os estudos que envolvem o tema da mineração de carvão no Rio Grande do Sul, tratando mais especificamente o universo do trabalhador mineiro. Já em sua tese, fundamental para os temas da memória e do trabalho, Eckert "[...] busca compreender os processos pelos quais os mineiros de carvão da localidade francesa de La Grand-

Combe experienciam e significam a perda de seu mundo de referência, estando o mesmo ligado ao trabalho nas minas". (SILVEIRA, 2013, p. 462).

Para a análise do processo de construção das memórias em torno da mineração de carvão no Rio Grande do Sul apresenta-se como referência clássica e esclarecedora sobre o conceito de memória a obra A Memória Coletiva, de Maurice Halbwachs (2006). Pretendo ainda discutir os conceitos de memória e identidade a partir da perspectiva trazida por Joël Candau em Memória e Identidade (2011). Seria difícil conceber uma reflexão sem que os dois conceitos fossem trabalhados de forma conjunta. Assim, Candau (2011, p. 10) afirma: “[...] admite-se geralmente que memória e identidade estão indissoluvelmente ligadas”, portanto, “[...] é a memória, faculdade primeira, que alimenta a identidade”. (CANDAU, 2011, p. 16).

Sobre o conceito de patrimônio, Poulot (2009) apresenta definições importantes para as pesquisas que tratam de temas voltados a este conceito. O autor afirma que “[...] a profundidade do patrimônio evoca o que, em primeira análise, poderia ser designado memória da qual ele depende e é a manifestação”. (POULOT, 2009, p. 18). Tendo em vista as políticas patrimoniais como resultado das dinâmicas de lembranças e esquecimentos nas disputas entre grupos sociais, é importante estar atento à existência de memórias sociais calcadas no paradoxo que Paul Ricoeur denomina: “[...] excesso de memória aqui, insuficiência de memória ali [...]”. (RICOEUR, 2007, p. 92).

Observando o patrimônio a partir de uma perspectiva do desenvolvimento local, cabe considerar as contribuições trazidas por Hugues de Varine, especialmente em sua obra As raízes do futuro: o patrimônio a serviço do desenvolvimento local (2012). Esta obra auxilia na finalização das reflexões acerca do processo estudado, apontando perspectivas para este patrimônio, tendo em vista o conceito de subsidiariedade, ou seja, da gestão sendo feita o mais próximo possível dos criadores e dos detentores do patrimônio. (VARINE, 2012). Assim, em relação aos bens: "[...] quanto mais coletivo e representativo eles forem, mais protegidos estarão". (ZANIRATO, 2009, p. 139).

Por fim, a discussão acerca das políticas patrimoniais entre as décadas de 1980 e 1990 será feita a partir da obra de Fonseca (2009) que trata sobre a trajetória

federal de preservação do patrimônio no Brasil, além das publicações do IPHAN[6] e IPHAE/RS[7].

O levantamento e análise das fontes primárias (processos, atas, ofícios, portarias, relatórios, decretos, jornais, *folders* e fotografias) foram essenciais para compreender o processo burocrático de tombamento dos remanescentes do antigo complexo (1985 e 1993) e de criação do Museu Estadual do Carvão (1986).

Entre os registros sobre o processo estudado destacam-se as fontes abaixo listadas:

a) Decreto nº 31.050, de 14 de janeiro de 1983, autorizando o recebimento em doação de imóvel, situado em Arroio dos Ratos, de 2.126,70m² (ruínas da Usina Termoelétrica e Resfriador), destinado à instalação do Museu do Carvão. (RIO GRANDE SO SUL, 1983, p. 4-5);
b) Decreto nº 32.211, de 31 de março de 1986, criando o Museu do Carvão. (RIO GRANDE SO SUL, 1986, p. 2);
c) Portaria nº 01/1986, de 10 de março de 1986, tombamento dos remanescentes da antiga Usina Termoelétrica de Arroio dos Ratos. Data de inscrição no Livro Tombo Histórico: 10/03/1986, nº 34 – "Usina Termoelétrica (Museu Carvão 01)". (RIO GRANDE SO SUL, 1986, p. 20);
d) Portaria nº 14/1993, de 13 de outubro de 1993, tombamento do restante da área onde estão localizados os remanescentes da antiga Usina Termoelétrica de Arroio dos Ratos e Poço 01. Data de inscrição no Livro Tombo Histórico: 16/08/1994, nº 73 – "Restante da área que pertenceu à antiga Usina (Museu Carvão 02)". (RIO GRANDE SO SUL, 1993, p. 32);
e) Lei municipal nº 639/1989 (Arroio dos Ratos/RS), de 18 de abril de 1989 – Decreta o tombamento dos remanescentes históricos da mineração e dá outras providências. (ARROIO DOS RATOS, 1989).
f) Lei municipal nº 646/1989 (Arroio dos Ratos/RS), de 26 de junho de 1989 – Institui normas de proteção para o entorno de área tombada, onde se localiza parte dos remanescentes da antiga Usina Termoelétrica de Arroio dos Ratos – Poço 1 [...] e dá outras providências. (ARROIO DOS RATOS, 1989).

[6] IPHAN (2014).
[7] IPHAE (2014).

Os documentos oficiais listados acima foram um importante ponto de partida para a pesquisa, porém os limites encontrados neste tipo de fontes lançaram-me a campo na coleta de dados que pudessem responder suficientemente ao problema proposto. Assim, acrescenta-se à pesquisa documental, a consulta de *clippings*, *folders*, jornais e fotografias pertencentes ao acervo do Museu Estadual do Carvão. Pude constatar através destas fontes tanto informações complementares quanto elementos que me encaminharam à realização de entrevistas.

Destaco a importância da organização do acervo institucional do Museu Estadual do Carvão que vem sendo realizada desde 2012. O resultado deste trabalho foi fundamental para a localização, separação e análise dos documentos acima elencados. A disponibilização de alguns destes documentos e de fotografias por meio de rede social também auxiliou no processo de investigação.

Também utilizo como fonte, entrevistas realizadas pelo extinto Centro de História Oral do Rio Grande do Sul (CHO - RS), no ano de 2002, durante o projeto Memória Mineira[8]. Estas entrevistas são uma forma de acessar a metamemória entre mineiros aposentados. Ainda foi realizado o levantamento e posteriormente entrevistas com profissionais e com moradores de Arroio dos Ratos que participaram do processo de tombamento dos remanescentes do antigo complexo carbonífero. Desta maneira foi possível também averiguar a questão da apropriação dos espaços relativos à memória do carvão em Arroio dos Ratos e consequentemente o engajamento (ou não) na preservação destes espaços, especialmente, o Museu Estadual do Carvão. Através destas últimas entrevistas e de observação direta acessei aos pareceres acerca da eficácia do novo uso social dado aos remanescentes do antigo complexo carbonífero de Arroio dos Ratos.

Por fim, a construção de um questionário virtual contendo onze questões e dois espaços livres para deixar uma mensagem espontânea e o contato para uma posterior entrevista, foi uma forma objetiva de coletar informações quantitativas e qualitativas acerca do processo de patrimonialização e da relação da comunidade com o patrimônio e suas possíveis atitudes preservacionistas. A divulgação deste questionário também foi feita via redes sociais e por meio de comunicação regional (jornais e rádio).

[8] As fitas cassetes das entrevistas e disquetes contendo os documentos produzidos (levantamentos bibliográficos, questionário, transcrição e texto limpo) foram doadas pelo Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRS) ao acervo do Museu Estadual do Carvão, em 2013.

Dentro dos aspectos apontados e diante da perspectiva e procedimentos elencados espera-se que esta investigação colabore na reflexão sobre os processos de patrimonialização[9] e sobre os usos destinados aos bens patrimoniais, a partir de uma visão democrática e sustentável.

[9] Serão enfocados com mais insistência nesta pesquisa dois elementos parte do conceito maior que é a patrimonialização: o processo de proteção dos remanescentes, representado pelos dois encaminhamentos de tombamento e sua preservação posterior.

2 PELOS RASTROS DO CARVÃO: A ORIGEM DE UM PATRIMÔNIO INDUSTRIAL NO RIO GRANDE DO SUL

O objetivo central deste capítulo é contextualizar os remanescentes do antigo complexo carbonífero de Arroio dos Ratos. Para tanto, descreve-se o surgimento da indústria carbonífera no Rio Grande do Sul, detendo-se especificamente na localidade de Arroio dos Ratos, considerada o berço da indústria carbonífera nacional. Assim, são abordados aspectos sobre a descoberta do carvão de pedra no Estado e o processo oficial de instalação da primeira indústria carbonífera brasileira (1872). Em seguida, os aspectos sociais e econômicos do município de Arroio dos Ratos, após a consolidação da indústria carbonífera, são alvo de análise juntamente com o processo de desindustrialização desta área, ocorrido na década de 1950.

Ainda será considerado o ofício do trabalhador das minas de carvão como construtor de uma identidade a partir da profissão. Para finalizar este capítulo, busca-se refletir acerca da categoria ruína, aplicando ao caso dos remanescentes.

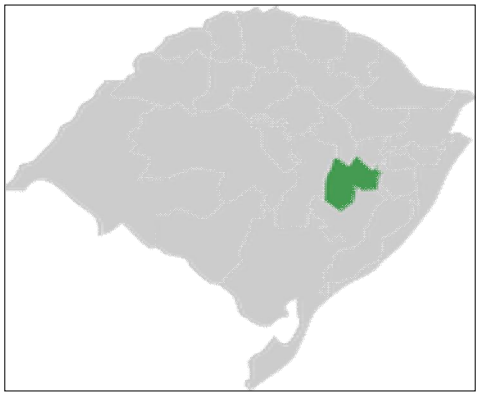
A partir deste capítulo serão conhecidos alguns dos pilares (a memória e a identidade da comunidade arroio-ratense em torno do universo da mineração de carvão no município) que auxiliarão na posterior compreensão da relação desta comunidade com o patrimônio mineiro e a maneira em que se apresenta sua inserção no processo de patrimonialização dos remanescentes do antigo complexo carbonífero.

2.1 O Despertar do Carvão no Rio Grande do Sul

No Rio Grande do Sul, a Microrregião Carbonífera do Baixo Jacuí compreende os municípios de Arroio dos Ratos, Barão do Triunfo, Butiá, Charqueadas, Eldorado do Sul, General Câmara, Minas do Leão, São Jerônimo e Triunfo. “Esta área está compreendida entre os paralelos 29°37’ e 30°38’ de latitude Sul e os meridianos 51°15’ e 51°14’ de longitude Oeste de *Greenwich*”. (HASENACK; GUERRA, 2000, p. 15). Neste território, encontra-se ainda uma subdivisão: a chamada região carbonífera tradicional, formada pelos municípios onde o carvão foi descoberto e que deram origem à exploração do minério em escala industrial.

> A região por suas determinações técnicas é mais ampla do que a relação jazidas-áreas residenciais, incorporando outros locais necessários à extração e à circulação do carvão, como portos de embarque, os estabelecimentos insumidores e as vias que materializam esses fluxos. O termo 'tradicional' é utilizado para localizar o espaço que deu origem à exploração carbonífera no Rio Grande do Sul, desde o século XIX quando foi descoberto e teve início a sua exploração econômica, a partir do 'Curral Alto' nas minas de Arroio dos Ratos e do Butiá. (NEVES; CHAVES, 2000, p.109).

Figura 1 - Localização da Região Carbonífera do Baixo Jacuí no Estado do Rio Grande do Sul.



Fonte: FAMURS (2014).

Figura 2 - Os municípios da Região Carbonífera do Baixo Jacuí.

Fonte: ASMURC (2014).

Conforme Simch (1961), a descoberta do carvão mineral no Rio Grande do Sul ocorreu no final do século XVIII. Um soldado português que vagava pela região deparou-se com o minério e tratou logo de encaminhar a amostra extraída para a maior autoridade da capitania naquele período, Rafael Pinto Bandeira. (SIMCH, 1961). A partir daí, os interesses em torno da exploração do carvão foram

transparecendo através das várias sondagens feitas no solo na tentativa de explorar o mineral[10].

Após a descoberta do minério negro, amostras foram sendo recolhidas e enviadas ao Rio de Janeiro, para serem testadas e verificadas as suas potencialidades. Dahne, em seu breve histórico sobre a mineração de carvão no Rio Grande do Sul, relata que "Já em 1808 a 1811 o Sr. Antonio Xavier Azambuja remeteu para o Rio de Janeiro três saccos de carvão de pedra, achado na sua fazenda do Curral Alto no 5º distrito do município de São Jerônimo". (DAHNE, 1893, p. 6).

A primeira sondagem encaminhada pelo governo durante a presidência do conselheiro Saturnino de Souza e Oliveira (1839 – 1841) julgou ser sem aplicação imediata o carvão encontrado no Curral Alto. Em 1848, o governo imperial investiu em explorações e estudos mais densos nas minas de carvão. (DAHNE, 1893).

Com a descoberta do carvão, a região carbonífera do Baixo Jacuí estava prestes a passar por transformações econômicas e sociais que deixariam marcas profundas em seu solo e na sua população. Cabe no momento deter-se, especificamente, no início do processo de exploração do carvão na região do atual município de Arroio dos Ratos.

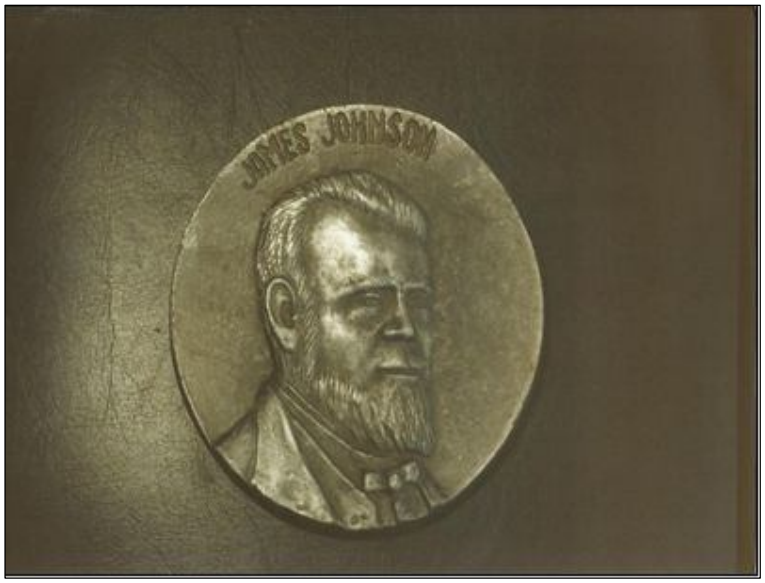
Arroio dos Ratos, município brasileiro localizado a cinquenta e cinco quilômetros da capital gaúcha, Porto Alegre, por cerca de oitenta anos respirou o carvão, inclusive, no sentido literal da expressão.

A contratação de um experiente mineiro inglês, James Johnson, que trouxe consigo trabalhadores especializados, viabilizou a mineração em Arroio dos Ratos. Para tanto, foi necessária uma concessão do governo imperial para a liberação da atividade, que foi conquistada sob forte interesse do Visconde de Sinimbu, presidente da província neste período (1852-1855).

> Johnson procurou então 10 mineiros de profissão, naturaes do paiz de Galles que se achavam como colonos na próxima serra do Herval, e começou a extração de carvão tirando centos de toneladas que foram transportadas para a villa de São Jeronymo, parte em cargueiros, parte em carretas, pagando 10$ a tonelada por transporte da mina até São Jeronymo e 2$000 de São Jeronymo até Porto Alegre. (DAHNE, 1893, p. 7).

[10] Conforme Silva (2007), dez sondagens foram realizadas no solo da região carbonífera do Baixo Jacuí antes de ser estabelecido o primeiro complexo carbonífero nacional no ano de 1872.

Figura 3 - Medalhão de ferro com a imagem do pioneiro James Johnson.



Fonte: Acervo do Museu Estadual do Carvão.

Em 1855, James Johnson abriu o poço número um, abandonando-o em seguida, devido às complicações quanto à drenagem da água. Em 1866, o governo imperial concedeu a Johnson e a Ignacio José Ferreira de Moura o privilégio para explorar as minas de carvão, no entanto, sem auxílio do governo. Somente o decreto do governo sob o número 4.921, de treze de abril de 1872, concedeu a autorização de funcionamento à empresa formada por Johnson e Moura, a *The Imperial Brazilian Collieries C. Limited*. Esta é considerada a data oficial que marca o início da indústria carbonífera no Brasil.

A *The Imperial* construiu uma estrada de ferro que interligava as minas de Arroio dos Ratos a São Jerônimo, onde era feito o escoamento da produção. Além disto, importou da Inglaterra máquinas e todo material necessário para a empreitada. Nesta conjuntura, foi aberto o poço número seis. (DAHNE, 1893).

Mesmo diante da importância que o minério foi adquirindo, não demorou muito para que a companhia inglesa viesse à falência. "Os problemas graves e diversificados" (SULZBACH, 1989a, p. 52) afastaram Johnson do empreendimento e levaram a empresa à ruína no ano de 1878. Entre os problemas, ressaltava-se a questão do escoamento do minério em meio a estradas ruins ou com o arroio dos ratos cheio durante a maior parte do ano.

Diante da falência do empreendimento de Johnson e Moura, a empresa *Holtzweissig* e Cia., que já possuía direitos na lavra do carvão em outros lugares, arrematou a companhia inglesa e continuou os trabalhos em Arroio dos Ratos, num período de concessão de trinta anos. Os problemas persistiram, especialmente em relação à comercialização do carvão. A *Holtzweissig* e Cia. desistiu da empreitada, antes mesmo do período concedido a ela para lavra mineral. (SULZBACH, 1989a).

Em 1883 foi então formada a Companhia das Minas de Carvão de Pedra de Arroio dos Ratos, empresa que contribuiu para a construção da nova estrada de ferro para o porto de Charqueadas, local onde o carvão passou a ser embarcado para a comercialização. Esta empresa foi a primeira mineradora formada inteiramente a partir de capitais nacionais. (DAHNE, 1893). Por esta companhia foram construídos lavadouros de carvão e fábrica de briquetes na localidade de Charqueadas.

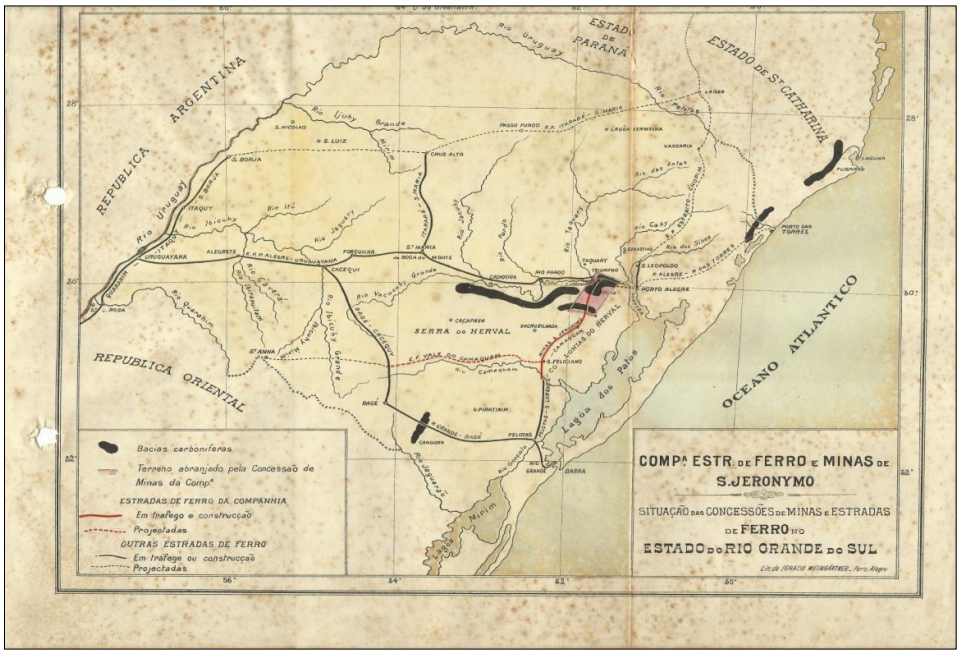
Figura 4 - Ação da Companhia das Minas de Carvão de Pedra de Arroio dos Ratos – 1884.

Fonte: Acervo do Museu Estadual do Carvão.

Dois anos após a formação desta companhia carbonífera, Arroio dos Ratos recebeu a visita da princesa Isabel e de sua comitiva. Na oportunidade um poço de mineração recebeu o nome de poço D. Isabel. Esta empresa também não resistiu às dificuldades, vindo a falir em 1888. (SULZBACH, 1989a). O preço do carvão inglês não permitia ao carvão nacional concorrer com vantagem. Ademais, havia uma forte

oposição em apoiar a indústria carbonífera nacional por parte dos negociantes do carvão inglês. (DAHNE, 1893).

Figura 5 - Situação das minas sob o comando da CEFMSJ – [189-?].



Fonte: Dahne (1893).

Em 1889 uma nova firma se instalou em Arroio dos Ratos, após várias tentativas anteriores e a liquidação forçada da Companhia das Minas de Carvão de Pedra de Arroio dos Ratos. Tratava-se da Companhia Estrada de Ferro e Minas de São Jerônimo (CEFSMJ), responsável pela expansão da exploração do carvão em Arroio dos Ratos. O advento desta empresa contribuiu para a nova configuração da pequena localidade, como será visto adiante.

2.2 A Mineração de Carvão em Arroio dos Ratos: trabalho, comunidade e desindustrialização

Quando foi instalada em Arroio dos Ratos, a Companhia Estrada de Ferro e Minas de São Jerônimo (CEFMSJ) encontrou as minas de carvão existentes em péssimo estado de conservação e quase perdidas. (DAHNE, 1893). Mesmo em meio às dificuldades encontradas, a reestruturação da indústria carbonífera rendeu à CEFMSJ a medalha de prata da exposição brasileira – alemã em Porto Alegre

(1880), o diploma de distinção da exposição brasileira em Berlim (1882) e a medalha de prata da exposição universal de Paris (1889). (DAHNE, 1893).

A CEFMSJ foi responsável pelo aumento da produção de carvão devido à abertura de novos poços de extração, entre eles o Poço Fraternidade, localizado no espaço do atual Museu Estadual do Carvão. Ainda neste mesmo espaço, pela CEFMSJ, em 1924, foi inaugurada uma usina termoelétrica, considerada a primeira a gerar energia no Brasil através da queima do carvão mineral. (SILVA, 2007).

Da implantação da primeira indústria carbonífera no Brasil (1872) até o ano de 1932, o processo de beneficiamento do carvão para venda e utilização em diversas áreas que dele necessitava ocorreu de forma lenta, gradual e intermitente. A falta de apoio dos órgãos públicos, conforme citado na tese de Silva (2007), é apresentada como uma das dificuldades no processo de implantação da indústria carbonífera no país.

Os elevados custos que envolviam a atividade de extração de carvão dificultavam o progresso dos negócios. Todo o aparato que abarcava a atividade, desde a extração ao transporte do minério, exigia altos valores das empresas mineradoras. Além disso, a concorrência com o carvão inglês, que por sua vez não pagava imposto de importação (DAHNE, 1893), também se tornou um obstáculo.

Diante das limitações, a exploração do carvão mineral, em escala industrial, se desenvolveu dentro de uma estrutura de trabalho precária que empregou centenas de homens, inclusive vindos de outros países de tradição mineira. Originou-se então, em Arroio dos Ratos, uma "[...] microcivilização mineira e católica" sob a égide do paternalismo. (ECKERT, 2012, p. 18). O trabalho, em torno do qual se formou a comunidade carbonífera de Arroio dos Ratos e o processo de desindustrialização sofrido por esta, são aspectos que auxiliam na compreensão da trama que envolve os vestígios materiais e imateriais da época áurea do carvão e a forma de apropriação da comunidade arroio-ratense em relação a estes.

2.2.1 O Trabalho nas Minas de Carvão

Os primórdios da extração de carvão no Rio Grande do Sul foram marcados por aspectos rudimentares que ofereciam riscos à mão de obra empregada nesta atividade. Speranza (2012), ao analisar os processos trabalhistas dos mineiros de carvão da região de São Jerônimo, entre os anos de 1940 e 1950, esclarece a

situação enfrentada pela mão de obra mineira durante este período. A partir desta análise sugere-se hipóteses sobre o que fora enfrentado pelos mineiros dos anos anteriores, tendo em vista que as técnicas pouco se desenvolveram dos primeiros anos da atividade mineradora, até aproximadamente a década de 1960.

Segundo Speranza (2012) trabalhar nas minas de carvão de Arroio dos Ratos e de Butiá nos anos 1940 representava um cotidiano humilhante, insalubre e degradante. Citando Manoel Jover Telles, “[...] um suicídio lento e inexorável”. (TELLES, 1962, p. 276 *apud* SPERANZA, 2012, p. 82).

Quanto ao aspecto rudimentar da atividade mineradora, cabem algumas considerações. Conforme Sulzbach (1989b, p. 49), a mineração de carvão no subsolo situa-se dentro dos seguintes processos sucessivos: "[...] a abertura das galerias, a extração do carvão, seu transporte até a saída do poço e seu translado para a superfície".

Eckert (1985), em sua pesquisa pioneira sobre os mineiros de carvão, na cidade de Charqueadas, na década de 1980, revela detalhes desta esfera do trabalho marcada por escassos avanços técnicos, especialmente no que diz respeito à segurança do trabalhador. Destaca-se que a análise de Eckert (1985) não teve como ponto de partida a lógica do capital, mas sim o que os mineiros falavam sobre sua própria práxis.

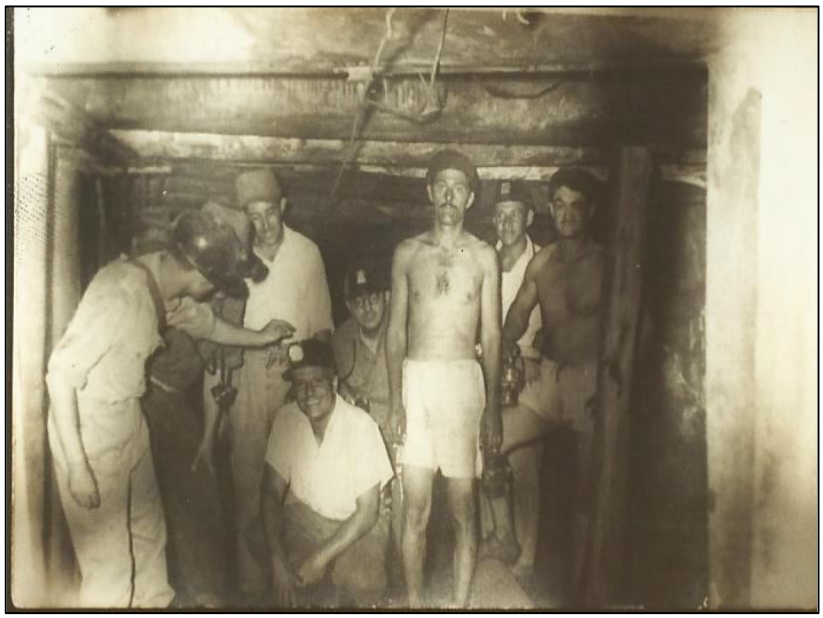
A extenuante jornada de trabalho, descrita por Eckert (1985) na década de 1980, iniciava com a preparação da “marmita” ainda na casa do mineiro. A locomoção até o trabalho, que acontecia a pé ou por meio da bicicleta. Ao chegar ao ambiente de trabalho, os mineiros dirigiam-se para os vestiários onde colocavam sua roupa de trabalho e logo se enfileiravam para a descida ao subsolo pelo elevador, chamado de "gaiola". Chegando ao poço de extração, o cartão ponto era entregue ao responsável pelo relógio e a partir daí iniciava-se uma caminhada de cerca de uma hora até o ponto exato de extração do mineral, apenas com uma breve parada na ferramentaria onde as equipes recebiam os explosivos. (ECKERT, 1985).

Esse penoso cotidiano de trabalho, muito comum na exploração carbonífera de subsolo aparece muitas vezes descrito nas entrevistas feitas com os próprios trabalhadores. Alguns detalhes citados por Eckert (1985) diferenciam-se do cotidiano de anos anteriores, onde, por exemplo, ao invés do uso de lanternas pelos mineiros, o objeto que servia de iluminação era o lampião a carbureto. Em entrevista ao

projeto Memória Mineira, no ano de 2002, J.A.L. falou sobre o uso do lampião e da lanterna:

> *Em São Jerônimo e Butiá continuou-se trabalhando com lampião. Já em Charqueadas, usava-se a lanterninha com capacete; e eu diria que em termos de segurança, luminosidade, comodidade, para o mineiro era muito melhor. No entanto, há algumas desvantagens: o fato, por exemplo, do ar preto. A lanterna não permite a percepção e o mineiro não tem tempo de nada. Deu a soneirinha na cara dele, caiu...*

Figura 6 - Mineiros entre lampiões a carbureto e lanternas – [194-?].



Fonte: Acervo do Museu Estadual do Carvão.

Enquanto o uso da lanterna, carregada por meio de bateria, ao invés do uso de lampiões, aparece como um avanço no trabalho de extração, em meio a galerias escuras, o depoente revela ser o uso deste equipamento, em algumas situações, perigoso. O fato da lanterna não apontar a incidência do "ar preto", descrito por alguns mineiros como "ar ruim", ou mesmo "grisu"[11], a torna perigosa. Já durante o uso do lampião a carbureto, o sinal que indica a presença do *grisu* é o enfraquecimento da sua luminosidade até a extinção total da chama.

[11] Gás altamente inflamável capaz de produzir explosões. "A presença do *grisu* era assinalada pelo lampião do minerador. Ao se apagar sozinho a existência do 'ar ruim'. E então o recurso: retirar-se rapidamente". (SULZBACH, 1989b, p. 73).

As entrevistas cedidas ao projeto Memória Mineira são essenciais na tentativa de compreender o universo de trabalho nas minas de carvão do Rio Grande do Sul. Nesta perspectiva centrada nas narrativas provenientes não de um discurso oficial, destaca-se o trabalho de Ribeiro (2002) quando trata das memórias dos desapropriados em função da construção da hidrelétrica de Itaipu[12].

No ano de 2002 foram concedidas dezoito entrevistas por aposentados nesta atividade profissional ao Centro de História Oral, órgão do Estado do Rio Grande do Sul, fundado durante o governo Olívio Dutra (1999 – 2003). Conforme Klovan (2009), o corte de pessoal juntamente com a alteração das políticas públicas em favor da cultura levaram ao fechamento do Centro de História Oral no ano de 2004. Diante desta situação, o resultado de suas pesquisas ficou salvaguardado no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul até o ano de 2013, quando as fitas cassetes contendo as entrevistas foram encaminhadas ao Museu Estadual do Carvão.

O Centro de História Oral deixou como legado à região carbonífera do Baixo Jacuí entrevistas importantes para a compreensão sobre a dura rotina de trabalho nas minas de carvão no Rio Grande do Sul. As histórias dos mineiros, que ressaltam o cotidiano debaixo da terra, seus medos, suas lutas e o sentimento de solidariedade da categoria, transparecem no trabalho de entrevistas, que foi realizado no espaço do Museu Estadual do Carvão.

Em relação à organização dos turnos de trabalho e o cotidiano de extração entre as décadas de 1940 e 1950, R. M. A. (2002) revela:

> *O turno de trabalho era de oito horas. Por exemplo: das sete horas às três, das três da tarde às onze da noite, das onze às sete da manhã. Esses quatro turnos que eu estou falando foi no período de seis horas de trabalho, que anteriormente eram oito horas, em vinte e quatro horas eram três turnos. O trabalho era perigosíssimo. O serviço mais perigoso que existe no mundo. Eu trabalhava nas galerias, muitas vezes caíam pedras e matavam operários, pois não havia segurança de maneira que chegasse às frentes que estavam extraindo carvão. Não podiam escorar na mesma hora e às vezes caíam pedras.*

[12] O trabalho com as narrativas dos barrageiros, agricultores, prostitutas que sofreram com os impactos da construção deste mega projeto nacional que foi a hidrelétrica de Itaipu destaca-se na obra Memórias do concreto: vozes na construção de Itaipu (2002). Ao contrário de uma narrativa voltada para a exaltação dos “vencedores”, o trabalho de Ribeiro destaca-se pelo desafio aceito de estar escrevendo uma história não oficial, conforme De Decca “[...] solidária às premissas de que nem tudo está perdido para a história, principalmente, quando se trata dos testemunhos das pessoas comuns, tão frágeis e tão fugidios”. (RIBEIRO, 2002, p. 11).

Em relação ao turno de trabalho no subsolo, uma das medidas tomadas pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) que desgostou as empresas mineradoras foi passá-lo de oito para seis horas. (SPERANZA, 2012). Mesmo sendo um trabalho perigoso, conforme apontado pelo depoente, a empresa responsável pela extração mineral durante a década de 1940, o Consórcio Administrador de Empresas de Mineração (CADEM), em setembro de 1943 pediu ao governo federal uma revisão da CLT, que ainda não havia entrado em vigor. (SPERANZA, 2012). O descaso em relação à segurança do trabalhador mineiro é uma postura comum das empresas mineradoras, com base numa organização dita "racional" que impede todo e qualquer tipo de situação que lhe ocasione “prejuízos”.

No processo de extração mineral, a segurança das galerias dependia do escoramento que era feito através da colocação de madeiras de forma vertical, a fim de evitar a queda de pedras de carvão ou desabamento completo do teto. O depoimento de F.R.O. (2002) esclarece esta atividade:

> *[Era] madeireiro, somente madeireiro, debaixo da mina. Baixávamos com a machadinha, embaixo do braço. Colocávamos vinte e cinco, trinta escoras para assentar tudo. Assim que terminava com aquilo, íamos descansar, tomar café. [Fazíamos] o túnel.*

As escoras feitas de forma artesanal, logicamente não proporcionavam segurança suficiente, a fim de livrar o mineiro do perigo constante. Os desabamentos são relatados frequentemente pelos trabalhadores aposentados. Se as empresas não garantiam o mínimo de segurança ao trabalhador, cabia ao cotidiano de trabalho "ensinar" ao mineiro as técnicas necessárias à sua sobrevivência.

> *Mas eu me baseava pelas baratas, que por serem tantas, emplastavam os prumos de madeira que seguravam a galeria. Quando iria acontecer alguma enchente ou um caimento, elas ficavam bem loucas: se espalhavam correndo por toda a mina. Então, eu me baseava por elas e como tinham muita sensibilidade, pressentiam quando iria cair uma galeria ou coisa parecida. Eu cuidava quando começava a rachar a cobertura. Tinha capataz que dizia: ‘– Se tu não entrares na galeria, podes pegar tuas cestas porque tem mais de dez no portão esperando para pegar na mina’. (P.J.G. 2002).*

Destaca-se entre os relatos dos antigos operários, a associação do trabalho nas minas de carvão a "um 'inferno na terra' (ou no interior dela)", ressaltando que

nas condições apresentadas por esta atividade o que valia a pena eram "[...] os amigos e companheiros que se ganhava e que se auxiliavam nas horas mais difíceis [...]". (KLOVAN, 2009, p. 28).

Estes trabalhadores, cuja atividade é repleta de perigos e incertezas, juntamente com suas famílias se organizaram em torno de uma comunidade de trabalho, a qual modificou de vez o panorama rural da pequena localidade de Arroio dos Ratos.

2.2.2 A Formação da Comunidade de Trabalho

Antes do processo de extração mineral, Arroio dos Ratos estava dividido em sesmarias. (LIMA, 2011). É com o início da mineração, que ocorre a formação do núcleo populacional, através da concessão de terras para a pesquisa e lavra mineral. As fontes sobre a história de Arroio dos Ratos, antes da instalação da indústria do carvão, são raras. Deste modo, a história da formação da localidade aparece sempre relacionada ao processo de instalação da indústria carbonífera.

A população que se organizou em torno da atividade extrativa é composta por famílias vindas de diversas localidades do Rio Grande do Sul, como por exemplo, da zona da Campanha. (HOFF, 1992). Em sua pesquisa Klovan (2009) ressalta que as fontes consultadas (carteiras de trabalho confeccionadas a partir de 1934 e doadas ao Museu Estadual do Carvão) apontam a incidência de trabalhadores que haviam nascido "[...] em regiões rurais ou um tanto quanto longínquas de onde estavam localizadas as minas". (KLOVAN, 2009, p. 17). O historiador cita o exemplo do trabalhador Ademar Dias que nasceu em Bagé, zona da campanha, no ano de 1898 e foi admitido na Companhia em 1926. (KLOVAN, 2009).

Acrescentam-se também os imigrantes vindos de diversos países da Europa tais como Inglaterra, Espanha, Portugal, Áustria, Polônia, França entre outros. (SULZBACH, 1989b). Segundo Sulzbach (1989b) alguns destes aventureiros "[...] nem sempre eram pessoas de boa reputação ou de comportamento recomendável" (SULZBACH, 1989b, p. 17) nos seus locais de origem e por isso restava-lhes somente o penoso trabalho nas minas de carvão da região. Em relação às formas de recrutamento desta mão de obra em seus países de origem, ou mesmo dos nacionais, ainda faltam estudos que tratem especificamente desta temática. Acredita-se que a escassez de fontes, comprometa um estudo mais aprofundado

acerca do processo de migração de trabalhadores estrangeiros e nacionais para as minas de carvão em Arroio dos Ratos. De qualquer modo, as informações de que se dispõe no momento acerca deste recrutamento revelam que "Na falta de mão de obra, a Cia. Mineradora enviava pessoas credenciadas pelos diversos estados do Brasil, com a incumbência de rebanhar operários para esta mina". (SULZBACH, 1989b, p. 17-18).

O crescimento da população que se fez com base no mito do Eldorado Negro atingiu números consideráveis entre as décadas de 1940 a 1950. Dos 10.000 habitantes que Arroio dos Ratos possuía neste período, 3.000 destes eram operários nas minas de carvão. (SULZBACH, 1989a, p. 46).

A atividade econômica da mineração de carvão definiu as relações sociais e os espaços.

Um aspecto que merece ser destacado é que a comunidade carbonífera arroio-ratense organizou-se numa lógica, trazida pela Companhia carbonífera. O paternalismo vigente, segundo Sulzbach (1989b, p. 18), criou uma situação de dependência do operariado em relação à Companhia em que "[...] as terras, as casas, a luz, a água, o telefone, o hospital, a cooperativa e outras coisas mais, eram propriedade exclusiva dela". Esta relação de dependência que se apresentava nos aspectos mais essenciais da vida da comunidade (da saúde à moradia, da alimentação ao lazer) atuou de forma vigorosa entre os anos 1920 à 1940. Trouxe como resultado uma estrutura material, hoje decrépita, que encontra novos usos como forma de continuar existindo dentro de uma lógica pós-desindustrialização.

Em relação aos espaços, conforme um novo poço era inaugurado, as aglomerações se organizavam ao redor. Estes núcleos habitacionais ainda são encontrados pela cidade.

Figura 7 - Poço Dona Isabel e habitações ao redor – [188-?].

Fonte: Lago (2008).

Ao redor do Poço Dona Isabel, por exemplo, os ranchos de pau a pique abrigavam os trabalhadores e aos poucos constituíam um núcleo populacional em meio à paisagem negra. Esta transformação dos campos verdes em vales negros entrecortados pela linha férrea, responsável pelo transporte do minério, tornou-se mais evidente ao longo da expansão da indústria carbonífera na região. Assim acontece com os demais bairros e ruas da cidade de Arroio dos Ratos, que de uma forma ou de outra se encontram entrelaçados por esta memória do trabalho nas minas de carvão: o Poço Quatro e a "Rua dos Carneiros". Sobre esta última, cabem algumas considerações. Eram considerados "carneiros" os trabalhadores que não aderiam às greves mineiras, sendo assim vítimas de intimidações por parte de outros mineiros e até mesmo da violência física. (SPERANZA, 2012). Assim, a rua onde se encontravam as casas daqueles que eram considerados "aliados da empresa" ficou conhecida como "Rua dos Carneiros".

> *Hoje, a 'Rua dos Carneiros' chama-se Webster, sobrenome de uma das famílias que vieram para cá com os Johnson, nos primórdios da mineração. Contudo, acredito que o apelido da rua deva persistir por mais algum tempo, até que seja, talvez, esquecido pelas futuras gerações. (J.A.L., 2002).*

Prost (2010) fala sobre o "zoneamento", ou seja, quando se dissocia as zonas industriais das zonas residenciais, havendo nesta situação a dissociação entre a vida privada e a vida profissional. Em Arroio dos Ratos, observa-se que o território, outrora eminentemente rural, vai se redefinindo em função da indústria carbonífera.

As casas e vilas operárias são vestígios destas redefinições, que foram ocorrendo a partir do século XIX até aproximadamente a década de 1950. Buscar um sentido destas estruturas ligadas à mineração de carvão no espaço urbano atual é uma das questões pautadas em plano diretor, nas promessas de campanhas, ou mesmo nos interesses econômicos que possam estar envolvidos.

Como o recrutamento de mão de obra é difícil em determinados setores, assim como o das minas de carvão, onde as pessoas só ficam quando não há outra saída (PERROT, 2006), a distribuição de casas foi uma das formas eficazes na busca pelo enraizamento do operário. Em Arroio dos Ratos observamos os vestígios de muitas repúblicas de trabalhadores mineiros. Muitas destas casas, hoje descaracterizadas por diversos motivos, são fontes para a compreensão dos aspectos relacionados às condições de moradia da família mineira. Esta estratégia de distribuição de casas também foi utilizada pela empresa mineradora quando houve a migração da mão de obra para a cidade de Charqueadas, após o fechamento das minas em Arroio dos Ratos.

Cabe destacar que em relação aos vestígios das antigas repúblicas, as alterações encontradas nas casas muitas vezes estão relacionadas a uma necessidade prática: reabilitar o espaço para o maior conforto do proprietário, ou mesmo na pretensão de disponibilizar o imóvel para aluguel, tornando-o mais "apresentável". Percebe-se assim um primeiro indício da relação da comunidade arroio-ratense com o patrimônio mineiro.

As residências eram de propriedade da companhia mineradora, desta maneira, os mineiros tinham a posse da casa só enquanto trabalhassem nas minas, ou quando fosse interesse da empresa manter o empregado. (SILVA, 2007). Speranza em sua análise relata sobre uma das políticas patronais empreendidas pela companhia: o destelhamento de casas, "[...] recurso empregado com o objetivo de expulsar famílias mineiras que não dispunham de autorização para ocupar as edificações". (SPERANZA, 2012, p. 72). A historiadora traz o caso do operário Alberto Tavares, que tendo sublocado uma residência cedida pela companhia a outro mineiro, tentou residir oficialmente na casa, porém foi impedido pela Companhia, que por sua vez proibia a sublocação de residências. Ao reclamar e recusar-se a sair da residência teve esta destelhada, foi expulso e demitido do trabalho. (SPERANZA, 2012). Embora este caso tenha ocorrido nas minas de Butiá,

cidade próxima a Arroio dos Ratos, ilustra a forma de domínio da Companhia sobre os operários.

Segundo Silva, um dos mecanismos de propaganda para o recrutamento de mão de obra para as minas de carvão da região era a "[...] apresentação do modelo de casa que o operário poderia ter ao passar a fazer parte do quadro funcional da companhia de mineração". (SILVA, 2007, p. 238-239). Utilizando desta estratégia, a companhia mineradora atraiu muitos trabalhadores vindos de outras regiões do Rio Grande do Sul. Trata-se neste caso da inserção de uma mão de obra rural numa outra lógica de trabalho.

O paternalismo imperante fazia com que a Companhia concedesse casas, mas esperava que seu operariado "[...] mantivesse uma postura correta em relação ao trabalho e à própria empresa". (SILVA, 2007, p. 246).

Ao lado das repúblicas pode-se também analisar as casas dos patrões, no caso, a dos engenheiros, os quais ocupavam melhores residências. Sobre isso, Simch (1942, p. 102) descreve que "As empresas construíram prédios para suas necessidades industriais e bôas casas para os funcionários, onde as de maior conforto, como é justo, cabiam aos engenheiros e auxiliares de categoria". Sobre as casas dos patrões, vistas a partir do olhar do operariado, Perrot (2006, p. 86) delineia que "[...] seus 'castelos' palavra usual para designar as residências patronais mesmo 'burguesas' encarnam tanto sua 'opulência' como seu poderio e arrogância".

> *Tinha a vila operária. Ainda tem até hoje as casas da vila, com aquelas casas de tábua, lá no centro.*
> *Pagava-se uma insignificância somente para constar que era inquilino e não proprietário. Um valor simbólico. Quando estragava alguma coisa tinha a zeladoria e o departamento de obras novas. A zeladoria dava a manutenção das casas para zelar pelo patrimônio, sem despesas.*
> *O direito a moradia era dado a todos os operários, pois aqui tinham trabalhadores de quase todos os Estados do Brasil. E as casas eram distribuídas conforme o grau da chefia. A empresa construiu aqui, mais de cinco mil casas, era dona de tudo. Onde hoje é a demarcação do município de Arroio dos Ratos, essa empresa era dona de tudo. (R. M. A., 2002).*

Sobre as casas dos operários (SIMCH, 1942, p. 102) destaca: "Para os mineiros alienígenas, importados em lévas, espanhóis e alemães, as empresas

davam - para os solteiros - casas seriadas, denominadas 'repúblicas' e os casaes ou famílias éram acomodadas em casinhas ou ranchos".

A pseudo ideia de benefício, alimentada por alguns trabalhadores que recebiam as casas contribuía de forma vertiginosa para o alastramento das relações paternalistas. Afinal de contas, para estes parecia benéfico trabalhar para uma empresa que proporcionava tantas assistências, até então impensáveis. A respeito desta situação E. S. K. (2014, informação oral)[13], em entrevista, salienta que seu pai, mineiro aposentado, considerava esses benefícios interessantes durante o período em que trabalhara nas minas de carvão e que hoje se considera ingênuo por ter acreditado nestes embustes proporcionados pela empresa mineradora. O fato era que a rede de assistências implantadas pelas empresas mineradoras na região "[...] funcionava como mecanismo de manutenção e atração da mão de obra, e também como forma de legitimação da superexploração dos trabalhadores". (SPERANZA, 2014, p. 62).

> *A gente pagava por mês, era [o pagamento] uma mixaria. Aqui era [casa] de madeira, e a minha é boa, em relação as outras. A mina terminou e acabamos ficando de donos das casas, estamos até hoje aí. Paguei, na época, levei não sei quanto tempo para pagar, quinhentos mil réis, dez pila por mês. Quando eu cheguei aqui, as pessoas pagavam aluguéis por mês, mas eu paguei pouco. Depois, quando me transferiram para as mina, fui quase que praticamente de dono, comprei a casa. (A. P. F., 2002).*

Figura 8 - Habitação da vila operária – [194-?].

Fonte: Acervo do Museu Estadual do Carvão.

[13] Informação obtida em Charqueadas - Rio Grande do Sul em 10 jul. 2014.

Outro aspecto a destacar é o papel da igreja, que teve posição fundamental na comunidade mineradora de Arroio dos Ratos. A fé católica destacou-se como um dos elementos essenciais no processo de controle da classe trabalhadora. Como é descrito por Perrot (2006), para exercer o controle sobre o operariado era preciso constituir um corpo de vigilantes. O patronato no início da industrialização recorreu aos quadros disciplinares tradicionais entre eles, destaca-se o exército e a igreja.

> *[...] a empresa usou muito até o padre, a casa era do padre, quem dava a batina era a empresa, então ela tinha o padre na mão e quando ela queria mudar alguma coisa o padre tinha que ir lá pro púlpito e no sermão dele baixar a ripa no pessoal dizer tem que fazer isso tem que [...] não pode ir contra a empresa, não pode fazer um pedido, uma exigência, tinha que ter muito cuidado, então eles usavam até o padre pra não deixar a população crescer, a população se unir, a população reivindicar. (L.L., 2013).*

A autoridade exercida pelos sacerdotes é enfatizada de maneira que estes passam a ser considerados "guardiões" da fé, da moral, dos bons costumes e inclusive da história do município. São eles considerados os condutores e sustentáculos da vida religiosa em Arroio dos Ratos. (SULZBACH, 1989a). Mesmo existindo outras manifestações religiosas na comunidade arroio-ratense, durante o período da mineração, a fé católica é tratada como hegemônica, tendo como pilar para a sustentação de sua hegemonia a devoção à Santa Bárbara, considerada a padroeira dos mineiros. Com base nesta tradição é que se entrelaçam a fé, o paternalismo e o trabalho, formando assim uma tríade de sustentação desta "microcivilização".

A igreja de São José, cuja construção iniciou no ano de 1941, teve as obras paralisadas durante vários meses devido à falta de verbas. No ano seguinte, para dar prosseguimento à construção da igreja, a Companhia, através da figura do diretor Roberto Cardoso, autorizou a conclusão da obra a suas expensas, e foi inaugurada em 1944. (SULZBACH, 1989a). A intervenção da Companhia nos assuntos eclesiásticos é tão presente, ao ponto de, a pedido pessoal de Roberto Cardoso, ser criada a paróquia de Santa Bárbara das minas de carvão de Arroio dos Ratos. (SULZBACH, 1989a).

Figura 9 - Padre Otto Erbes (quarto da esquerda para a direita) e fiéis em frente à Igreja São José - Arroio dos Ratos – [194-?].

Fonte: Acervo do Museu Estadual do Carvão.

Em relação às ações paternalistas da Companhia na área da saúde, segundo Simch (1961), em 10 de junho de 1941 os operários das minas de carvão organizaram uma Associação Beneficente para a criação de um hospital - Sarmento Leite -. A tutela da empresa mais uma vez se fez presente.

As minas de carvão ofereciam condições de trabalho insalubres e perigosas, sendo os acidentes uma realidade constante. Para agravar esta situação, a falta de atendimento hospitalar em Arroio dos Ratos fazia com que muitos trabalhadores acidentados, ou mesmo os demais habitantes tivessem que ser encaminhados a Porto Alegre por meio de trens.

> Os acidentados que as novas regras de traumatologia mandam sejam atendidos em período nunca maior de 4 horas, eles sofriam além da infelicidade do trauma, as chacoalhadas de vagões, etc. até serem recolhidos á (sic) verdadeiro hospital, onde a aparelhagem necessária junto com os cuidados técnicos deviam minorar os sofrimentos e as probabilidades de infecções e perturbações sequentes. (SIMCH, 1942, p. 198).

Acrescentava-se mais uma das assistências promovidas pela Companhia, o hospital da cidade.

Além da saúde, da moradia, do emprego e da fé, a empresa também proporcionava aos seus trabalhadores os espaços de recreação, afinal de contas *"[...] ela alimentava essa coisa de se divertir para trabalhar feliz"*. (S.H.B.F., 2014).

Locais de sociabilidade, a presença dos clubes recreativos em Arroio dos Ratos se constitui numa marca do período áureo da mineração. Perrot (2006) destaca que as grandes empresas não limitam seu controle ao perímetro da fábrica, elas tentam estendê-lo à vida cotidiana dos trabalhadores. Daí advém "alojamentos, lojas de fábricas, chamadas 'cooperativas', fundos de auxílio para acidentes e doenças, escolas, às vezes fundos de aposentadoria, muitas vezes também associações de lazer [...]". (PERROT, 2006, p. 71-72).

Estes espaços carregam em si o paradoxo da sociabilidade e exclusão. Assim, havia clubes destinados aos negros e aos brancos. A memória em torno destes espaços de sociabilidade são constantes nas falas dos entrevistados.

> *Três clubes recreativos que era o Última Hora, o Sai da Frente e o Clube Farroupilha e era tudo... a própria empresa criou uma divisão entre a sociedade por isso que nós até hoje temos dificuldade de desenvolver esse município então havia rivalidade eles trabalharam muito bem essa parte que uma sociedade unida né é mais fácil de conquistar as coisas então tudo tinha rivalidade. (L. L., 2013).*

A existência dos clubes recreativos difundia a prática do lazer por um lado e acirrava o preconceito por outro, atuando de certa forma como uma ferramenta pedagógica, onde cada um deveria reconhecer seu espaço na sociedade. Nas entrevistas realizadas e durante diálogo com a comunidade, observa-se que muitos em nada se escandalizam ao fornecer esta narrativa. Inclusive algumas pessoas percebem o elemento discriminatório em clubes, atualmente, não sendo relacionado mais a práticas racistas, mas à questão social. Em entrevista, S.H.B.F. (2014) explica: *"Quando eu casei e retornei para Arroio dos Ratos eu ficava escandalizada por que aqui ainda perguntam quando tu chega quem tu é, da onde tu é, quem é tua vó, quem é o teu pai...".*

As assistências, outrora proporcionadas pela Companhia, chegariam ao seu fim durante a década de 1950, quando um brutal golpe foi desferido contra a microcivilização mineira de Arroio dos Ratos: o fechamento dos poços de mineração e a transferência das atividades mineiras à localidade de Charqueadas.

2.2.3 O Processo de Desindustrialização em Arroio dos Ratos

Alguns eventos anunciavam a situação que se abateria mais tarde: o encerramento das atividades mineiras. Em 1936 a enchente que fez transbordar o rio Jacuí atingiu implacavelmente Arroio dos Ratos. As mortes dos mineiros que se encontravam trabalhando durante a enchente é um dos relatos mais presentes na fala da comunidade arroio-ratense, ao trazer à tona suas memórias do período carbonífero.

O Consórcio Administrador de Empresas de Mineração (CADEM) que controlava a exploração do carvão nesse período contabilizou um total de Cr$4.993.000,00 de prejuízos causados pela enchente. (SIMCH, 1942, p. 224). Um golpe desferido de forma brutal aos interesses do carvão.

O aparente desenvolvimento sócio econômico vivido por Arroio dos Ratos (escolas, clubes, cinema, hospital...) entre as décadas de 1920 e 1940 esteve arraigado no paternalismo[14] e contrastou-se com o processo rudimentar de extração mineral que muitas vidas ceifou através da disseminação de doenças pulmonares e tragédias no subsolo. Este cenário foi brutalmente desestabilizado pelo processo de desindustrialização ocorrido na década de 1950.

O fim das atividades de mineração em Arroio dos Ratos no ano de 1956, juntamente com o fechamento da sua usina termoelétrica, é relatado como um processo difícil para a cidade. Segundo Eckert (1985, p. 161), “[...] o centro minerador perde o ‘status’ de ser a cidade símbolo da mineração do carvão”. Observa-se esta condição através, por exemplo, do fechamento da escola conveniada ao SENAI, que oferecia cursos técnicos para a especialização da mão-de-obra desta comunidade. Assim:

> A situação de abandono da cidade de Arroio dos Ratos é assistida pelas autoridades governamentais de então, através de uma lei que estabelece a localidade como zona em precariedade social, dada a paralisação da extração do carvão, eximindo o município do pagamento de impostos básicos, o qual é revertido em 95% na recuperação do município. (ECKERT, 1985, p. 161).

[14] Conforme Perrot (2010, p. 109-110) "[...] o paternalismo foi o primeiro sistema de relações industriais, pelo menos no que diz respeito ao núcleo operário que se pretende estabilizar". No paternalismo, "[...] os operários ao invés de se oporem à fábrica, se orgulhavam de nela trabalhar, vangloriando-se da estabilidade e da sucessão de pai para filho no mesmo lugar de trabalho e no mesmo ofício". (MARTINHO, 2011, p. 202).

Figura 10 - Ruínas da antiga usina termoelétrica de Arroio dos Ratos – [198-?].

Fonte: Acervo do Museu Estadual do Carvão.

No documentário “Ouro Negro, a saga do carvão” (2006), produzido pelo projeto Revelando Brasis, do Ministério da Cultura, evidencia-se parte do sentimento de comoção da população em relação a este processo de desindustrialização, onde as atividades mineiras são transferidas para a cidade de Charqueadas, promovendo desta maneira o êxodo da mão-de-obra.

Diante da vitória do petróleo sobre o carvão, após o período da II Guerra Mundial *“[..] a população viu com muita tristeza o desmonte da estrada de ferro, a paralisação da usina, a paralisação das vilas”.* (J. A. L., 2006). A comunidade testemunhou a retirada dos trilhos da ferrovia que foram “*vendidos a preço de banana como sucata*”. (E. L. S., 2006). Este tempo de crise é assim representado: “[...] a medida que lá [Charqueadas] se construía, aqui [Arroio dos Ratos] se destruía. Lá se promovia o progresso, aqui se gerava o regresso. Lá se criava a vida, aqui se implantava a morte. Lá a esperança, aqui o desespero”. (SULZBACH, 1989a, p. 58).

A transformação da vila berço da indústria carbonífera nacional em cidade fantasma ou dormitório é relato constante nas falas dos moradores, mesmo após cerca de seis décadas do fechamento das minas. O impacto gerado por este processo atravessou gerações, de forma que as justificativas em relação ao ínfimo desenvolvimento econômico do município de Arroio dos Ratos ainda atrelam-se a justificativas relacionadas a este ponto de ruptura. Em entrevista, um jovem morador

de Arroio dos Ratos declarou: *"Arroio dos Ratos tinha muita coisa. Cinema, uma infraestrutura muito grande [...] e que tudo se foi quando a Companhia parou de escavar..."*. (J.S.D., 2014).

O fim do período áureo da mineração de carvão no município representou uma ruptura violenta para os habitantes de Arroio dos Ratos. Para muitos a migração para a localidade vizinha, Charqueadas, foi o meio encontrado para garantir o trabalho nas minas de carvão e assim sustentarem suas famílias. Eckert (2012) referindo-se a realidade de *La Grand- Combe*, França, afirma que:

> A metáfora da morte de uma civilização do trabalho põe à luz a agonia e o sofrimento de duas ou mais gerações pelo 'luto' de um 'mundo operário' no processo de desindustrialização que atingiu determinados setores produtivos 'tradicionais' (extração de carvão no subsolo) movidos pelos processos de transformações nos campos político-econômico na era global. (ECKERT, 2012, p. 17).

O enraizamento do trabalhador mineiro e sua família neste novo contexto, ocorreu sob forte intervenção da companhia mineradora, que após encerrar suas atividades em Arroio dos Ratos, deslocava parte de sua mão de obra para realocá-la em sua empreitada moderna na exploração do carvão ou encaminhava para aposentadoria muitos dos mineiros. Entre as estratégias de enraizamento destaca-se novamente a distribuição de casas.

> *[...] eu acredito que eles não tiveram prejuízos financeiros em fechando a companhia eles foram transferidos como o meu pai foi. Eles tiveram oportunidade de ter uma casa pobre, mas confortável. Eu me lembro que a nossa casa era muito boa no centro de Charqueadas. Era uma casa de madeira, simples, de operário, mas era uma casa que tinha três quartos, por que nós éramos cinco filhos então tinha o quarto dos guris, o quarto das gurias e era já pintada. Azul pros guris, rosinha para as gurias e neutro o quarto dos pais. E nós ganhamos a casa pintada. Tu vê o quarto dos meninos e o quarto das meninas [...] então os mineiros foram possibilitados. Eles não foram demitidos, eles não tinham porque ficarem revoltados [...]. (S.H.B.F., 2014).*

Uma nova organização acontecia em Charqueadas. Arroio dos Ratos vai, aos poucos, sendo abandonada pelos seus habitantes que retornam ao local de origem apenas para rever os parentes que ali permaneceram. Não há motivos para ficar *"sonhando com a outra cidade, por que ali [Charqueadas] tu vai melhorar"*, ressalta a depoente S.H.B.F. (2014), pois a nova cidade que recebe o contingente de trabalhadores mineiros está repleta de condições, as quais a velha cidade, ou a

“Mina Velha”, como muitos moradores de Arroio dos Ratos a chamam, não poderia mais oferecer.

O retorno, mesmo que breve e esporádico, à velha cidade está envolto de lembranças, como é descrito no poema "Saudade Mineira", de Normélio de Ávila, onde o Museu Estadual do Carvão é o "[...] cenário da saudade que acena um passado de glória” expresso através de "[...] pedacinhos coloridos de recordações dos costumes de um povo [...]", de "[...] antigas ferramentas que marcaram uma época ativa e de glória" além da "Maria fumaça, locomotivas e carros de mina, emperrados no desuso". (ÁVILA, 2014).

O luto que atravessa gerações evidencia-se em manifestações populares, tal como o evento da gincana municipal[15], onde nas tarefas relacionadas à história do município transparece a alusão a uma memória geracional, parte do jogo identitário. (CANDAU, 2011). É destaque no samba enredo da equipe Vikings essa referência: "O show vai começar [...] somos filhos de mineiros que aqui nessas terras foram trabalhar". (VIKINGS, 2014). Por outro lado, não se esconde o desejo da juventude em ter uma cidade transformada economicamente e socialmente, porém de maneira diferente do passado, não através do carvão, mas através do desenvolvimento sustentável. Assim, a extinta equipe Unidos expressou: "Futuramente a cidade vai mudar 500 anos sustentável vai ficar". (PINHEIRO, 2014).

O orgulho do passado da mineração contrasta-se com a realidade de uma cidade que hoje pouco tem a oferecer em termos de emprego e renda. Um passado glorioso ao lado de um presente sem grandes oportunidades. A cidade de Arroio dos Ratos necessitava de uma imagem heroica, refletida através da figura do mineiro, uma forma de sobrevivência simbólica à crise sofrida após anos de extração do carvão e posterior processo de desindustrialização.

Com a transferência das atividades carboníferas para a cidade de Charqueadas, Arroio dos Ratos passa a viver o luto de uma comunidade formada a partir do valor-trabalho. Ainda aproximando-se à situação francesa, observa-se que a violência da ruptura é mais forte, pois nenhum outro complexo produtivo veio substituir com força a unidade econômica desaparecida. (ECKERT, 2012). A

[15] A gincana municipal de Arroio dos Ratos ocorre no mês de abril, durante as celebrações do aniversário da emancipação da cidade. Embora a lei de criação do município (nº 4902) tenha sido promulgada em 28/12/1964, os festejos da emancipação ocorrem na data da instalação da primeira câmara municipal e da posse do primeiro prefeito da cidade, Naro Pereira da Silva, em 12/04/1965.

comunidade arroio-ratense neste momento de ruptura perdeu sua referência essencial, aquilo que dava sentido a sua trama social. A falta deste identificador remete ao sentimento de desânimo.

> *O sentimento que eu tenho, que eu vejo assim o fechamento das minas é que houve um desânimo muito grande, parece que houve uma perda da cidadania e aquilo o povo [...] ele não luta, tem lá os batalhadores, mas no geral é um povo acomodado, um povo acomodado que ele não luta pelos seus direitos o ideal [...] maravilhoso no sentido gente boa, gente amiga, gente solidária, mas assim aquele ânimo, aquele afã de conquistar as coisas, isso aí ainda não despertou não na comunidade. (L. L., 2013).*

De fato, o carvão sempre ocupou o posto de fonte de energia subsidiária no Brasil. As explicações sobre o fechamento das minas estão repletas de posicionamentos pró-carvão. Nenhum motivo representa uma boa justificativa a esta ruptura brutal para a comunidade de trabalho, tanto no sentido material quanto simbólico.

> *Não é do meu conhecimento [o processo de desativação da mina], mas há suspeitas que foi política. Tem coisas da vida que não é bom gravar, pois podem me comprometer e tratando-se de política, não tenho interesse nenhum, apenas são narrações; como esse João Machado de Oliveira, um dos negros heróicos do trabalho na mina do Rio Grande do Sul.*
> *Luís Gago, capataz geral [da mina de Arroio dos Ratos] já aposentado, era doutor de um tiro dinamite e ele veio para cá com a sua equipe dar tiros. Naquele dia, o capitão estava chegando e queria saber se estavam dando fogo na mina, acabando com ela; digo isto porque eu estava por dentro, mesmo já aposentado. Isso aconteceu por volta de sessenta e quatro, sessenta e seis, quando deram os últimos tiros. O Luís dava tiros fracos, para não pegar a parede – acho que ele era contra a demolição. [O poço] era fraquinho, foi destruído com perfeição e não foi acidente, o que houve foi politicagem. O seu Getúlio Vieira, capataz geral do poço Otávio Reis em Charqueadas, comentou que o nosso carvão parou, porque o carvão estrangeiro era mais barato que o nosso e a caloria que ele tem é duas ou três vezes maior que a do carvão daqui. Eu não sei por quê? Acho que isso não pode ser verídico, porque a terra que existe é a mesma, o carvão que existe é o mesmo; só porque o carvão é do estrangeiro... O globo terrestre é o mesmo! A mina e o carvão são a mesma natureza, com a mesma produção de enxofre! É questão para análise, não tem como justificar. Nesse caso, o que fala é o fator político, que trouxe o auxílio. Creio que foi o que administrou a abertura do poço Otávio Reis em Charqueadas, produzindo tanto quanto aqui. Consta-me, hoje, que este poço está fechado. (P.S.C., 2002).*

Cabe então, analisar o ofício do mineiro como formador de uma identidade assentada sobre o valor-trabalho. Aos poucos vai sendo desenhado o panorama que esclarece a relação da comunidade arroio-ratense com os legados materiais e imateriais deixados pelo período áureo da mineração de carvão, assim como foi destacado, anteriormente, em relação às casas operárias.

A memória e a identidade de uma comunidade, construídas em torno do trabalho nas minas de carvão, estão envoltas de elementos contraditórios. Posteriormente esta memória e identidade, juntamente com a análise de questões políticas que envolvem a discussão sobre o patrimônio, auxiliarão na melhor compreensão da relação comunidade e patrimônio e como esta postura transparece na patrimonialização dos remanescentes do antigo complexo carbonífero.

2.3 O Ofício do Mineiro: a formação de uma identidade

Entre as pesquisas que abordam a temática das minas de carvão no Rio Grande do Sul, incluindo aí questões relativas à memória e à identidade mineira, destacam-se as dissertações de mestrado das antropólogas Cornelia Eckert (1985) e Marta Cioccari (2006). O trabalho de Eckert (1985) trata de uma experiência antropológica, na cidade de Charqueadas, que abordou as condições de vida de mineiros ativos na extração de carvão no subsolo entre os anos de 1983 e 1985. Já Cioccari (2006), numa abordagem recente, buscou através das representações da comunidade de mineiros de Minas do Leão desvendar a forma como se constitui sua identidade social baseada no valor-trabalho, na sociabilidade, na afirmação da masculinidade e no sentimento de heroísmo decorrente dos perigos enfrentados numa mina subterrânea desativada em 2002.

A memória e a identidade são conceitos que se relacionam, de forma que Le Goff (2003, p. 410) destaca que “[…] a memória é um elemento essencial do que se costuma chamar identidade individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, na febre e na angústia”. Seria difícil conceber uma reflexão sem que os dois conceitos fossem trabalhados de forma conjunta. Assim, Candau (2011, p. 10) afirma que “[...] admite-se que memória e identidade estão indissoluvelmente ligadas”, portanto, “[...] memória é a faculdade primeira que alimenta a identidade”. (CANDAU, 2011, p. 16).

Mas “[...] a memória coletiva é não somente uma conquista é também um instrumento e um objeto de poder”. (LE GOFF, 2003, p. 470). Partindo desta premissa, pode-se considerar que a memória é objeto de manipulações frequentes, de ordem política e ideológica. Assim, “[…] devemos trabalhar de forma que a memória coletiva sirva para a libertação e não para a servidão dos homens”. (LE GOFF, 2003, p. 471).

Paul Ricoeur ao iniciar a obra *A memória, a história, o esquecimento* (2007) destaca que sua pesquisa tem origem em diversas preocupações, sendo uma delas considerada uma preocupação pública:

> […] perturba-me o inquietante espetáculo que apresentam o excesso de memória aqui, o excesso de esquecimento acolá, sem falar da influência das comemorações e dos erros de memória – e de esquecimento. A ideia de uma política da justa memória é, sob esse aspecto, um de meus temas cívicos confessos. (RICOEUR, 2007, p. 17).

Conforme Candau (2011, p. 19) “[…] não há busca identitária sem memória e, inversamente, a busca memorial é sempre acompanhada de um sentimento de identidade, pelo menos individualmente [...]”.

Como referência clássica sobre o conceito de memória coletiva, destaca-se, primeiramente, a obra de Maurice Halbwachs (2006). Para este a memória individual existe sempre a partir de uma memória coletiva, posto que todas as lembranças são constituídas no interior de um grupo. Desta maneira Halbwachs (2006, p. 30) descreve: “Nossas lembranças permanecem coletivas e nos são lembradas por outros, ainda que se trate de eventos em que somente nós estivemos envolvidos e objetos que somente nós vimos. Isto acontece por que jamais estamos sós”. A origem de várias ideias, reflexões, sentimentos, paixões que atribuímos a nós são, na verdade, inspiradas pelo grupo. Embora sejam os indivíduos que lembram, no sentido literal da expressão, são os grupos sociais que determinam o que é “memorável” e as formas pelas quais será lembrado.

Para Halbwachs o meio social age sobre nós (estando nós conscientes ou não desta ação), desta maneira a memória coletiva não é apenas um conjunto de memórias individuais. (BARASH, 2012). Há nesse aspecto, um sentido de interação entre as memórias.

Com o objetivo de analisar como passamos de formas individuais a formas coletivas da memória e identidade, Candau (2011) aponta o grau de pertinência das

retóricas holistas aplicadas à memória e à identidade. O autor considera que estas retóricas possuem um estatuto científico extremamente frágil.

Partindo de uma definição de memória coletiva (conjunto de lembranças comum a um grupo) e de memória social (conjunto de lembranças reconhecidas por um determinado grupo), Candau (2011) explica que a existência de atos de memória coletiva (comemorações e construção de museus, por exemplo) não é suficiente para atestar a realidade de uma memória coletiva. Para o autor, "[...] um grupo pode ter os mesmos marcos memoriais sem que por isso compartilhe as mesmas representações do passado […]". (CANDAU, 2011, p. 35). Assim:

> [...] Idealmente, a metáfora 'memória coletiva' aplicada a um determinado grupo seria pertinente se todos os membros do grupo fossem capazes de compartilhar integralmente um número determinado de representações relativas ao passado que lhes teriam sido previamente comunicadas de acordo com as modalidades variáveis, mas socialmente determinadas e culturalmente regradas […] Poderíamos então falar de memória pública ou de 'comunidade de pensamento', ou ainda, de acordo com a fórmula prudente de Tzvetan Todorov, de certa memória comum [...]. (CANDAU, 2011, p. 31).

É importante dentro das observações feitas por Candau (2011) às retóricas holistas atentar-se para aquilo que o autor chama de discurso metamemorial. Tomando como exemplo a reflexão em torno da comunidade carbonífera de Arroio dos Ratos, o fato de alguns moradores afirmarem recordar como eles acreditam que os outros recordam, sobre os tempos da mineração de carvão na cidade pode ser uma indicação reveladora:

> […] de uma relação particular que os membros de um grupo considerado mantem com a representação que eles fazem da memória desse grupo, e de outro, esse discurso pode ter efeitos performativos sobre essa memória, pois retomado por outros membros, esse discurso pode reuni-los em um sentimento de que a memória coletiva existe e, por esse mesmo movimento, conferir um fundamento realista a esse sentimento. (CANDAU, 2011, p. 34).

Considerando a maneira pela qual os grupos e indivíduos fazem frente à perda, buscou-se relacionar esta questão com o problema da petrificação da memória e da identidade, analisando o caso específico da comunidade carbonífera arroio-ratense. Analisando o discurso metamemorial desta comunidade, no que diz respeito às memórias em torno da mineração de carvão, compreende-se de que forma este discurso se apoia sobre a fragmentação das memórias organizadoras e como isto leva a uma possível fossilização da memória e da identidade.

Em Memória e Identidade, Candau (2011) discorre sobre o risco da desnaturalização que acompanhou os projetos de conservação da memória dos mineiros do norte da França. Para o autor, estes projetos poderiam estar contribuindo para uma desnaturalização capaz de construir uma identidade social e cultural “estatuária” que tornam os próprios mineiros inaptos a toda adaptação ao presente e ao futuro. (CANDAU, 2011). Ainda em relação aos mineiros:

> Eles sofrem com suas histórias porque aceitaram representar o papel a eles atribuído por outros: deixaram-se reduzir à memória esclerosada produzida por certos mecanismos institucionais e ideológicos. Essas memórias fossilizadas, museificadas, contribuem ao enrijecimento das identidades sociais e culturais a ponto de por vezes, necrosá-las, dando-lhes, depois, a rigidez dos cadáveres. (CANDAU, 2011, p. 192).

Em continuidade à reflexão sobre projetos de conservação da memória dos mineiros do carvão, cabe trazer o exemplar caso da Festa da Saudade Mineira.

O evento citado ocorre desde o ano de 1990 no segundo domingo de novembro. Com exceção do seu primeiro ano de realização, a festa tem sido desenvolvida em Arroio dos Ratos. A comemoração destaca-se por dois momentos importantes: o primeiro, mais solene, ocorre no Museu Estadual do Carvão e o segundo, mais lúdico, nas dependências da Sociedade Última Hora. Nesta festa “[...] velhos mineiros e habitantes da região carbonífera são motivados por um mesmo objetivo, o de ‘reencontrar-se’, ‘matar as saudades’, ‘relembrar os velhos tempos’ [...]”. (ECKERT, 2000, p. 890). Segundo Eckert (2000):

> Tendo por perspectiva sobrepor estas duas ‘formas’ de ‘trabalho da memória’, analiso a FESTA e o MUSEU como atos coletivos de uma sociabilidade no presente que objetivam restituir seja pela espetacularização, seja pela teatralização (no sentido do simulacro e do jogo da reciprocidade) a memória coletiva do grupo, reatualizando uma vida social em desaparecimento. (ECKERT, 2000, p. 890).

Seja através de projetos (museus e memoriais) que visam à conservação da memória dos trabalhadores das minas de carvão, ou mesmo através de atividades que exploram a questão lúdica, a memória e a identidade são elementos inerentes.

Neste caso, da Festa da Saudade Mineira, cabe refletir se poderíamos falar da existência de uma memória coletiva.

Sugere-se, em primeiro lugar, a existência de um marco memorial (“os tempos da mineração”, “os tempos lá de Ratos”) e que no ato da festa os participantes parecem compartilhar das mesmas representações do passado. Neste

sentimento de memória coletiva, que é a metamemória coletiva (CANDAU, 2011), os atores afirmam recordar como eles acreditam que os outros recordam, podendo inclusive transformar seus participantes, em especial os antigos mineiros, em prisioneiros de uma metamemória (mitologia da profissão, família de mineiros, religiosidade ligada ao catolicismo...). (CANDAU, 2011). “[...] Essas representações coletivas e simbólicas encontram na existência de representantes individuais ou coletivos, concretos ou abstratos, as garantias de sua estabilidade e de sua continuidade”. (CHARTIER, 2009, p. 50).

Há, porém, um detalhe: muitos antigos trabalhadores das minas de carvão sentem-se incomodados com a festa e demonstram isso se recusando a participar do evento. Afirmam que os “tempos da mineração” não eram tão “áureos”, assim como pretensamente o ato da festa instiga os seus participantes a compartilhar. Este sentimento contrário e em alguns casos contraditório é mais facilmente expressado pelas gerações posteriores (filhos e netos), onde muitos declaram, apesar de ainda muito persistente a questão do heroísmo da categoria mineira, a época da mineração de carvão ter sido um tempo de muito sofrimento e exploração, portanto sem nada para ser comemorado. Em entrevista, o morador J.S.D. (2014), neto de mineiro, ressalta as dificuldades do período da mineração em Arroio dos Ratos, mais especificamente em relação ao trabalho nas minas:

> *O trabalho é muito, quase... não vou dizer escravo, mas de muita exploração sem direito algum, talvez, pelo o que eu leio assim... bah os caras tavam... os donos da mina estavam nem um pouco se importando com a saúde nem nada... e gente mutilada... então o trabalho assim... ainda bem que hoje em dia eles conseguiram avançar, por que é um trabalho muito difícil...*

Segundo Speranza (2009, p. 77) a representação em torno do ofício do mineiro “[...] geralmente se materializa num quadro pintado com as cores da coesão grupal, da coragem, da politização, do sacrifício, da força, da solidariedade, da masculinidade, da religiosidade e da tradição familiar”. O risco desta representação é a sua “[...] absolutização passível de constituir um padrão de comportamento social homogeneizado e sem espaço para ambiguidades e divisões”. (SPERANZA, 2009, p. 77).

> Os indivíduos envolvidos com o ofício da mineração de subsolo os quais vivenciaram as experiências inerentes à realização da extração do carvão,

> possuem um determinado conjunto de memórias que são intrínsecas ao grupo de pertencimento daquele momento e, por ainda 'entenderem-se como mineiros, conseguem evocar as lembranças do vivenciado utilizando-se das memórias dos outros. (KUHN; SILVA, 2011, p. 10).

Mesmo na atualidade, onde os mineiros transformaram-se em operadores de máquinas, a identidade mineira parece continuar assentada, sobretudo, nas memórias daqueles que enfrentaram os perigos da profissão, quando esta se encontrava em sua forma mais rudimentar. Conforme Amado (1995) esta condição é característica da memória, ou seja,

> [...] sua capacidade de associar vivências individuais e grupais com vivências não experimentadas diretamente pelos indivíduos ou grupos: são vivências dos outros, das quais nos apropriamos, tornando-as nossas também, por meio de conversas, leituras, filmes [...]. (AMADO, 1995, p. 12).

O tema da memória coletiva toca de maneira essencial a questão do princípio de coesão social (BARASH, 2012), de maneira que a possível ameaça do desaparecimento das memórias em torno da mineração de carvão tradicional afeta os demais membros da categoria, mesmo estes não exercendo as mesmas atividades de outrora. Cioccari (2006) observa em suas entrevistas realizadas entre mineiros da comunidade carbonífera de Minas do Leão o seguinte:

> [...] Noto que os mineiros se apressam em relacionar todos os parentes que mantém ou mantiveram alguma ligação com a atividade. É uma espécie de auto-referência, de reconhecimento desses ‘outros’ como a um ‘si’ e de ‘si’ como parte deste todo, que se transforma em ‘nós’, a comunidade de mineiros [...] Quando Zecão evoca o filme Germinal percebo que sente-se mais próximo dos mineiros de séculos passados do que de outros trabalhadores da sociedade contemporânea. (CIOCCARI, 2006, p. 121).

Mesmo as formas de trabalho sendo diferenciadas da de outrora, o mineiro atual reconhece na fala do trabalhador dos anos entre 1940 e 1960 um referencial importante na constituição do que poderia se chamar “a identidade mineira”.

O ambiente de solidariedade e sem conflitos é contestado ao observarmos os casos das greves mineiras ocorridas na década de 1940 na região do Baixo Jacuí. Os relatos nos apontam situações de desentendimentos entre os próprios trabalhadores. Se por um lado a solidariedade entre companheiros de trabalho era indispensável para a sobrevivência no ambiente insalubre e perigoso de uma mina de carvão, por outro este paradigma poderia ser quebrado durante as greves, através da não adesão de alguns trabalhadores.

Rodrigues (2004) esclarece, a partir da leitura de Hall, as três possíveis consequências para as identidades culturais advindas a partir do processo de globalização. Seriam elas: a desintegração das identidades nacionais, resultado de um crescimento da homogeneização cultural; o reforço das identidades locais, como resistência à globalização; e por fim a formação de novas identidades, chamadas híbridas, que tomam o lugar das identidades nacionais.

Ainda segundo Rodrigues (2004, p. 96):

> [...] a cultura do instável dá importância às situações efêmeras, pois as duradouras tinham, desde sempre, a marca odiosa do que podia ser identificado com o tradicional. O avesso do efêmero é o tradicional, mas o tradicional possui um poder petrificante de ações e pensamentos. Sair das petrificações institucionais de antigas formações sociais haveria que significar, quase que necessariamente, uma ruptura com suas características. E quanto ao sujeito? Poderia permanecer firme e estável? Continuaria o sujeito centrado nas antigas instituições sociais?

A partir da colocação de Rodrigues (2004) torna-se relevante abordar outro aspecto desta metamemória coletiva forjada sob o mito do carvão: o medo da perda. A partir da abordagem deste aspecto busca-se melhor compreender a formação de memórias fossilizadas que contribuem para o enrijecimento das identidades sociais e culturais.

> *Quê que é ser mineiro? Eu sinto muita felicidade em ter saído de lá de dentro. Eu sinto que é uma vida miserável trabalhar dentro da mina. Naquela falta de ar, naquela poeira, de chegar em casa não saber se era carvão ou se era gente. Sujos, sujos, sujos, pura graxa do carvão.*
> *Aquilo era um sacrifício, naquele tempo, banheira, isso não existia, tinha que escovar. A mulher esquentava uma lata com água para tomar banho, porque chuveiro era muito raro, não tinha energia para ter chuveiro, nem luz não tinha! E graças a Deus que saí dali, apesar de que ali eu criei os filhos, família. Mas depois que eu já estava aposentado é que eu melhorei a situação. (A.P.F. 2002).*
>
> *É um lugar bom, muito bom, em que eu gostava de trabalhar. Chegava a sonhar! Até sonho, agora, que estou trabalhando, dá para acreditar? Parece que estou trabalhando, fazendo carvão, aquilo era a coisa mais linda, debaixo da mina! Era bonito. Era uma escuridão, mas tínhamos o lampião, que clareava tudo. Às vezes apagava o lampião, terminava o carbureto, tínhamos que vir com o pé em cima dos ferrinhos, até encontrarmos uma pessoa para dar fogo, para acender o lampiãozinho. (M.S., 2002).*

Estas duas narrativas expressam dois pontos de vista contrários em relação à profissão de mineiro do carvão. Por mais que existam estas discrepâncias na memória em torno do período da mineração, seja entre os próprios mineiros ou mesmo entre as gerações posteriores, ainda destaca-se na fala dos moradores de Arroio dos Ratos, especialmente entre aqueles que direta ou indiretamente estiveram ligados à mineração, uma postura em que o desenvolvimento e o sofrimento cruzam-se de maneira contrária e por vezes até paradoxal.

2.4 Os Remanescentes do Complexo Carbonífero de Arroio dos Ratos: um vestígio da indústria do carvão no Brasil

O processo de desindustrialização legou às cidades carboníferas do Baixo Jacuí vestígios materiais e imateriais da atividade mineradora e de sua organização social. Do ponto de vista do imaterial, o ofício do mineiro e a memória em torno deste trabalho, conforme abordado anteriormente destacam-se.

Quando se refere aos vestígios materiais, ao caminhar pelas ruas de Arroio dos Ratos percebe-se entre a paisagem urbana características de uma cidade outrora mineradora. Casas, monumentos, locais de sociabilidade, prédios públicos entre outros espaços, refletem um passado muitas vezes encoberto pelas nuances do presente. As novas "cores" adquiridas por estes espaços se materializam de diversas formas. Alguns encerram uma luta desgastante contra o tempo. Resistem e tornam-se espaços de memória. Outros sucumbem, em alguns casos, por não encontrarem "soldados" disponíveis a se engajarem em sua defesa.

As memórias em torno destes espaços nos sugerem diferentes formas de apropriação dos sujeitos em relação a estes, o que faz com que o engajamento em favor da sua preservação seja uma realidade ou não.

No caso dos vestígios deixados pelo período áureo da indústria do carvão, recorre-se à observação de Cordeiro (2011, p. 157) que verifica duas situações:

> [...] por um lado, os vestígios desaparecem sem nunca terem sido estudados, inventariados ou salvaguardados, principalmente documentação de interesse histórico ou maquinaria de valor patrimonial e museológico; por outro, nesta época de profunda reconversão econômica, a demolição das estruturas industriais assume um caráter de total arrasamento, em contraste com a destruição evolutiva e o aproveitamento parcial dos restos materiais de outras épocas, que se efetuou até o período contemporâneo.

O complexo carbonífero de Arroio dos Ratos é uma destas estruturas industriais que resistiu ao arrasamento através de ações que mais adiante serão discutidas. Porém resistir sob a forma de um bem tombado e musealizado não garante que ao longo do tempo, por diversos fatores, tais como uma gestão ineficiente, o patrimônio não venha sofrer alguns reveses. É nesse sentido que se faz necessário um estudo que privilegie este espaço que é considerado o maior exemplar do período áureo da industrialização do carvão no Rio Grande do Sul.

O poço Fraternidade, ou poço um, aberto no ano de 1906, foi a primeira estrutura instalada neste complexo. Posteriormente sob o comando da CEFMSJ, a instalação da usina termoelétrica, em 1924, agregou ao espaço outras estruturas (oficina, almoxarifado, laboratório...). O estudo deste patrimônio industrial do Rio Grande do Sul, além de abarcar a busca pela compreensão das memórias do trabalho e da organização social da comunidade mineradora, é uma forma de conhecer, divulgar e preservar os vestígios de uma cultura industrial ainda tão pouco valorizada no Brasil.

Em parte, esta desvalorização acontece pelo fato da indústria extrativa e todas as questões que envolvem esta atividade industrial estarem permeadas por uma imagem negativa. Os vestígios deixados por esta atividade e consequentemente a aparente incompatibilidade destes com a busca pela sustentabilidade resultou por anos em descrédito. Esta postura acontece em relação à preservação dos bens representativos da cultura industrial do carvão. De toda maneira, "[...] la puesta en valor o la valorización del patrimonio minero puede ayudarnos a conseguir ese tan condiciado desarrollo sostenible y contribuir a la mejora de imagen". (GÓMEZ; GONZÁLEZ, 2003).

Esta pesquisa objetiva também avançar no processo de conhecimento deste bem, a fim de tornar-se um subsídio para preservação e valorização dos remanescentes materiais e imateriais da cultura do carvão no Rio Grande do Sul.

2.4.1 Compreendendo a Estrutura do Complexo Carbonífero de Arroio dos Ratos

Sobre as manufaturas integradas, Perrot (2006) cita três princípios que regem sua organização espacial: o princípio político, técnico e de vigilância. Priorizando o princípio político, a beleza das construções, fachadas, por exemplo, destacam-se. No antigo complexo carbonífero, a fachada com a descrição das iniciais da

Companhia Estrada de Ferro e Minas de São Jerônimo (CEFSMJ) e a data de fundação da usina termoelétrica descrita em algarismos romanos -MCMXXIV- é uma marca de imponência na entrada do local de trabalho.

Figura 11 - Entrada do complexo carbonífero de Arroio dos Ratos – [194-?].

Fonte: Acervo do Museu Estadual do Carvão.

Os homens à porta de entrada do complexo carbonífero abalizam a proporção do prédio. Intencional ou não, nesta fotografia a imponência do prédio alude à grandeza da Companhia que por tanto tempo controlou a exploração do carvão em Arroio dos Ratos. Acima da data de fundação do complexo e da sigla da Companhia está uma espécie de medalhão, onde constam duas picaretas de mineração cruzadas, marca da atividade ali desempenhada.

Esse mesmo frontão foi dinamitado após o encerramento das atividades do complexo. Vários são os motivos levantados pela população arroio-ratense para tal ação. Parte da população defende a versão que mineiros revoltosos com o fechamento das minas dinamitaram a imponente estrutura. Para outros, seriam

mineiros pagos pela própria companhia que teriam realizado a ação. Por fim há a versão de que a própria companhia viabilizou a implosão de parte do frontão, pois desejava desmantelar a estrutura, para não por em risco a população ou mesmo para não precisar manter uma estrutura em desuso. Diante das várias versões, o fato é que o princípio político, descrito por Perrot (2006) serviu por muitos anos para ilustrar a imponência sustentada pela companhia mineradora.

Em relação à especialização do local de trabalho, Prost (2010, p. 36) expõe sobre a nova organização das fábricas: "a fábrica já não é apenas um edifício onde por acaso se produz, e sim um imóvel construído expressamente para uma produção determinada". Assim, a organização do espaço do complexo carbonífero de Arroio dos Ratos segue uma racionalidade, onde ao adentrar encontramos o escritório da companhia mineradora e ao lado o laboratório. No escritório está o controle dos funcionários e no laboratório a averiguação de qualidade do minério extraído. Mais adiante se encontram as demais estruturas: o prédio das oficinas, almoxarifado, o poço de extração, o prédio dos geradores da usina termoelétrica...Tudo construído como forma de garantir a produção racional do carvão.

É dentro desta racionalidade que se apresenta um dos motivos para o fim das atividades carboníferas em Arroio dos Ratos: a busca por melhoria no processo de escoamento do carvão extraído. Passando as atividades para a localidade de Charqueadas, a proximidade com o rio Jacuí facilitava o embarque e transporte do carvão para a comercialização, diminuindo assim os gastos com o transporte do minério das minas de Arroio dos Ratos para o porto de embarque.

O antigo complexo carbonífero de Arroio dos Ratos, atual Museu Estadual do Carvão possui as seguintes estruturas arquitetônicas:

Figura 12 - Imagem das estruturas do Museu Estadual do Carvão (a seta vermelha indica a entrada do complexo) – 2014.

Fonte: Acervo do Museu Estadual do Carvão.

Quadro 1- Usina - I.

Usina em funcionamento – 1935.

Uso original: Era o local que abrigava os geradores da usina termoelétrica da CEFMSJ. Segundo Simch (1942, p. 191) a usina servia à cidade de São Jerônimo, Charqueadas e

Fonte: Acervo do Museu Estadual do Carvão.

à colônia penal e agrícola General Daltro Filho.

Prédio da antiga usina – 2014.

Situação atual: Prédio restaurado entre 1993 e 1994 para ser o local da exposição de longa duração e de exposições de curta duração do museu. Possui dois pavimentos.

Fonte: Acervo do Museu Estadual do Carvão.

O acesso ao pavimento superior é mediante escada interna (madeira) e escada externa (alvenaria). O prédio restaurado não foi adaptado corretamente para a finalidade de sediar um museu (funcionalidade), dificultando o dinamismo das exposições, o atendimento e circulação do público.

Quadro 2 - Laboratório de Análises Químicas e Subprodutos - II.

Antigo prédio do laboratório de análises químicas e subprodutos das minas de carvão, em 1935.

Uso original: Além da geração de energia, parte do antigo complexo carbonífero produzia subprodutos do carvão mineral tais como: querosene, gasolina e o breu.

Fonte: Acervo do Museu Estadual do Carvão.

Prédio do antigo laboratório restaurado em 2012. Arquivo Histórico da Mineração (AHM).

Situação atual: Prédio restaurado entre 2011 e 2012 com recursos provenientes de doação da empresa Copelmi via Termo de Ajuste de Conduta (TAC). Atualmente sedia o arquivo permanente da mineração de carvão, inaugurado em 2012.

Fonte: Acervo do Museu Estadual do Carvão.

Quadro 3 – Almoxarifado - III.

Prédio do almoxarifado na enchente de outubro de 1936.

Uso original: Era o prédio do almoxarifado da extinta CEFMSJ.

Fonte: Acervo do Museu Estadual do Carvão.

Prédio do almoxarifado em 2014 - Telecentro Comunitário, Auditório e Administrativo.

Situação atual: Prédio reformado entre 1990 e 1991 para ser o local da primeira exposição de longa duração e administração do museu. Em 1995 o

Fonte: Acervo do Museu Estadual do Carvão.

espaço da exposição se tornou o Auditório Jacques Paiva Guimarães, com capacidade para 100 lugares. Em 17 de janeiro de 2012 iniciaram-se as atividades do Telecentro Comunitário, em parceria com a Companhia Rio Grandense de Mineração (CRM) e Companhia de Processamento de Dados do Estado do Rio Grande do Sul (PROCERGS).

Quadro 4 – Oficinas/Pavilhão - IV.

Prédio principal das oficinas, em 1935.

Uso original: Neste local funcionaram as oficinas da CEFMSJ, onde todo o tipo de ferramenta utilizada pela indústria carbonífera local era confeccionada.

Fonte: Acervo do Museu Estadual do Carvão.

Prédio das oficinas (pavilhão), em 2011.

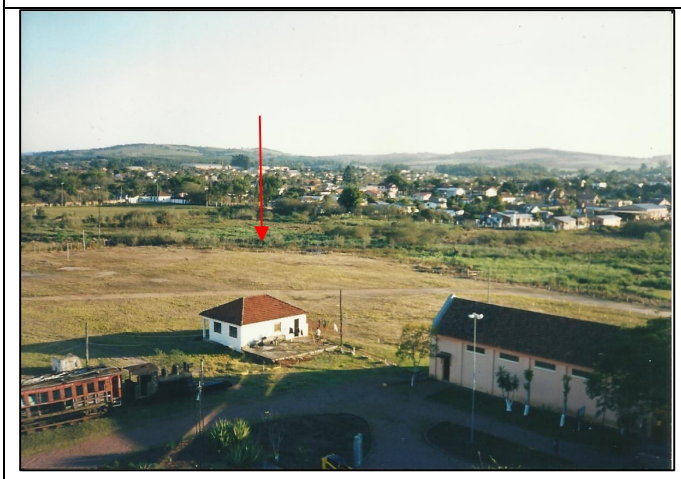
Situação atual: Este prédio possui cerca de 1.500 m² e sedia cursos do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), festival de teatro amador (FESTCARBO) e eventos culturais diversos da cidade de Arroio dos Ratos e da região carbonífera.

Fonte: Acervo do Museu Estadual do Carvão.

Quadro 5 – Casa Amarela - V.

Construção da “Casa Amarela” - escritório da CEFSMJ – [192-?].
 Fonte: Acervo do Museu Estadual do Carvão.
Uso original: Era o prédio do escritório da CEFMSJ.
“Casa Amarela” após a conclusão das obras de restauro – 2014.
 Fonte: Acervo do Museu Estadual do Carvão.
Situação atual: Prédio restaurado entre 2013 e 2014 com recursos provenientes de projeto via LIC (Lei de Incentivo à Cultura). O prédio está em fase de conclusão do restauro e do recebimento de mobiliário e equipamentos.

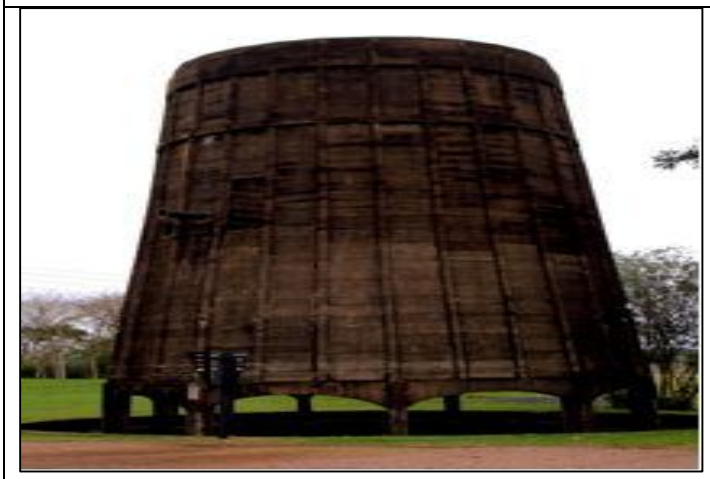
Quadro 6 – Casa da vigilância - VI.

Casa da vigilância no período em que serviu de residência – 1995.
 **Uso original**: Prédio onde abrigava as locomotivas da CEFMSJ. Na década de 1990 serviu de residência.
Fonte: Acervo do Museu Estadual do Carvão.
Casa da vigilância – 2014.
Situação atual: Prédio da equipe de vigilantes.
Fonte: Acervo do Museu Estadual do Carvão.

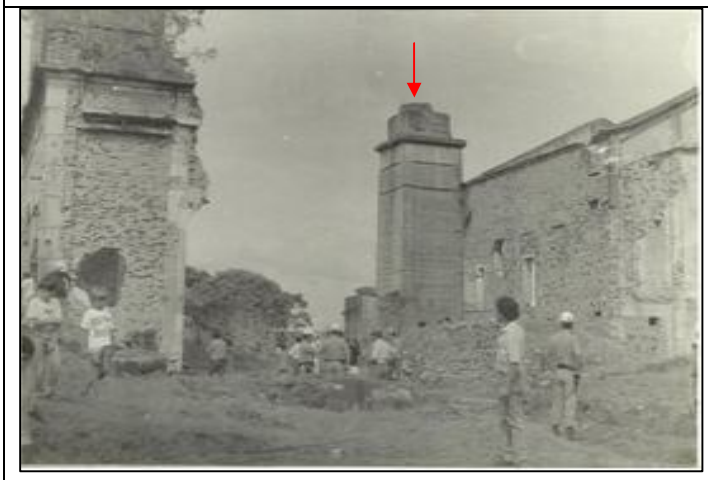
Quadro 7 – Frontão - VII.

Frontão em 1993.	
	Uso original: Entrada do antigo complexo carbonífero de Arroio dos Ratos.
Fonte: Acervo do Museu Estadual do Carvão.	
Frontão em 2014.	
	Situação atual: A estrutura encontra-se em ruínas necessitando de medidas de conservação e estabilização.
Fonte: Acervo do Museu Estadual do Carvão.	

Quadro 8 – Resfriador - VIII.

Resfriador em 1936.
 Fonte: Acervo do Museu Estadual do Carvão.
Uso original: Local onde o vapor da água era direcionado para o processo de condensação.
Resfriador em 2014.
 **Fonte: Acervo do Museu Estadual do Carvão.**
Situação atual: A estrutura necessita de medidas de conservação para garantir a sua estabilidade.

Quadro 9 – Chaminé - IX.

Ruínas da antiga chaminé em 1993.	
	**Uso original**: Local por onde a fumaça tóxica (resultado da queima do carvão mineral) era direcionada.
Fonte: Acervo do Museu Estadual do Carvão.	
Ruínas da antiga chaminé em 2014.	
	Situação atual: Esta estrutura também necessita de medidas de conservação.
Fonte: Acervo do Museu Estadual do Carvão.	

Quadro 10 – Galerias das caldeiras - X.

Galerias das caldeiras em 1993.

Uso original: Era o local de trabalho e circulação no subsolo, onde se localizavam as vagonetas para o transporte das cinzas do carvão mineral, tubulações e as caldeiras do complexo.

Fonte: Acervo do Museu Estadual do Carvão.

Galerias das caldeiras em 2014.

Situação atual: As galerias apresentam grave problema de infiltração da água subterrânea e das chuvas, comprometendo as estruturas arquitetônicas e as vagonetas que estão localizadas no subsolo. Não há proteção adequada para evitar que o público desça pelas aberturas do piso e/ou pelo "túnel" criado em 1994 - saída das galerias das caldeiras.

Fonte: Acervo do Museu Estadual do Carvão.

Quadro 11 – Carregadora - XI.

Ruínas da carregadora em 1994.

Uso original: Era o local onde as locomotivas posicionavam os vagões que transportavam o carvão mineral até o porto de Charqueadas.

Fonte: Acervo do Museu Estadual do Carvão.

O carvão era embarcado em “chatas” e entregue via rio Jacuí em Porto Alegre, e via Lagoa dos Patos, nas cidades de Pelotas e Rio Grande.

Ruínas da carregadora em 2014.

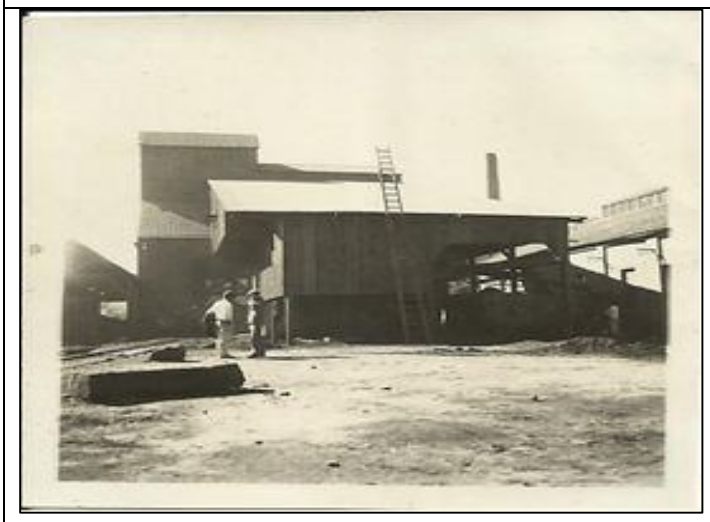
Situação atual: Necessita de medidas de conservação.

Fonte: Acervo do Museu Estadual do Carvão.

Quadro 12 – Boca do Poço 1 - XII.

Boca do Poço 1 lacrado – 1994.
 Uso original: Local da entrada e saída principal e acesso às galerias (túneis) da mina. O acesso ocorria por elevadores estilo “gaiola”. A profundidade aproximada era de 60 metros e as galerias podiam alcançar entre 12 e 15 km de extensão. **Fonte: Acervo do Museu Estadual do Carvão.**
Boca do Poço 1 em 2014.
 Situação atual: Necessita de medidas de conservação. **Fonte: Acervo do Museu Estadual do Carvão.**

Quadro 13 – Lavador de carvão - XIII.

Lavador de carvão em 1935.
 **Uso original**: Local de lavagem do carvão mineral, separando-o da terra e das pedras – processo de beneficiamento. **Fonte: Acervo do Museu Estadual do Carvão.**
Ruínas do lavador de carvão em 2014.
Situação atual: Era um prédio de estrutura mista e hoje restam somente três estruturas (colunas) de alvenaria. Necessita de medidas de conservação. **Fonte: Acervo do Museu Estadual do Carvão.**

Quadro 14 – Depósito - XIV.

Não foram localizadas imagens do depósito em funcionamento.
Uso original: Era um local utilizado como depósito do Poço I.
Depósito (ruínas), em 2012.
Situação atual: O prédio está parcialmente conservado e necessita de medidas de conservação.

Fonte: Acervo do Museu Estadual do Carvão.

Quadro 15 – Casa branca dos fundos - XV.

Não foram localizadas imagens da casa branca em funcionamento.
Uso original: Ao prédio já foi atribuída a função de depósito e/ou salvaguarda de explosivos.
Ruína da casa branca dos fundos em 2014.
Situação atual: Sua última utilização foi como residência de uma família na década de 1990. Há evidências de estruturas no subsolo. Necessita de medidas de conservação.

Fonte: Acervo do Museu Estadual do Carvão.

Quadro 16 – Pisos e estruturas menores - XVI.

Vestígios dos trilhos do trem – 2014.	
	Situação atual: Vestígios diversos de pisos e estruturas da época de funcionamento do complexo carbonífero.

Fonte: Acervo do Museu Estadual do Carvão.

Após conhecer o panorama passado e atual do antigo complexo carbonífero de Arroio dos Ratos é importante refletir acerca da ruína, tendo em vista que parte das estruturas deste bem se apresentam desta forma. Pensar a ruína nos aponta indícios da forma como os indivíduos se relacionam com os lugares de memória de maneira a encontrarem um sentido ao seu lugar na contemporaneidade. (FORTUNA, 1995).

2.4.2 Pensando a ruína

Neste estudo de caso tornou-se relevante adentrar na reflexão acerca da ruína, tendo em vista que parte das estruturas dos remanescentes apresentam-se sob esta forma. Para auxiliar na compreensão da ruína e da forma como ela se coloca dentro da realidade estudada é necessário buscar em alguns aportes, fundamentos necessários a esta reflexão.

Carlos Fortuna (1995) em artigo que reflete acerca do patrimônio e da memória no processo de construção das identidades sociais adentra o universo da ruína. Partindo de uma abordagem acerca da questão da identidade, a qual considera “[...] eminentemente relacional e interativa perante a crescente complexificação das sociedades” (FORTUNA, 1995, p. 3), o autor busca compreender o “[...] modo como os indivíduos se relacionam com os lugares históricos e monumentais da cidade e daí retiram elementos para darem sentido ao seu próprio lugar no mundo contemporâneo”. (FORTUNA, 1995, p. 11).

As ruínas das cidades são apresentadas aos indivíduos com uma dupla qualidade: repositórios de outros modos de vida de um lado, por outro estimulam a construção imaginada do presente. (FORTUNA, 1995). Do ponto de vista pessimista, as ruínas ilustram a transitoriedade e a decrepitude. Já num segundo sentido, mais otimista, as ruínas se apresentam como fragmentos e sinais do passado. “Ainda que seja um passado imaginado, e por isso mesmo, elas reconfortam-nos, tanto pessoal como coletivamente”. (FORTUNA, 1995, p. 14). Para Fortuna (1995, p. 19), “[...] as ruínas e o restante do patrimônio histórico apresentam-se como espaços ritualísticos, que suportam a transformação da identidade dos sujeitos, através de processos sociais de liminariedade”.

Figura 13 - Dignidade das ruínas – 2014.

Fonte: Acervo fotográfico de Jorge Luís Stocker Jr.

Conforme Pesavento (2006, p. 6) “[...] a ruína fala através da materialidade visível que exibe, mas, sobretudo, através daquilo que é invisível, mas que é sugerido, imaginado, sonhado ou temido”. Assim, a ruína contém a virtualidade do declínio e é desta condição que retira sua força, permitindo sonhar o passado, despertando a memória e provocando a emoção e as sensibilidades. A ruína é fantasmática, produz emoção, é reserva de sensibilidade e propicia uma transfiguração temporal. (PESAVENTO, 2006). A ruína aproxima os sujeitos de uma determinada realidade passada, mas ainda assim, é limitada na captação do sentido que realmente marcou determinado espaço.

Recuperando o pensamento de Paul Ricoeur, é possível dizer que a ruína é responsável por uma operação de reconfiguração temporal, fazendo o passado emergir no presente por uma operação imaginária de sentido. Ao presentificar uma ausência no tempo, dando-lhe um significado, a ruína opera como representação do passado. A ruína não é só materialidade, é também imagem, é presença de uma ausência, dando visibilidade a uma ideia e a uma construção imaginária, por vezes muito distante do referente que se exibe. (RICOEUR, 2007).

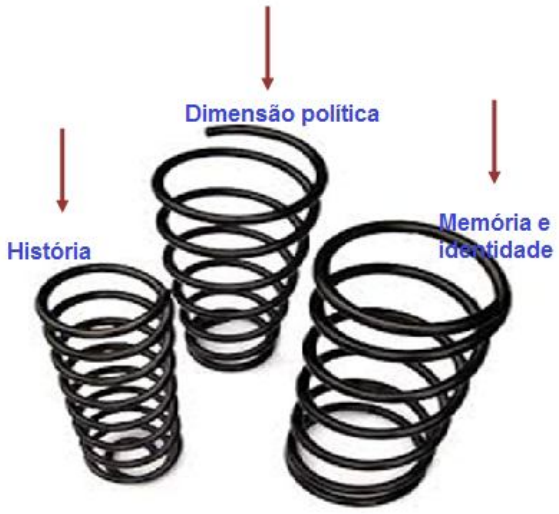
> A ruína tem valor enquanto traço e fragmento, ou seja, pelos significados que lhe atribuímos, desde o nosso olhar ancorado no tempo do presente. Neste sentido, a presença da ruína-monumento opera como a *madeleine* de Proust: desperta a evocação, estimula a memória, recompõe o passado pelo pensamento. [...] Assim, a ruína vale pelo seu caráter de ‘rastro’. A expressão é utilizada por Paul Ricoeur para referir-se ao traço que fica de uma temporalidade escoada, como pegada do homem de uma outra época, preservando a marca de algo que foi, de alguém que existiu, de um fato que ocorreu no passado e serve ao historiador para iluminar o conceito de ‘fonte’. (PESAVENTO, 2007, p. 52).

As ruínas do antigo complexo carbonífero de Arroio dos Ratos exercem um papel de evocadoras potenciais. Vale pensar quais imagens, quais histórias, qual passado é representado através destas ruínas e consequentemente é preservado.

3 A PATRIMONIALIZAÇÃO DOS REMANESCENTES DO ANTIGO COMPLEXO CARBONÍFERO DE ARROIO DOS RATOS (1983-1994)

Para discorrer sobre o objeto de pesquisa, foi necessário valer-se de uma construção explicativa – o "sistema de molas da patrimonialização". Considerando algumas das "molas" que envolvem os processos de proteção dos bens culturais – a memória, a identidade, a história e a dimensão política – investigou-se de que maneira esses conceitos se aplicaram ao caso estudado. Convém salientar que as particularidades de cada processo são expressas segundo a maneira como as "molas" reagem, logicamente de acordo com a força imposta sobre estas. Dessa maneira, o discurso acerca do valor histórico de determinado bem juntamente com a dimensão política podem receber uma força maior do que em outros casos e, por isso, gerar um maior impulso dentro da ação de proteção.

Figura 14 - As "molas da patrimonialização".



Fonte: Adaptada pela autora de Chapincar (2012).

Tratou-se de examinar nesta pesquisa se houve aspectos memoriais e identitários sobre o universo da mineração de carvão em Arroio dos Ratos, mais especificamente sobre o complexo carbonífero, e se, uma vez compartilhados pela comunidade arroio-ratense e carbonífera em geral, foram enfatizados durante o andamento do processo de tombamento e a maneira como foram tratados. Da mesma forma, atentou-se para a questão da utilização do discurso sobre o valor histórico nos

dois processos de tombamento dos remanescentes. Assim, os três primeiros conceitos (memória, identidade e história) auxiliaram na compreensão tanto das formas de apropriação da comunidade em relação ao patrimônio quanto sobre as convergências e divergências existentes entre o discurso engendrado dentro do encaminhamento burocrático do processo e aquele constituído pela comunidade. Quanto à dimensão política, coube investigar e analisar quais foram os agentes e as formas de articulação na execução dos atos de tombamento. A partir dessa análise, verificou-se o nível de compartilhamento das ações entre comunidade e agentes do Estado a serviço do processo. É importante destacar o pressuposto de que a dimensão política se constitui num elemento sempre presente na ação patrimonial, mas que guarda uma peculiaridade: necessita da legitimação vinda de outro elemento – que pode vir a ser o discurso sobre o dever de memória ou sobre o valor histórico, por exemplo – para efetivação da patrimonialização de um bem.

O recorte temporal abalizado por esta pesquisa inicia-se com a data de doação de parte dos remanescentes do antigo complexo carbonífero de Arroio dos Ratos ao Estado do Rio Grande do Sul, em 14 de janeiro de 1983[16]. O marco que indica o final desse recorte é o ano de inauguração da primeira obra de restauração dos remanescentes (1994), após o tombamento do restante dos prédios que compõem o espaço do antigo complexo e que não haviam sido incluídos no primeiro processo, o qual tombou apenas o prédio da usina e a estrutura remanescente do antigo resfriador (1986).

Num primeiro momento foi relatado o processo de transformação do complexo carbonífero em ruínas, observando a maneira com que a comunidade lidou com esses vestígios do passado da mineração de carvão após o fim das atividades industriais executadas no espaço. Em seguida, foi analisado o processo de proteção à luz dos conceitos de memória, identidade e história e, por fim, sob a perspectiva política do processo.

[16] "As atividades que envolvem a memória extrativa e energética do carvão iniciaram, em 1983, a LUIZIANA – ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S.A, pertencente ao grupo COMPANHIA DE PESQUISAS E LAVRAS MINERAIS – COPELMI, doou uma área de 2.126, 70 m^2 da área da antiga Usina Termoelétrica de Arroio dos Ratos – Poço 1, para que fosse ali instalado o Museu do Carvão". Relatório nº 02/89 – CPHAE, de janeiro de 1989. (IPHAE-RS, 1989).

3.1 *Hoje vão derrubar a chaminé!*

No capítulo anterior foi citado o exemplo das antigas casas operárias em Arroio dos Ratos que, após o fim do período áureo da mineração, foram transformadas – de maneira a perder a maior parte de suas características originais – ou destruídas. Poucos exemplares dessas casas restam na cidade, em sua maioria com grandes modificações. Essas reformas, visando ao maior conforto dos proprietários ou mesmo ao encaminhamento do imóvel para outra finalidade, são praticamente impossíveis de serem impedidas. O problema maior se coloca quando os rastros são apagados sutilmente, sem que seja levado em conta o conjunto do patrimônio carbonífero – patrimônio mineiro – em Arroio dos Ratos e seus possíveis valores incutidos.

Em entrevista, o depoente J.G.C. (2014) apontou o descaso para com o patrimônio mineiro na cidade pesquisada. Em sua fala, destacou um caso mais recente de destruição: do antigo prédio da cooperativa dos mineiros. Após ter sido colocado abaixo, foi construída sobre a área uma nova edificação[17].

O depoente assinalou que, para evitar destruições, no final da década de 1980 foi elaborada uma lei municipal[18] que dispunha o entorno do Museu Estadual do Carvão como zona de proteção, estendendo esse amparo aos espaços próximos constituídos por elementos da época áurea da mineração e que sofriam a ameaça de destruição. Entre tais espaços, destaca-se o prédio do antigo destacamento de Arroio dos Ratos, que hoje abriga a Biblioteca Pública Municipal e a Secretaria de Educação e Cultura do Município. Soma-se ainda o prédio que abrigou o cinema da cidade[19].

Outro caso emblemático refere-se à ação predatória contra o Monumento ao Mineiro[20], ocorrida no ano de 2009. Esse caso foi destacado pela mídia em virtude

---

[17] Este novo prédio atualmente abriga um supermercado.

[18] Trata-se da Lei Municipal nº 646/1989, a qual será tratada adiante.

[19] O antigo Cine Clube Vitória é lembrado pelos moradores de Arroio dos Ratos como um exemplar da opulência vivida pela cidade em seu passado minerador. A transformação sofrida pelo espaço – que atualmente abriga comércio, agência bancária e parte da Prefeitura Municipal – ainda é lamentada pela população. Esse lamento não se traduz necessariamente em desejo pela patrimonialização. Neste caso, a memória fornece certo acalento e isto parece bastar. – Pô, uma cidadezinha! Hoje como nós comportaríamos um cinema com capacidade para mil pessoas? Não tinha, não haveria necessidade... veio o advento da televisão, veio outras coisas, mas nós tínhamos o Cine Clube Vitória.(S.S., 2014).

[20] Monumento erguido no centro da cidade de Arroio dos Ratos em 04/12/1974, sob a iniciativa da primeira Câmara de Vereadores do Município. Mesmo sendo posterior ao período da mineração é considerado um símbolo da cidade e dos trabalhadores mineiros. Numa de suas placas consta:

do seu forte impacto na comunidade arroio-ratense. O site da Defender[21] anunciou o seguinte:

> Adolescentes e jovem respondem em liberdade por destruição da estátua-símbolo de Arroio dos Ratos. É com indignação que os moradores de Arroio dos Ratos acompanham as investigações da Polícia Civil em busca dos responsáveis pelo vandalismo que derrubou do pedestal a estátua do mineiro, um ícone da cidade. Segundo a polícia, todos haviam saído de um baile quando um deles, um adolescente de 16 anos, teria tido a ideia de simular uma relação sexual com a estátua. Ele e outro garoto subiram no pedestal e agarraram a estátua pelas costas, enquanto os outros faziam uma algazarra ao redor. Pelas contas das testemunhas, o episódio durou 15 minutos. A estátua se quebrou e caiu no chão.[22]

A notícia veiculada por este site ainda destacou que a ação aborreceu a comunidade de Arroio dos Ratos. Em depoimento, o ex-trabalhador das minas de carvão, Paulo Junqueira Gomes, lamentou:

> Antigamente era comum três ou quatro companheiros morrerem esmagados nas minas, todo mês. Outros tantos morreram de doenças pulmonares depois de se aposentarem. A estátua é uma homenagem a este pessoal. Ao saber o que os piás fizeram, eu senti como se um pedaço de mim fosse cortado.[23]

Cinco anos após o incidente e depois do reparo da estátua, o Monumento ao Mineiro recebeu outra placa da qual consta o nome do ex-mineiro, cuja fotografia serviu de modelo para que fosse esculpida a estátua. Tratava-se de Darci Moreira Leal, ex-trabalhador nas minas de carvão de Arroio dos Ratos e ex-secretário do Sindicato dos Mineiros. O site oficial da Prefeitura Municipal de Arroio dos Ratos anunciou: “Estátua do Mineiro tem sua identidade oficialmente declarada”[24].

“Homenagem ao mineiro pelo seu trabalho fecundo durante um século de extração carbonífera em prol da riqueza e do progresso desta região e da pátria”.

[21] Defesa Civil do Patrimônio Histórico. Essa associação civil atua na elaboração e execução direta de projetos, programas ou planos de ações, doação de recursos físicos, humanos e financeiros ou prestação de serviços intermediários de apoio a outras organizações sem fins lucrativos e a órgãos do setor público que atuam nas áreas da cultura, patrimônio histórico e artístico, turismo cultural e social, meio ambiente e cidadania. (DEFENDER – DEFESA CIVIL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO, 2015).

[22] DEFENDER – Defesa Civil do Patrimônio Histórico (2009).

[23] DEFENDER – Defesa Civil do Patrimônio Histórico (2009).

[24] Arroio dos Ratos (2014).

Figura 15 - Monumento ao Mineiro – 2009.

Fonte: DEFENDER - Defesa Civil do Patrimônio Histórico (2009b).

O complexo carbonífero também passou pelas transformações que ocorreram nos exemplos citados acima: desde a sua descaracterização à destruição de algumas de suas estruturas. Mas não parou por aí. Após um decurso de trinta anos (1956-1986), entre musgos e dilapidações, o *friche*[25] industrial tornou-se um museu.

A primeira transformação do outrora dinâmico espaço de trabalho é relatada tanto por moradores de Arroio dos Ratos como pelos de outros municípios da região carbonífera. Encontram-se entre a comunidade relatos emocionados sobre a queda de parte da chaminé da usina. Essa narrativa representa a passagem da época áurea da mineração para o período das incertezas, que seriam vividas pela comunidade de Arroio dos Ratos após o fechamento das atividades extrativas no complexo (1956).

> *É, mais eu me lembro, eu nem vou citar o nome da pessoa, que era uma pessoa que eu queria muito bem e tal e coordenou esta dinamitação. Eu ouvi os barulhos de dinamite e diziam que este senhor estava tentando derrubar a chaminé. E eu escutei um comentário na venda: – Hoje cai a chaminé! Eu tava na venda do seu Isidro comprando alguma coisa e alguém disse assim: – Hoje vão derrubar a chaminé! (S.S., 2014).*

[25] Friches industrielles refere-se a vazios industriais. Advém do conceito friches socialles que foi trazido por Jean Labasse em 1966. A expressão friche industrial, de certa maneira, parece limitar a compreensão sobre a realidade desses espaços. A expressão brownfield (campos escuro-marrons) parece mais adequada, pois aponta para a ideia de lugares que estão a espera de uma ativação. Sobre os brownfields ver VASQUES (2005).

A lembrança da explosão de parte das estruturas do antigo complexo também é verbalizada por um morador das imediações do Museu Estadual do Carvão, cujo pai foi trabalhador no antigo complexo:

> *Eu era pequeno, mas eu me lembro. A gente vinha pra aí, era uma folia, a gente que era pequeno. Não sei quantas dinamites eles botaram ali e não conseguiram derrubar aquela frente e aí depois eles colocaram lá no cano e foi aí que derrubaram a chaminé. Lá em cima da chaminé eles colocaram para derrubar, lá embaixo eles não conseguiram. Depois botaram lá em ima. Foi aí que derrubaram a parte de tijolo. (L.R.C., 2014).*

São diversas as opiniões e especulações acerca dos motivos e possíveis responsáveis pela explosão de parte das estruturas do antigo complexo. Em seu depoimento, L.R.C. (2014) discorreu sobre a possibilidade de a empresa mineradora, que controlou o complexo durante vários anos, ter procedido com a explosão. Essa especulação gira em torno da hipótese de a empresa ser, naquele momento, a única detentora de equipamentos e materiais (explosivos) necessários para essa ação. Quanto à execução da tarefa, há divergências de opiniões. Teriam sido os mineiros rebelados contra a situação deixada pela Companhia, após o fim de suas atividades naquele lugar, que procederam com a explosão? Teriam sido os mineiros a serviço da própria Companhia? Esta última proposição é a mais relatada. O objetivo dessas colocações sobre a primeira metamorfose do complexo não é investigar a veracidade das narrativas sobre a destruição das estruturas, mas chamar a atenção sobre a maneira pela qual a comunidade representa o fato e o conteúdo simbólico – a ruptura – por trás dele.

Indagado acerca do sentimento das pessoas sobre o evento da explosão, S.S. (2014) revela:

> *Nem tinham ideia da importância cultural que isso ia ter hoje. Naquela época o que existia aqui eram galpões velhos, eram prédios antigos, que não tinham serventia, a visão da comunidade era esta. Hoje talvez eu fosse um dos que subissem em cima da chaminé [...] o que muitas vezes as pessoas fizeram em relação à árvore, as pessoas sobem em cima para não derrubar uma árvore. Hoje talvez eu fosse uns do que subissem na chaminé e dissesse: – Não! Aqui ninguém dinamita! Mas nem eu tinha noção do que isso representaria no futuro.*

Em relato S.S. (2014), demonstrou emoção em relação ao evento da queda de parte da chaminé:

> *[...] mas aí naquela época o nosso vínculo com a mineração era somente... levemente histórico, por que nós não tínhamos a cultura e a valorização, nós não tínhamos evoluído para isto e a mineração, a parte produtiva não estava mais em Arroio dos Ratos, a produção da mineração já estava em Charqueadas. Então, quando falaram que ia cair a chaminé (hoje vai ser dinamitada a chaminé), eu, como curioso, resolvi fazer uma: eu subi no telhado do galpão que tinha aqui onde eu moro, do galpão onde a minha mãe lavava roupa, no tanque ali e tal, porque em cima do telhado eu tinha a visão plena da chaminé. E fiquei ali por horas e horas e eu ouvindo os barulhos de dinamite, a gente ouvia que eles estavam dinamitando a chaminé e essa parte de concreto, o frontão ali, que funcionava a geração de energia elétrica, a máquina geradora funcionava ali. E eu fiquei observando, eu não sei fiquei de manhã, de tarde, horas e a minha mãe: – O que tu está fazendo aí? E eu: – Ah mãe, tô vendo a chaminé! E a mãe: – Desce daí guri! E eu: – Eu quero ver a chaminé, eu quero ver a chaminé! E realmente deu uma explosão e eu vi a chaminé se desmanchando em partes no ar e caindo [pausa]. Talvez eu tenha sido um dos poucos privilegiados, que estavam aqui por perto, mas eu me lembro da chaminé em partes se desmanchando no ar e caindo. Não era uma chaminé grande, não era da altura da usina do gasômetro. Ela meio que se fragmentou e ela não caiu inteira, ela se fragmentou em algumas partes. Ela não se estilhaçou, ela se fragmentou em algumas partes e foi caindo. E eu assisti à cena da chaminé caindo. Hoje eu me emociono e sinto isso. Na época pra mim foi um espetáculo. Uma coisa... quem não fica curioso num incêndio de grandes proporções? Fica olhando, claro que é um espetáculo negativo, mas todo mundo para para olhar, ou para socorrer alguém, ou quando não consegue socorrer alguém para para olhar. E eu assisti a chaminé caindo e na época pra mim era uma coisa, tanto que eu fiquei na torcida que a chaminé caísse [...].*

Até hoje sem explicações comprovadas sobre o evento das explosões, o fato é que, após esse episódio, por anos as estruturas do complexo carbonífero estiveram à mercê do vandalismo e da ação do tempo. J.L.F. (2014)[26] declarou por meio de informação oral prestada à pesquisa que apenas a ação do tempo seria incapaz de prejudicar as estruturas do antigo complexo. O depoente recorda que, após sair de Arroio dos Ratos, ainda na sua infância, esteve por diversas vezes visitando a cidade e se sentiu atônito em relação à rapidez com que o local, em partes, se tornou ruínas: – *Só o tempo não era capaz disso*.

Sobre a ação humana contrária à conservação do espaço, o depoente L.R.C. (2014) afirmou ter trabalhado em sua adolescência a serviço do desmantelamento de parte da estrutura próxima à antiga chaminé. Segundo o depoente, os tijolos retirados das estruturas eram posteriormente comercializados.

[26] Informação oral cedida em Arroio dos Ratos em 06 dez. 2014.

> *Então o pouco que eu sei aqui [...] em sessenta e sete, sessenta e oito que tinha um prédio do lado daquele cano ali, da chaminé, aquele prédio ali, que veio umas gente do Butiá, logo que começou o transporte de carvão nas caçambas em sessenta e oito, sessenta e nove por aí. E aí começaram a desmanchar aquele prédio do lado [...] da chaminé [...] era uns paredões grandes que a gente furava no meio da parede e por intermédio do pessoal que comprava [...] os tijolos, não sei por intermédio de quem né, mas sei que eles compravam aqueles tijolos. Então eu sei que eles arrumavam a patrola da prefeitura e a patrola levantava um cabo e derrubava a parede.*

O fato do local ter sido considerado um vazio industrial completamente abandonado (*friche*) fez com que parte da comunidade procedesse com a retirada dos tijolos das estruturas ou mesmo utilizasse o espaço para diversas outras funções. O depoente L.R.C. (2014) destacou que parte dos tijolos retirados da estrutura serviram para a construção de um muro no entorno de sua residência que, segundo ele, tinha uma extensão considerável.

> *Toda a minha casa, em volta do terreno, tinha um muro que a gente levou daqui [...] por que ninguém cuidava isso aí. Isso aí até sessenta e nove quando eu fui pra Esteio, isso aqui era abandonado, ninguém cuidava, não tinha ninguém responsável por nada. Isso aí era tudo aberto, não tinha esses cercados, isso aí tudo era aberto. Aí tinha criação de cabrito, de animal, de cavalo, boi, vaca. O pessoal que morava aqui na redondeza, tinha uma república aqui embaixo, eles tudo criavam bicharedo e o bicharedo vinha pra dentro dormir.*

A Companhia que em tudo tinha provido à cidade, em suas necessidades mais essenciais, como uma "mãe brasileira" – conforme a expressão utilizada por SULZBACH (1989a) –, deixava a seus “órfãos” seus vestígios incrustados em meio ao tecido urbano. As explosões, mais especificamente as que resultaram na queda da chaminé, marcaram o desmantelamento de uma comunidade de trabalho em Arroio dos Ratos e, portanto, de suas referências. O que restou das estruturas serviu para a resolução de questões práticas da população.

A utilização do espaço para criação e matadouro de diversos animais, ou mesmo para moradia, demonstra essa relação da comunidade neste primeiro momento, antes do primeiro ato de tombamento dos remanescentes. A sensação de abandono deixada pela Companhia fazia do espaço dos remanescentes – e da cidade como um todo – um local pouco dinâmico onde restavam apenas os vestígios

os quais poderiam ser aproveitados para outra função, já que, com o passar dos anos, a expectativa de retorno da velha Companhia ia sendo dissipada.

> *Até o meu vizinho ali tinha matadouro de porco que ele criava porco aqui. Tinha um baita mangueirão de porco aqui, nesse prédio mesmo. Os pisos aqui eram tudo... agora tá bonito, mas era tudo quebrado aqui na época. Isso aqui tinha goteira, aí em cima. Isso aqui ficou abandonado, tinha uma gurizada que vinha brincar aqui na época, isso aqui não tinha vidro, não tinha porta, não tinha nada. (L.R.C., 2014).*

Misturam-se entre estas memórias sobre a explosão de parte das estruturas as lembranças de infância atreladas ao espaço. Conforme gradualmente ele ruía, ia também transformando-se num espaço de brincadeiras para as crianças da comunidade, muitas delas filhas de ex-trabalhadores do complexo. Estas divertiam-se entre os prédios abandonados, repletos de documentações da antiga Companhia.

Procedendo à observação direta, há um relato[27] acerca da primeira transmutação sofrida pelo espaço estudado. Inicialmente, como forma de aproximá-la à temática pesquisada, uma comerciante em Arroio dos Ratos foi interrogada sobre as origens do prédio onde abriga sua loja de roupas e acessórios femininos. Esta logo respondeu que, no passado, havia sido um restaurante onde os mineiros faziam suas refeições. Logo foi indagada sobre sua relação com a mineração de carvão e com o Museu Estadual do Carvão. Acrescentou, então, que seu pai e seu avô haviam sido trabalhadores nas minas de carvão e que, com o término das atividades do complexo, o lugar ficou abandonado, mas que recebia a visita constante de crianças que se divertiam brincando com os vestígios deixados pela Companhia no interior dos prédios. Segundo a depoente, as crianças brincavam entre as ruínas e em meio aos livros que serviam de controle da empresa sobre os horários dos trabalhadores – livros-ponto. Além das brincadeiras das crianças, foi ainda acrescentada a informação de que os adultos também frequentavam o espaço promovendo jogos de futebol.

A vulgarização sofrida pelo antigo local de trabalho é uma característica presente nos relatos. Estes afirmam que durante os trinta anos que se seguiram, do fim das atividades do complexo à criação do Museu Estadual do Carvão, o espaço foi sendo desmantelado sem ao menos preocupar a grande parcela da população de alguma forma ligada direta ou indiretamente ao trabalho na mineração. Finalizando a

[27] Informação oral cedida em 15 fev. 2014.

observação, quando a comerciante foi interrogada sobre sua participação na vida do Museu, respondeu somente participar durante a Festa da Melancia, pois do contrário *"não interessa o que tem lá"*.

Até este momento da análise deve-se levar em conta o ínfimo senso de pertencimento[28] existente entre a comunidade em relação ao local dos remanescentes. A transferência de parte da comunidade para a localidade de Charqueadas desarticulou os laços e as referências. O passado minerador de Arroio dos Ratos com todas suas nuances era motivo de luto, mas não suficientemente capaz de gerar uma força motriz que engendrasse uma articulação em favor da preservação naquele momento pós-desmantelamento. Porém, o relato de J.R.G. (2002) indicou laços de pertencimento relativos local dos remanescentes do antigo complexo no final da década de 1960, ou seja, cerca de dez anos após o fechamento do lugar.

> *O museu surgiu assim: deu-se uma reunião aqui, mil novecentos e sessenta e sete, com a sociedade junto à administração municipal e a câmara de vereadores, para discutir, que ainda não se tinha o brasão do município. Então, foi discutido, nessa reunião com a sociedade, os presidentes de clubes, patrão de CTG, a forma do brasão. Como tem o carro do mineiro; tem a área da pecuária: uma espiga de milho, uma de trigo e o [...] mineiro. Isso foi discutido nessa reunião e o Museu do Carvão estava sendo aprovado. E eu fui um dos que sugeri a ideia. Então, eu falei assim: fiz um apelo para o prefeito – que estava presente na reunião – para não deixar tirar mais um tijolo das ruínas do poço um. Porque aquilo tinha muita importância; eram três gerações que nasceram e se criaram com a iluminação gerada aqui na usina do poço um. E hoje, está transformado em ruínas! Gostaria que o prefeito, formasse uma comissão para tratar disso. Não deixar tirar, porque só o que resta em Arroio dos Ratos de mineração, são as ruínas do poço um. Então, ficou como está hoje. Desde de mil novecentos e sessenta e sete que essas ruínas estão como estão. Só foi restaurado como esse prédio aqui; foi melhorado, pintado, tudo mais. A estrutura é a mesma de sessenta e sete. (J.R.G., 2002).*

Ainda que existam relatos esparsos sobre a importância creditada pela comunidade, nesse período pós-desmantelamento, aos remanescentes do antigo complexo carbonífero de Arroio dos Ratos e a outros vestígios deixados pelo período áureo da mineração, a possibilidade da existência de forças entre a

[28] Perceber que determinado objeto (móvel ou imóvel) e/ou práticas e domínios da vida social (imaterialidade) constituem-se numa herança por serem portadores de valores específicos. É a primeira percepção que encaminha para a efetivação da atitude patrimonial.

comunidade capazes de engendrar a patrimonialização desses espaços era praticamente nula. Deve ser levado em conta o fato de que os ex-trabalhadores tanto do complexo quanto de outros poços outrora existentes em Arroio dos Ratos haviam sido transferidos para a cidade de Charqueadas pela Companhia ou mesmo por conta própria, com suas famílias, para outras cidades em busca de emprego. Na cidade ficaram apenas poucos aposentados da atividade extrativa e seus descendentes. Com a morte desses aposentados, o antigo universo de referência ia esvaziando-se. Dessa maneira, não haviam motivações suficientes entre aqueles que ficavam, a fim de preencher com novas cores os referentes que a cada dia se perdiam.

Observa-se a experiência de Goethe, enquanto viajante, com os habitantes de Malcesine, relatada por Poulot (2009). Em suas viagens como desenhista de temas, Goethe visitou Malcesine e deparou-se com castelos aos quais a comunidade local não nutria nenhum apreço. Ao começar a desenhar o local, Goethe chama atenção da população de maneira que:

> O homem de gosto, estranho à comunidade tradicional, transformava-se aqui no mentor de um orgulho local, propondo-lhe inscrever-se em uma imagem que ele havia inventado e que há de tornar-se rapidamente um lugar comum romântico. (POULOT, 2009, p. 41).

Poulot acrescenta que a atitude patrimonial compreende dois aspectos que são a assimilação do passado e a relação de alteridade estabelecida simultaneamente por qualquer presença de testemunhas do tempo remoto na atualidade. (POULOT, 2009). É importante, no momento, compreender como essa atitude patrimonial vai aos poucos constituindo-se entre a comunidade arroio-ratense e carbonífera em geral, de maneira a modificar o panorama das relações comunidade e patrimônio tornando-se força suficiente ou não na efetivação do processo de patrimonialização.

3.2 Os tombamentos sob a perspectiva dos conceitos de memória, identidade e história

A ideia da existência de um “sistema de molas”, como mecanismo de propulsão dos processos de patrimonialização, direcionou para a análise de elementos (“as molas”) existentes no discurso patrimonial capazes de acionar a

legitimação dos bens como patrimônio bem como sua proteção. Exceto a dimensão da articulação política, como parte desse sistema, os demais componentes expressam-se na forma de valores. O recorte estabelecido pela pesquisa apontou para a análise de dois elementos específicos: o valor afetivo, representado pelo discurso da memória[29] e da identidade, e o valor histórico. Estes, porém, não são os únicos valores vinculados ao patrimônio analisado. Cabe destacar que:

> [...] Se alguns valores são adotados como justificativa para o tombamento, não significa que sejam os únicos e que, ao longo do tempo, não venham a se revelar outros novos e, até então, desconhecidos. Com frequência, dimensões inexpressivas de um bem cultural passam a assumir papéis de maior preponderância do que as reconhecidas pelo tombamento. O tempo irá encarregar-se de revelar aspectos, muitos deles desconhecidos ou ainda não registrados, à época em que se informava o processo de tombamento. (DELPHIM, 2003 a*pud* BRAGHIROLLI, 2009, p. 29).

Atualmente o valor estético[30] das ruínas dos remanescentes, por exemplo, tem sido um aspecto bastante destacado pela comunidade da região carbonífera. Observou-se o número expressivo de pessoas utilizando antigos espaços industriais para a realização de ensaios fotográficos. Esse fato revelou as ruínas que compõem o Museu Estadual do Carvão como uma espécie de cenário estético para a realização de *books* diversos. Logicamente essa valoração acontece em detrimento de uma demanda de mercado, mas também sugere o apreço desse público ao espaço, que pretende registrar suas lembranças de casamento, quinze anos, formatura etc. Desse modo, Zamin (2006, p. 30) observa que:

> A atribuição de valores é, portanto, assim como o conceito de patrimônio cultural, histórica, e talvez seja possível afirmar que ela tende a ser tão ou mais baseada em juízos de valor relativos, do que em pressupostos teóricos codificados.

[29] Dos 133 participantes do questionário virtual aplicado pela pesquisa, 83 responderam considerar o Museu Estadual do Carvão um lugar de memória da indústria carbonífera e dos trabalhadores mineiros.

[30] Essa questão não diz respeito a uma valoração feita por profissionais da área, mas pela comunidade na qual se encontra o patrimônio em questão.

Figura 16 - Cerimônia religiosa do casamento de L.R.S. em frente às ruínas dos remanescentes – 2013.

Fonte: Acervo pessoal de L.R.S.

Ainda a respeito desse valor estético expresso através da realização dos *books* fotográficos, os dados fornecidos pelo relatório anual do Museu Estadual do Carvão indicam que em 2012[31] foram realizados 22 ensaios fotográficos, envolvendo 119 pessoas. No ano posterior[32] houve um aumento considerável de ensaios (61) o que contabilizou um número de 380 pessoas envolvidas. Em 2014[33] manteve-se a média do ano anterior, registrando a marca de 62 ensaios fotográficos com a participação de 459 pessoas.

[31] Relatório Anual de Atividades do Museu Estadual do Carvão – 2012. (MUSEU ESTADUAL DO CARVÃO (Arroio dos Ratos, 2012).
[32] Relatório Anual de Atividades do Museu Estadual do Carvão – 2013. (MUSEU ESTADUAL DO CARVÃO (Arroio dos Ratos, 2013).
[33] Relatório Anual de Atividades do Museu Estadual do Carvão – 2014. (MUSEU ESTADUAL DO CARVÃO (Arroio dos Ratos, 2014).

Figura 17 - *Book* fotográfico de casamento. Ruínas ao fundo – 2013.

Fonte: Acervo pessoal de L.R.S.

Para Prats (2005), o patrimônio local está composto por todos aqueles objetos, lugares e manifestações locais que, em cada caso, guardam uma relação metonímica com a externalidade cultural. Assim, o autor refere-se preferencialmente às localidades com referentes patrimoniais de escasso interesse, nas quais o patrimônio local pode vir a se transformar tanto numa ameaça quanto numa oportunidade – ameaça, frente às agressões externas que acabam por excluir a comunidade, por receio das depredações; oportunidade, quando o espaço se abre para a comunidade de forma a proporcionar a reflexão social poliédrica.

> A noção de patrimônio implica um conjunto de posses que devem ser identificadas como transmissíveis; ela mobiliza um grupo humano, uma sociedade, capaz de reconhecê-las como sua propriedade, além de demonstrar sua coerência e organizar sua recepção; ela desenha, finalmente, um conjunto de valores que permitem articular o legado do passado à espera, ou a configuração de um futuro, a fim de promover determinadas mutações e, ao mesmo tempo, de afirmar uma continuidade. (POULOT, 2009, p. 203).

Poulot (2009, p. 31) também trata o patrimônio como uma "provocação da memória". Segundo Prats (2005), a memória[34] determina a relevância dos referentes como também o conteúdo dos discursos. Assim, ela confere aos processos de patrimonialização a nível local um potencial de reflexão e complexidade dialética na formalização dos discursos muito maior que a de qualquer outro nível. Ressalta-se que:

> Diferentemente da memória individual, as coletividades esquecem instantaneamente seu passado, salvo se um voluntarismo ou uma instituição se empenham em conservar ou elaborar uma bíblia selecionada ao seu respeito, destinada a um uso específico. (VEYNE, p 15-36 *apud* POULOT, 2009, p. 234).

Passando para a relação entre patrimônio e identidade, concebe-se que os lugares, ao invés de terem identidades únicas, estão cheios de conflitos internos. (TAMASO, 2012). Porém, os atos de patrimonialização, muitas vezes, prendem-se aos aspectos de uma identidade essencializada ("o homem mineiro"[35]). Estes não refletem as contradições inerentes ao grupo, porém, por vezes, constituem-se em argumentos poderosos para legitimar determinados bens.

> [...] enquanto metalinguagens patrimônio e identidade representam tudo o que é ameaçado por uma urbanização lancinante, inclusive aquilo que, muitas vezes, nunca se teve: o espaço público, a qualidade de vida, uma auto-estima e uma identificação incondicionais em relação ao local de residência, a cidade à escala humana. (PEIXOTO, 2004, p. 184).

Analisando processos ocorridos em Portugal, Peixoto (2004, p. 183) afirma que "os processos de patrimonialização sustentam-se de uma retórica que deifica a noção de identidade". Dessa maneira, em alguns casos, esta pode se converter num recurso metonímico dentro destes processos. (PEIXOTO, 2004).

---

[34] Torna-se imprescindível estabelecer algumas considerações acerca dos conceitos de memória e história. Segundo Le Goff (2003), a História como campo de produção de conhecimento se nutre de teorias explicativas e de fontes que, por sua vez, auxiliam a compreender as ações humanas no tempo e no espaço. O autor apresenta a memória como um conjunto de funções psíquicas graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passado. Ambas são construções sobre o passado que podem apresentarem-se de forma conflituosa. Assim, observa-se que "Entendido pelo uso a outros objetos históricos, 'o dever de memória' induz uma relação afetiva, moral com o passado pouco compatível com o distanciamento e a busca de inteligibilidade que são o ofício do historiador". (SARLO, 2007, p. 43).

[35] O *clipping* do informativo *Notícias CAEEB* (Companhia Auxiliar de Empresas Elétricas Brasileiras) noticiava sobre o recém-criado Museu Estadual do Carvão: "Dentro do Museu, funcionará uma unidade de pesquisa, onde será desenvolvida uma atividade antropológica para estudar e definir as características do homem mineiro [...]".

> Patrimônio e identidade aparecem frequentemente como termos de uma mesma equação. Um patrimônio faz prova da existência de uma determinada identidade. Uma identidade insinua-se e justifica-se na medida em que se revela caucionada por um patrimônio. É com esta equação simplista que somos recorrentemente confrontados. Se aceitarmos acriticamente, as verdadeiras razões da proliferação inaudita das estratégias de patrimonialização permanecerão latentes. (PEIXOTO, 2004, p. 183 - 184).

O processo de ressemantização dos lugares também passa pelo discurso histórico que será feito sobre o objeto. Esse argumento, por sua vez, destaca um forte atributo dos locais candidatos ao tombamento: o valor histórico.

É importante observar que, no caso da legitimação do patrimônio por meio da história, enquanto as fontes dos historiadores estão abertas ao escrutínio acadêmico, o patrimônio se fecha para qualquer reavaliação. Percebe-se, então, a diferença: o patrimônio nem sempre é equivalente à história. Para Tamaso (2012, p. 31), "[...] a história torna o passado compreensível, o patrimônio tende a torná-lo agradável". No caso dos patrimônios mineiros espalhados pelo mundo, observa-se, em alguns casos, que o discurso em torno destes não reflete toda a dimensão, por exemplo, do sofrimento e da luta de classes existentes nesses antigos espaços de trabalho[36]. Quando transformados em ambientes culturais, são geralmente ocultados ou dissimulados destes patrimônios "[...] aqueles traços que evocariam os sinais de sofrimento inerentes a alguns processos produtivos. Tal é o caso dos processos produtivos relacionados à mineração". (FERREIRA, 2008, p. 153).

Deve-se entender, no entanto, que o patrimônio não é a memória, nem a história (pois não permite a crítica: é uma profissão de fé), nem a identidade, que, assim como a memória, é plural. (TAMASO, 2012). Assim, a crítica de Tamaso (2012) aponta para as formas de utilização da ideia da preservação da história e da memória de um grupo cultural, de uma etnia de um povo, de uma comunidade de trabalho etc. como justificativa para as patrimonializações. Sobre as formas em que o passado surge como legitimador da ação patrimonializadora, Sarlo (2007) afirma que:

---

[36] Entre os exemplos desse "eufemismo patrimonial", encontra-se o caso do complexo da mina de carvão de Zollverein, em Essen, na Alemanha. Por sua característica arquitetônica e técnica impressionantes (poço nº 12 em estilo Barhaus) é conhecida como a "mais bela mina de carvão" do mundo, assim é integrante da Lista do Patrimônio da Humanidade da UNESCO, desde 2001. (CORDEIRO, 2011). Observa-se, no entanto, que alguns valores (a beleza arquitetônica) sobressaem-se em relação a outros que podem estar contidos no mesmo patrimônio (a memória do trabalho).

> O passado é sempre conflituoso. A ele se referem, em concorrência, a memória e a história, porque nem sempre a história consegue acreditar na memória, e a memória desconfia de uma reconstituição que não coloque em seu centro os direitos da lembrança (direitos de vida, de justiça, de subjetividade). (SARLO, 2007, p. 9).

Partindo dessas conceituações, questiona-se: houve aspectos memoriais e identitários contidos nas narrativas da comunidade arroio-ratense e, carbonífera em geral, que foram enfatizados como justificativas para a patrimonialização dos remanescentes do antigo complexo carbonífero? Qual discurso histórico sobressai no processo? Deve-se examinar em que medida memória, identidade e discurso histórico estiveram unidos na narrativa que pretendeu legitimar os processos de patrimonialização dos remanescentes.

No caso pesquisado, apesar da inscrição do bem – nos dois processos – ter sido feita no livro do tombo histórico do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado (IPHAE), os dossiês apontam que os estudos históricos acerca dos remanescentes durante os dois processos foram escassos e superficiais. Aspectos detalhados, por exemplo, sobre o funcionamento das máquinas e ferramentas, que hoje compõem o acervo museológico, não são enfatizados. Estes, assim como diversos outros aspectos – sociais, econômicos, tecnológicos etc. –, constituem uma lacuna a respeito da história do local. É importante destacar que são poucas as referências que apresentam os detalhes sobre o funcionamento da antiga usina e do complexo como um todo, sendo a principal a obra Monografia de São Jerônimo (1964), de Carlos Alfredo Simch, que ainda assim revela poucas informações.

Ainda em relação aos aspectos históricos é importante ressaltar que, durante os dois processos de patrimonialização, carecia-se de trabalhos acadêmicos que abordassem o mundo do trabalho nas minas de carvão da região do Baixo Jacuí (as greves, o emprego de menores, os acidentes etc.), que pudessem confrontar os discursos até o momento existentes em torno da indústria do carvão naquele lugar e o que representou tanto em termos econômicos quanto sociais.

Quanto aos aspectos antropológicos, especificamente as questões que envolvem a memória e identidade mineira, destacou-se a produção de Cornelia Eckert (1983) sobre as condições de vida dos mineiros do carvão em Charqueadas na década de 1980. Este trabalho inspirou as ações em favor do tombamento do antigo complexo.

Observou-se que, durante o encaminhamento do primeiro processo, a justificativa principal do pedido de tombamento prendia-se no objetivo de implantar e dar continuidade ao incipiente projeto de Museu Comunitário e o "resgate da Memória do Carvão do Estado"[37]. O ofício encaminhado pela museóloga Maria Luiza Flores Chaves Barcellos, responsável pelos encaminhamentos iniciais de tombamento dos remanescentes, ao coordenador da Coordenadoria do Patrimônio Histórico e Artístico (CPHAE), Coronel Moacyr Domingues, foi repassado à Coordenadoria do Programa Nacional de Museus. Esta afirmou que encaminhou o assunto ao Coordenador de Planejamento da Secretaria de Educação e Cultura (SEC), que, por sua vez, estava mantendo entendimentos com a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) na tentativa de obter recursos através desse órgão para a realização de projetos que envolvessem a preservação de tecnologias. Assim, o Programa Nacional de Museus (PNM), através da figura de seu coordenador Rui Mourão, pedia para que Maria Luiza preparasse o projeto definitivo de implantação do Museu. Logicamente, esse projeto deveria prezar por um discurso voltado para o campo das tecnologias.

Ao ser encaminhado o processo ao Conselho Estadual de Cultura (CEC), este emitiu um parecer[38] acerca do pedido de tombamento efetuado pela museóloga. O documento afirmava que todos os elementos apresentados como justificativa (a ideia de implantação de um museu e um trabalho voltado para a memória do carvão no Estado) estavam suficientemente adequados e claros para a tramitação na Câmara de Patrimônio Histórico do Conselho de Estado da Cultura. O documento indica que "[...] o acervo indicado reúne expressivo conjunto de valores e bens, que testemunham momentos significativos da história industrial do Estado do Rio Grande do Sul". Prossegue:

> A arquitetura do conjunto remanescente expressa o vigor dos equipamentos industriais que refletem a contribuição da engenharia de transformação do carvão mineral em energia elétrica. A participação da tecnologia estrangeira no processo de desenvolvimento nacional, deve necessariamente ser preservada, para que as novas gerações tenham condições de avaliar a história e possam fazer uma releitura das relações do passado com o presente, visando o estabelecimento dos princípios norteadores dos projetos de construção do futuro de nosso Estado e do Brasil.

[37] Of. MC/188/85.
[38] Processo CEC nº 70/85 – Parecer nº 713.

Dispensada a apresentação de um parecer técnico, o Conselho finaliza com parecer favorável ao tombamento dos remanescentes “pelos valores que encerra e pelo significado de sua preservação para a história do Rio Grande do Sul” sob a assinatura dos conselheiros José Albano Volkmer (relator), Dante de Laytano e Mário Gardelin. Observou-se, então, que os elementos apresentados no pedido foram adequados de uma maneira a efetivar o tombamento. Analisando os documentos que sucederam o ofício do pedido de tombamento de 1985, observa-se que os elementos indústria e tecnologia vão sendo acrescentados de maneira enfática no discurso patrimonial.

Esse "testemunho industrial do Estado" ajudou a compor o cenário histórico do Rio Grande do Sul em relação à indústria que, mesmo com alguns avanços durante a década de 1890, ainda ocupou por muito tempo uma posição subordinada num estado agropastoril. (PESAVENTO, 1994). A partir dessa questão é possível observar um elemento interessante em relação ao patrimônio industrial – sua fetichização – que, por sua vez, conduz a uma idealização da Revolução Industrial no sentido de progresso[39]. Pensar historicamente os remanescentes do antigo complexo carbonífero de Arroio dos Ratos pode fazer com que se ajuste as lentes do olhar histórico apenas às visões dicotômicas do progresso × regresso, do antigo × moderno, do atual × obsoleto. É necessário, no entanto, superar as dicotomias e o discurso produzido sobre o lugar de forma superficial. Isso requer pensar além da questão dos valores pensados e legitimados sobre o lugar no momento de seu tombamento, de forma que se possa também observar as mensagens e as emoções contidas no antigo local de trabalho e buscar seu pleno sentido de patrimonialidade. Assim, para que o sentido da história do lugar não desapareça, é preciso atentar-se para outros valores existentes no patrimônio industrial, não apenas tecnológicos, mas também sociais, estéticos, simbólicos etc. Deve-se levar em conta também o fato de que “os valores estão em constante mudança no contexto social. A par disso, só se valoriza o que se conhece [...]”. (MARCHESAN, 2007, p. 205).

O material produzido pela engenheira Rita Patussi durante sua especialização no VI CECRE (Curso de Especialização em Conservação e Restauração de

[39] Questão apresentada durante minicurso ministrado por Julián Sobrino em 3 nov. 2014 ao Programa de PPGMP (Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural) da UFPel (Universidade Federal de Pelotas).

Monumentos e Centros Históricos)[40], definia as linhas de atuação para restauração e revitalização do espaço, bem como para a instalação física do Museu Estadual do Carvão no prédio da antiga usina. Alegava ainda que "[...] os dados recolhidos até o momento (1989) são insuficientes para julgar-se a pesquisa histórica terminada, faltando completar-se a pesquisa oral, e, que o estudo teórico do objeto termoelétrica deve prosseguir por algum tempo". Mesmo após a inauguração dos prédios restaurados na década de 1990, não há indícios de estudos históricos aprofundados acerca do funcionamento do local enquanto complexo carbonífero de extrema importância entre as décadas de 1920 e 1940.

A justificativa do pedido[41] efetuado em 1990 estava ancorada "[...] pelo fato de ter sido tombado somente uma parcela ficando grande parte da área original protegida apenas como entorno". O documento encaminhado pela diretora do IPHAE, Rita Patussi, ao Secretário de Cultura do Estado prosseguia: "Um bem cultural não pode ser partido, pois a memória que representa é indivisível, somente com a preservação do todo teremos um registro fidedígno (sic)".

No período em questão, entre final da década de 1980 e início de 1990, estava em fase de conclusão as obras do prédio do antigo almoxarifado, onde seria instalada a exposição do Museu do Carvão. Assim, já havia sido instituída uma comissão para viabilizar o restante das obras. É importante enfatizar que muito mais que um museu com sua exposição e acervo de peças, o Museu Estadual do Carvão abriga um complexo de 10,7 hectares, o que naquele momento já indicava as dificuldades a serem enfrentadas tanto nos projetos de restauro como de posterior conservação. O relatório[42] encaminhado pela CPHAE, sobre a situação do espaço dos remanescentes, indicava que até meados de 1986, ou seja, logo após o primeiro tombamento, o trabalho de restauro havia sido patrocinado pela empresa Copelmi e não podia ser concluído em virtude do alto custo que envolvia essa ação.

De qualquer maneira, mesmo em meio às dificuldades, segue-se o pedido de tombamento do restante das estruturas do antigo complexo. O segundo processo de tombamento é alcançado primeiramente em nível municipal, através da Lei nº

[40] A engenheira civil Rita Patussi, participante do VI CECRE (UFBA – Universidade Federal da Bahia) – Salvador 1988), escolheu a antiga usina termoelétrica de Arroio dos Ratos e Poço 1 como tema de seu trabalho de especialização.
[41] Of. IPHAE nº 130/90.
[42] Relatório CPHAE nº 02/89.

639/1989. Excluindo as áreas tombadas em 1986 pelo Estado, essa lei alcançava o restante das estruturas através do seu artigo segundo, onde consta:

> Art. 2º São considerados remanescentes históricos da mineração para efeitos desta Lei, as ruínas de prédios, túneis, leitos de resíduos minerais, assim como os locais de poços de extração, inativos, que foram polos dinâmicos da atividade mineradora do carvão.

Em seu primeiro artigo, essa lei alega “[...] razões de interesse cultural [...] para fins de preservação e memória, incorporando tal acervo ao seu patrimônio sócio-educativo-cultural”. O artigo segundo da lei segue considerando históricos os elementos tecnológicos provenientes da atividade extrativa a qual os remanescentes reportam-se.

A crise econômica dos anos 1980 – considerada a “década perdida” – foi marcada pela estagnação da indústria de transformação nacional. A indústria de bens não duráveis, considerado um setor não dinâmico, obteve uma taxa de expansão de 18,7%. A indústria de bens intermediários também cresceu e demonstrou maior capacidade de produção neste período de substituição de importações e de expansão de exportações. (MARCANTONIO, 1990). Projetos como o do Polo Petroquímico de Triunfo, cujos estudos de viabilidade foram realizados em 1975, despontaram na década de 1980 como um avanço em meio à crise. Apesar de ser um projeto não relacionado diretamente à indústria carbonífera, o fato de estar situado em município próximo à tradicional região carbonífera do Estado e estar preocupado com a consolidação da capacitação nacional na tecnologia petroquímica (FREIRE; VILIAS-BÔAS, 2000), constituiu-se num discurso importante para o Rio Grande do Sul naquele momento.

Em relação ao valor tecnológico do bem em questão R.H.P.P. (2014) que esteve envolvida no segundo processo de patrimonialização afirmou:

> *[...] já não era só um museu, mas um museu como um centro de referência da história carbonífera e de todo um desenvolvimento da economia daquela região, até por que na época da década de oitenta tinha se voltado a falar da volta da energia do carvão [...]. A gente podia fazer uma rede de museus da mineração no sentido de conhecer esse processo do Estado. Então assim, eu tinha várias dimensões, tinha a dimensão histórica local de formação da vila, tinha a dimensão da tecnologia do carvão da produção de energia e uma outra que é do potencial de mineração do Estado e onde é que estava [...].*

O parecer favorável do IPHAE que consta no Ofício nº 06/93 faz referência à Lei Municipal nº 639/1989:

> O poder público municipal consciente de sua responsabilidade constitucional e institucional de preservar as origens, a memória e a história de Arroio dos Ratos e promover o seu desenvolvimento entendendo-se como tal a elevação da qualidade de vida e a preservação, demanda social tão importante quanto qualquer outro serviço a ser prestado, promulgou a Lei nº 639/89 de 18.04.89, que decreta o tombamento dos remanescentes históricos da mineração [...].

O tombamento dos remanescentes apoiou-se no valor do testemunho histórico industrial para o Estado do Rio Grande do Sul – ainda que a história da indústria carbonífera no país havia sido pouco investigada até aquele momento – como os dossiês de tombamento traduzem claramente.

3.3 Os tombamentos sob a perspectiva política

Em relação às políticas patrimoniais, os anos 1980 e 1990 assistiram ao reconhecimento dos chamados “novos patrimônios”. A promoção e a valorização do patrimônio se constituíram, conforme Poulot (2009, p. 9) numa “[...] cruzada no âmago do mundo ocidental”. E, nessa cruzada, encontram-se soldados pertencentes a diferentes corporações. Aparecem assim os *experts*, que se subdividem entre profissionais a serviço do patrimônio e militantes voluntários do patrimônio e, por fim, a comunidade local.

Na continuidade deste estudo de caso, primeiro é importante destacar a dimensão política como uma “mola” presente nos processos de patrimonialização, porém dependente de outra mola propulsora/ legitimadora (valor histórico, dever de memória, valor arquitetônico etc.). Dessa forma, seguem-se a investigação e a análise acerca das formas de articulação dos agentes patrimonializadores na execução dos dois processos de tombamento dos remanescentes do antigo complexo carbonífero de Arroio dos Ratos tendo como baluarte o discurso legitimador construído (testemunho da história industrial e tecnológica do Estado).

3.3.1 O primeiro processo de tombamento dos remanescentes (1983-1986)

Em 1978, no Rio Grande do Sul, foi editada a legislação específica à execução de tombamentos no nível estadual. Tratava-se da Lei nº 7.231, de 18 de dezembro de

1978, que após dois anos de sua criação executou o primeiro tombamento estadual. (ZAMIN, 2006). Já em 1983, por meio de decreto, é criado o Sistema de Preservação do Patrimônio Cultural[43], que por sua vez trazia o discurso mais amplo acerca do patrimônio, o qual é salientado na Constituição de 1988. (ZAMIN, 2006).

Abordando mais especificamente sobre o patrimônio industrial, foi no início da década de 1980 que ocorreu o tombamento dos três primeiros exemplares industriais em nível estadual: o prédio da antiga viação férrea, em Montenegro (13/06/1983), a Usina do Gasômetro[44], em Porto Alegre (19/07/1983), e o tombamento de parte dos remanescentes do antigo complexo carbonífero de Arroio dos Ratos[45] – usina e resfriador – em 10/03/1986.

Em 1980, conforme *clipping* da Revista Pampeana[46], uma visita do até então diretor do Museu Antropológico do Rio Grande do Sul, Antonio Augusto Fagundes, juntamente com Ione Carvalho Medeiros, Ana Mainieri e Maria Luiza Flores Chaves Barcellos[47], à antiga Usina de Arroio dos Ratos despertou o interesse na criação do Museu do Carvão. Assim, Barcellos afirmou que: "Foi mesmo em frente às ruínas da Usina que nos propusemos retomar a memória do carvão através da criação do Museu". (BARCELLOS, [198-?], p. 10).

---

[43] Decreto nº 31.049, de 21 de janeiro de 1983.

[44] Sobre a Usina do Gasômetro cabe destacar que esta foi tombada em nível municipal no ano de 1982. Neste período, a Eletrobrás cedeu e transferiu ao município de Porto Alegre o uso do terreno. A restauração da edificação ocorreu em 1988, sendo que passou a funcionar como Centro Cultural a partir de 1991.

[45] Do processo de tombamento consta "remanescentes da antiga usina termoelétrica de Arroio dos Ratos". Salienta-se que este estudo de caso optou pela utilização do termo "complexo carbonífero" em função das diversas atividades exercidas no antigo local de trabalho. Além da geração de energia elétrica através da usina, havia também a extração de carvão, beneficiamento, análise, produção de subprodutos do minério, oficina para fabricação de diversas ferramentas para o trabalho minerador etc.

[46] Informação extraída de Barcellos, [198-?], p. 10.

[47] "MARIA LUIZA FLORES CHAVES BARCELLOS – COREM 3ª Região nº reg. 0010-IV. Nasceu em 24/09/1932 e faleceu em 09/11/2004, em Porto Alegre. Graduada em História, pela PUC-RS, em 1970. Exerceu atividades técnicas de museologia no Museu Antropológico do RS, de 1978 até seu falecimento. A sua luta pela restauração do sítio carbonífero, primeira usina termelétrica do Brasil, localizado em Arroio dos Ratos, resultou em 1986 na criação do Museu Estadual do Carvão (Decreto RS nº 32.211), por ela idealizado. Filiada ao ICOM, tendo participado de inúmeras Conferências Gerais, de 1989 até seu falecimento. Presidiu o COREM 3ª Região, gestão 1999-2001, período durante o qual se empenhou junto a Universidades gaúchas na criação de cursos de museologia. Tal movimento resultou na oferta pela UFRGS, do curso de Especialização em Museologia – Patrimônio Cultural, no qual foi aluna na turma de 2002/2003. Muito querida por seus colegas, tinha por hábito acolher os profissionais de museus em visita ao Rio Grande do Sul, apresentando e valorizando o patrimônio museológico do Estado. Profissional atuante, participando e colaborando em eventos museológicos regionais, nacionais e internacionais. No ano de seu falecimento colaborou na obra "Porto Alegre em destaque: história e cultura", editada pela EDIPUCRS, com o capítulo "Para falar dos Museus de Porto Alegre" (p.157-174)". Informação divulgada pelo Conselho Regional de Museologia – 3ª região, em razão da homenagem (*in memorian*) prestada à Maria Luiza Flores Chaves Barcellos durante o Fórum Nacional de Museus (Belém, Pará – 2014).

O ponto de partida para o primeiro tombamento dos remanescentes e a implantação do Museu do Carvão aconteceu em 1983. Nesse ano foi realizada a doação, pura e simples, ao Estado do Rio Grande do Sul de parte da área do antigo complexo carbonífero – 2.126,70 m^2 – que outrora pertenceu à Companhia mineradora local, Copelmi. Dois anos após a doação do espaço, começaram as tratativas oficiais a respeito do tombamento e a criação do Museu.

O ofício de número MC/188/85 encaminhado por Maria Luiza Flores Chaves Barcellos ao Coronel Moacyr Domingues, coordenador da CPHAE, indicava que o Museu do Carvão já existia mesmo que ainda não oficialmente. Nesse documento, Maria Luiza assinava ao final sob o título de diretora do Museu do Carvão.

Em 17 de setembro de 1985, através do Ofício nº 154/85 – 10ª RR, o arquiteto Júlio de Cúrtis[48] respondeu ao documento encaminhado por Maria Luiza que por sua vez consultava-o sobre a oportunidade do pedido de tombamento da antiga usina[49] de Arroio dos Ratos pelo Estado do Rio Grande do Sul; no primeiro momento apenas a parte em que funcionaram a usina e o resfriador estava sendo avaliada. Em resposta, Cúrtis afirmou que "[...] efetivamente, os remanescentes da antiga Usina Termoelétrica de Arroio dos Ratos merecem, como testemunho da história industrial deste Estado, ser preservados". Indicava ainda que o tombamento era o único instrumento jurídico capaz de garantir "[...] a perenidade e adequação do uso".

É importante lembrar que o arquiteto Júlio de Cúrtis atuou no processo de tombamento da Usina do Gasômetro[50]. Essa ação por sua vez acontecia paralelamente ao projeto de criação do Museu do Trabalho. (ZAMIN, 2006). A conjuntura aponta, como explanado anteriormente, o início de um olhar voltado para o passado industrial do Rio Grande do Sul. Assim, houve um compartilhamento de ideias e apoio entre os defensores desse novo olhar. Porém, ao contrário da conhecida manifestação – o abraço à Usina do Gasômetro – da população de Porto

[48] Júlio de Cúrtis naquele período exercia o cargo de diretor da 10ª Diretoria Regional da SPHAN/Pró-Memória (Subsecretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Fundação Nacional Pró-Memória).

[49] Tanto no primeiro processo de tombamento dos remanescentes quanto no segundo, os documentos referem-se ao espaço apenas como "Remanescentes da Antiga Usina Termoelétrica de Arroio dos Ratos". A noção ampla do patrimônio que serviu outrora para abrigar um complexo industrial carbonífero, assim como esta pesquisa procura salientar, não é destacada neste momento.

[50] "O tombamento da Usina do Gasômetro – inscrição em 31/05/1983 – Voluntário – teve atores de instâncias superiores negociando diretamente com o governador Jair Soares, destacando-se a atuação do diretor da 10ª Diretoria Regional da SPHAN, Júlio N. B. de Curtis". (ZAMIN, 2006, p. 59).

Alegre (BUENO; TAITELBAUM, 2009), a experiência em Arroio dos Ratos seria diferente, pois o tombamento dos remanescentes não partia de um anseio demonstrado pela comunidade local. Indagada a respeito da participação dos locais no processo de tombamento dos remanescentes do antigo complexo, S.H.B.F. (2014), moradora de Arroio dos Ratos e ex-diretora do Museu Estadual do Carvão, afirma: *"[...] esta iniciativa de preservação veio de Porto Alegre para cá, não daqui pra lá. Nunca! Nunca a comunidade se mobilizou"*.

Conforme artigo escrito por Barcellos[51], além do apoio da empresa Copelmi, a empreitada de patrimonialização neste primeiro momento recebeu também a adesão do setor da cultura e da energia, representados respectivamente por Dante de Laytano e Romeo Ramos. Acrescentava-se à rede de apoios, a participação da prefeitura Municipal de Arroio dos Ratos. Ainda no dossiê de 1985, encontra-se anexado um *clipping* do informativo Notícias Companhia Auxiliar de Empresas Elétricas Brasileiras (CAEBB) sobre as obras do Museu do Carvão, destacando também o apoio "[...] do príncipe D. Pedro de Órleans e Bragança à implantação do Museu do Carvão".

Barcellos (198-?) afirma que ainda no ano de 1983 teve início o processo de pesquisa, através de contato com testemunhas do período da mineração através dos serviços de "[...] arrolamento do acervo, o registro da memória do cotidiano das minas, a coleção de objetos que evidenciam a tecnologia do carvão na época". (BARCELLOS, [198-?], p. 11). Consta ainda que um trabalho educativo com as escolas da região carbonífera foi iniciado e criada a Associação de Amigos do Museu do Carvão (AMCARS).

Sobre o processo de recolhimento dos objetos que comporiam a coleção e/ou as coleções do recém-criado, extraoficialmente, Museu do Carvão, não há no acervo do Museu nenhum livro de registro do qual constam informações dos objetos recolhidos e seus respectivos doadores. As peças que estão dispostas na exposição de longa duração não possuem descrição detalhada, contendo informações sobre seus usos anteriores, o que gera apenas especulações sobre seus usos no passado.

Nesse processo de coleta de objetos do período da mineração subterrânea em Arroio dos Ratos, a fim de compor o cenário que refletisse os processos de

[51] Barcellos (198-?], p. 10).

extração e transporte do carvão, foi assinado um termo de cessão, por empréstimo e responsabilidade (28/05/1985) à Rede Ferroviária Federal S/A, que por sua vez entregou por empréstimo sem ônus e a título precário os vagões[52] e as estruturas mistas números p-128 e s-108 que seriam destinados aos serviços educativos do programa Museu-Escola.

Figura 18 - Vagões cedidos ao Museu Estadual do Carvão – 1991.

Fonte: Acervo do Museu Estadual do Carvão.

Em processo, o Conselho Estadual da Cultura (processo CEC nº 70/85, parecer nº 713) relatou que "[...] todos os elementos indispensáveis para a formulação de parecer estão suficientemente adequados e claros, para tramitação na Câmara de Patrimônio Histórico do Conselho Estadual de Cultura". Esse

[52] Estes vagões faziam parte da locomotiva a vapor que transitava pela Ferrovia do Riacho, no bairro Tristeza – Porto Alegre. A Ferrovia do Riacho é o único caso que se tem notícia, em todo o Brasil, de uma ferrovia municipal. Foi concebida, projetada, construída, paga e operada pela municipalidade de Porto Alegre. "Em 1986 ela foi retirada do Parque Saint'Hilaire, reformada pela Rede Ferroviária Federal S/A, e instalado no Museu do Carvão, na cidade de Arroio dos Ratos. Para então novamente iniciar um processo de abandono e degradação, pois ficou sem qualquer conservação. O Museu estadual, não conseguindo fazer a mínima manutenção na locomotiva, repassou-a em 2008 para a prefeitura de Carlos Barbosa, que teria interesse em reformá-la e colocar ela em uma praça como atração turística. Porém, a troca do gestor municipal novamente relegou-a ao total abandono, em local desprotegido, exposta às intempéries e vandalismo, estando hoje na pior situação das últimas cinco décadas". Atualmente os moradores do bairro Ponte Seca, no município de Carlos Barbosa, têm se mobilizado através de abaixo-assinados e outras formas de manifestação para pedir a conservação da locomotiva e seus vagões. (MUSEU DO CARVÃO, 2008).

documento ainda enfatiza que a solicitação de tombamento dos remanescentes da antiga usina foi iniciativa da então diretora Maria Luiza Flores Chaves Barcellos.

Em relação à participação da comunidade no processo e nas decisões posteriores, aponta-se a fundação de uma Associação de Amigos do Museu do Carvão do Rio Grande do Sul[53] que tinha por objetivo "[...] apoiar as atividades afins do Museu do Carvão"[54]. Os relatos sinalizam que essa associação dedicou-se por um tempo à realização de eventos que tivessem como objetivo atrair o público, ou seja, a comunidade, especialmente de Arroio dos Ratos, para o Museu. Porém, a estratégia de eventos como atrativos se mostra eficaz dentro de um determinado prazo, mas aos poucos perde o seu poder de atratividade e, por consequência, os consumidores da fruição cultural.

Deve-se levar em consideração que o período em que se situa o encaminhamento do primeiro pedido de tombamento de parte dos remanescentes é marcado pela ressemantização das noções de patrimônio e de proteção. Esse aspecto é observado através da introdução de conceitos abrangentes em relação ao patrimônio, tais como o de referência e bem cultural. (FONSECA, 2009).

Enquanto até a década de 1970 o discurso patrimonial esteve centrado na defesa da memória nacional sacralizada, com uma forte tendência ao tombamento de conjuntos arquitetônicos ligados ao barroco – representativos da herança europeia, branca e cristã –, a partir desse período de abertura "lenta, gradual e segura" houve uma guinada, fruto do debate nacional que começava a ganhar corpo:

> Nessa década, temos o crescimento dos movimentos sociais, que vão ganhando força com suas reivindicações; a promulgação, em 1979, da Lei de Anistia, possibilitando o retorno de muitos intelectuais exilados ao Brasil; as greves trabalhistas e a fundação do Partido dos Trabalhadores; a Assembleia Nacional Constituinte, realizada entre 1987-88; e a promulgação da nova Constituição Federal, em 1988. (PEREGRINO, 2012, p. 89).

Ainda em relação à política nacional e estadual de defesa do patrimônio no período tratado é destacado:

[53] Fundada em 06/08/1986.
[54] Estatutos da Associação dos Amigos do Museu do Carvão do Rio Grande do Sul (AMCARS), 26/08/1986.

> *A outra coisa também que a gente não pode esquecer, que é na década, principalmente na virada da década de setenta e na década de oitenta que a questão do patrimônio cultural começa efetivamente assim ter uma voz e uma vez no Rio Grande do Sul então até como aspecto de desenvolvimento cultural do Estado por que até então a gente não tinha isso. É na década de oitenta que surgem vários movimentos na União, nos municípios e no Estado que as leis estaduais começam a se reforçar, que se tinha um grupo forte trabalhando, eu me lembro que a gente tinha era Estado e União, a gente trabalhava muito, tinha universidade, tinha um grupo, vamos chamar de força, inteligência e desejo trabalhando em prol da preservação. Então é um momento que se olha pra isso, e isso a gente não pode tirar do contexto. Algumas pessoas mais conectadas começaram a perceber ou por desejo ou por melancolia, ou por orgulho, mas enfim começaram a dar valor para aquilo. E tem aqueles que não tão nem aí, que façam o que fizer ficam na omissão. E isso, como em qualquer comunidade, teve isso lá dentro. (R.H.P.P., 2014).*

Em 1981 foi formulada uma proposta de democratização da política cultural do Ministério da Educação (MEC) através da publicação das Diretrizes para operacionalização da política cultural do MEC. Estas surtiram efeito na questão da política de preservação do patrimônio no Brasil, de forma a elaborar uma visão mais politizada da questão do patrimônio procurando relacioná-la à luta pela cidadania. (FONSECA, 2009).

Sobre os processos de tombamento ocorridos nesse período na esfera federal, Fonseca (2009) em sua análise observa a existência de um aumento na participação da sociedade civil em relação aos pedidos anteriores à década de 1970. Apesar desta abertura ainda foi observado pela autora que os pedidos feitos por agentes institucionais constituíram-se em fator favorável ao tombamento, Fonseca (2009) atribui isso a duas causas:

> [...] seja que esse agente está mais familiarizado com os critérios técnicos que orientam a seleção dos bens passíveis de tombamento, seja que, por estar ciente e envolvido no processo – que, em princípio, é do interesse da instituição – contribui para o seu andamento. (FONSECA, 2009, p. 183).

Quanto à mobilização da população local em defesa do patrimônio, a autora destaca o caso da Praça Coronel Pedro Osório em Pelotas, Rio Grande do Sul, e da Estrada de Ferro Madeira Mamoré, em Rondônia. Essa pesquisa chama a atenção por o último caso ser um patrimônio ferroviário, em que os ex-trabalhadores da estrada de ferro encaminharam o pedido de tombamento ao IPHAN como forma de sustar a venda das peças da ferrovia. (FONSECA, 2009).

O discurso que centra-se na preocupação com a participação da comunidade local nos processos de tombamento ancora-se no lema da Fundação Nacional Pró-Memória (FNPM): “a comunidade é a melhor guardiã de seu patrimônio”. (FONSECA, 2009). Porém, é necessário atentar-se para os conflitos e contradições intrínsecos no próprio conceito de comunidade.

> A antropóloga Eunice Durham considera que a ‘ideia de comunidade’ é um mito da nossa transformação política. Todo o conceito de comunidade está preso à noção de igualdade, de convivência etc. Pensar na comunidade urbana é muito complicado, se não totalmente falso. E não há nada de que se fale mais no país ultimamente do que em comunidade. É a coisa que menos existe e sobre a qual mais se fala. (FONSECA, 2009, p. 210 *apud* ARANTES, 1984, p. 55).

Em relação à perspectiva política do primeiro processo, é importante destacar que o tombamento dos remanescentes e, particularmente, a criação do Museu Estadual do Carvão naquele momento estavam relacionados também aos novos investimentos econômicos anunciados para a região carbonífera do Baixo Jacuí durante a década de 1980 - Polo Petroquímico, em Triunfo e mineração do carvão na região do Faxinal (localidade próxima a Arroio dos Ratos)[55].

3.3.2 O segundo processo de tombamento dos remanescentes (1990-1994)

Voltando-se para o início das articulações em favor do segundo processo de tombamento dos remanescentes do antigo complexo carbonífero de Arroio dos Ratos, retoma-se que estes foram objeto de estudo da engenheira Rita Patussi durante o VI Curso de Especialização em Conservação de Monumentos e Centros Históricos (CECRE) em 1988. Posteriormente foi criada a Lei Municipal nº 639/1989, que decretou o tombamento dos remanescentes históricos da mineração, conforme visto anteriormente. Neste ano, cria-se também a Lei Municipal nº 646/1989, de autoria da Câmara Municipal de Vereadores de Arroio dos Ratos, que instituiu normas de proteção para o entorno da área tombada pelo primeiro processo e disciplinou o uso e a ocupação do solo. A análise centra-se neste momento, especificamente, em torno da Lei nº 646/1989 e o papel do CECRE neste processo.

[55] A mina a céu aberto do Faxinal teve início em 1981. Nesse local, foram abertos os primeiros poços subterrâneos (1853) por James Johnson. Após a abertura do Faxinal, foi inaugurada a mina a céu aberto do Calombo (1983). Esta foi logo foi suspensa em razão do problema de drenagem da água. Somente foi retomada no início de 2010.

Em seu primeiro artigo, a Lei nº 646/1989 enfatiza:

> Art. 1º Reconhecendo o tombamento Estadual dos remanescentes da Antiga Usina Termoelétrica de Arroio dos Ratos – Poço 1, como Patrimônio Cultural, esta lei institui normas e critérios de preservação e proteção do entorno deste Patrimônio, por fazerem parte da História do Município e da paisagem urbana, disciplina o uso e ocupação do solo, as obras e posturas nestas áreas lindeiras visando à preservação dos remanescentes e da paisagem no qual estão inseridos, autoriza convênios com o Executivo para viabilizar a recuperação dos remanescentes da Antiga Usina Termoelétrica e proteção do seu entorno.

O entorno – com exceção do lote 41, da quadra 138, de propriedade do Governo do Estado, área tombada até aquele momento – o qual se refere a lei está dividido em três zonas de proteção. São elas:

1) Zona de Proteção Rigorosa (ZPR):

> [...] área que fazia parte da antiga Usina Termoelétrica, onde se concentra o maior volume dos remanescentes, pertencente ao Governo do Estado, lindeiras à área tombada, localizada na quadra 138, junto à divisa entre o perímetro urbano e zona rural, destinada ao Museu do Carvão onde as normas e critérios de intervenção são rigorosos, a fim de evitar a descaracterização paisagística e o desaparecimento dos remanescentes.

2) Zona de Proteção Ambiental Rigorosa (ZPAR):

> [...] área que abrange a quadra 138 e rua Silvana Narvaes, lindeira à ZPR, chegando ao limite do perímetro urbano, parte desta área abriga a antiga Usina, onde as normas e os critérios para a intervenção são rigorosos, diferenciando-se da ZPS, por não ter uso específico, a fim de evitar a descaracterização paisagística e desaparecimento dos remanescentes, bem como obstrução visual dos mesmos.

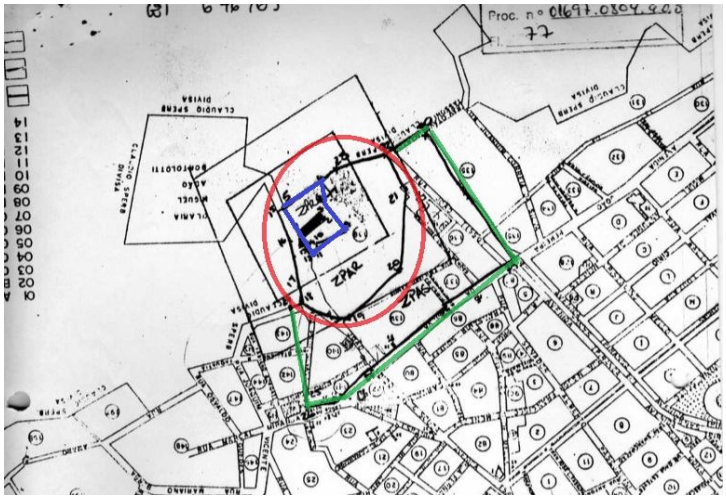
3) Zona de Proteção Ambiental Secundária (ZPAS):

> [...] área situada entre a ZPAR, à Av. João Pereira da Silva e o Largo do Mineiro, onde as normas e os critérios para intervenção são tão rigorosos como nas ZPR e ZPAR visam manter os remanescentes também como ponto de referência da paisagem urbana.

De acordo com o depoente J.G.C. (2014), *"[...] a lei ajudou a proteger o Museu, pois ele estava ameaçado pela especulação, pois é uma área central"*. A lei se colocou de forma estratégica para aquele momento, pois pesou inclusive os compromissos sobre a empresa de fundição que estava instalada num dos pavilhões pertencentes ao antigo complexo e que não havia sido contemplado no primeiro processo de tombamento. Como as atividades exercidas por essa empresa eram

consideradas prejudiciais à preservação dos remanescentes, a vigência desta lei facilitou a passagem dos prédios ocupados para o Estado. Consequentemente essa ação reforçou as articulações em favor do segundo processo de patrimonialização, que incluiu ao rol de bens tombados o prédio do pavilhão (antiga oficina) e demais estruturas que, atualmente, compõem o conjunto dos remanescentes do antigo complexo carbonífero de Arroio dos Ratos.

Figura 19 - Regiões da ZPR (Zona de Proteção Rigorosa), ZPAR (Zona de Proteção Ambiental Rigorosa) e da ZPAS (Zona de Proteção Ambiental Secundária) descritas na Lei Municipal nº 646/1989.



Fonte: Acervo do Museu Estadual do Carvão.

Em relação à questão do entorno, observa-se que o Decreto-Lei Federal nº 25/1937, em seu artigo 18[56], enfatiza a proteção do entorno, de maneira que este não seja obstruído por construções que lhe impeçam ou reduzam a visibilidade. (MARCHESAN, 2007). Segundo Marchesan (2007, p. 169) a aplicação desses instrumentos da legislação brasileira ainda é escassa quer "[...] pela falta de estudos técnicos que embasem suas definições, quer pela jurisprudência bastante acanhada na compreensão do teor do aludido art. 18". Apesar do avanço na delimitação das zonas de proteção pela Lei Municipal nº 646/1989, percebe-se a força representada pelo estatuto do tombamento. Em 1990, recorreu-se a este a fim de proteger o

[56] "Art. 18. Sem prévia autorização do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, não se poderá, na vizinhança da coisa tombada, fazer construção que lhe impeça ou reduza a visibílidade, nem nela colocar anúncios ou cartazes, sob pena de ser mandada destruir a obra ou retirar o objéto, impondo-se nêste caso a multa de cincoenta por cento do valor do mesmo objeto". (BRASIL, 1937). No Estado do Rio Grande do Sul este princípio do entorno, que consta na legislação federal, é válido.

restante da área original dos remanescentes que naquele momento contava apenas com a proteção de entorno. De qualquer maneira, mesmo após o segundo tombamento, a Lei nº 646/1989 continua sendo importante, porém ainda é desconhecida pela população.

A proposta de trabalho desenvolvida pela engenheira civil Rita Patussi durante o VI CECRE também tornou-se um fator relevante a fim de encaminhar o processo de tombamento do restante dos remanescentes e de restaurar parte das estruturas onde definitivamente seria instalado o Museu do Carvão com suas exposições. Segundo o planejamento construído por Patussi durante o VI CECRE, a primeira parte da intervenção consistia na área arquitetônica, paisagística, museológica e urbanística. Já o segundo momento consistia em obras de engenharia, levando em conta a consolidação e conservação das estruturas.

O Museu Estadual do Carvão era uma realidade que precisava urgentemente ter resultados práticos. Da sua instituição, em 1986, até as obras de restauro, em 1993, o Museu possuía apenas uma pequena exposição no prédio do antigo almoxarifado. Carecia, assim, de uma intervenção que viabilizasse todo o dinamismo proposto nos primórdios de sua constituição. O relatório[57] produzido pelo CPHAE em 1989, após a realização do VI CECRE, recapitulava algumas ações realizadas até aquele momento e apresentava esclarecimentos acerca da proposta de continuidade dos trabalhos de restauro.

Sobre as ações anteriores, destaca-se que 1985 os arquitetos Edgar Bittencourt e Débora Magalhães da Costa realizaram um prévio levantamento da área doada em 1983 ao Estado e de seu entorno. Logo em seguida, o arquiteto Walter Balestra realizou o estudo preliminar para o projeto arquitetônico de instalação do Museu do Carvão. A criação da instituição museológica reforçava a urgência das obras para a sua instalação física. Porém, o anteprojeto apresentado, conforme levantamentos feitos sob o patrocínio da empresa Copelmi, não pôde ser concluído devido ao seu alto custo.

Em 1986, a portaria que designava a formação de uma equipe técnica composta por técnicos de outros órgãos estaduais e profissionais liberais para levar adiante as tratativas de restauração, atribuindo ao arquiteto do CPHAE René Hugaud a coordenação, foi anulada. Mais uma vez o trabalho foi interrompido.

[57] Relatório nº 02/89. Este relatório foi elaborado pela engenheira civil Rita Patussi, que era a responsável pelos trabalhos.

Ainda em 1986 foi repassada verba pela SPHAN/FNPm com a qual foi comprado o material de construção para as obras, e o arquiteto da prefeitura municipal de Arroio dos Ratos construiu um cronograma físico e financeiro para a obra, sem ter sido elaborado o projeto. Assim, somente a partir de dezembro de 1987 houve um novo impulso nas obras em virtude do fato da sede do Museu do Carvão ter sido escolhida como tema do trabalho de especialização de Rita Patussi no VI CECRE.

Em seu trabalho Patussi elaborou um projeto em que se previa três etapas: levantamento cadastral, histórico e fotográfico[58]; elaboração do projeto; execução do projeto. A partir destas etapas observam-se as dificuldades. A preocupação com a instalação física e definitiva do Museu Estadual do Carvão encaminhará consequentemente para o tombamento do restante das estruturas dos remanescentes.

Discorrendo sobre o relatório nº 02/89 da CPHAE, são citados documentos relacionados às ações preservacionistas. Entre eles são destacados a Constituição Estadual, especificamente seus artigos 180 e 187 e a Lei nº 7.231/1978, específica sobre o assunto da preservação. No entanto, ao final do texto sobre as bases legais para o restauro dos remanescentes e a instalação do Museu é destacado que, por mais que reconhecido o mérito das ações preservacionistas, estas são exigidas e amparadas por legislação com o apoio da comunidade, como sua produtora e zeladora. Porém, observando-se, até o momento, constatou-se apenas a participação da prefeitura municipal de Arroio dos Ratos em algumas ações e praticamente nenhuma ação direcionada por membros da comunidade local.

Em depoimento, R.H.P.P. (2014) faz uma crítica sobre a atuação dos profissionais nos processos de tombamento e constituição do Museu Estadual do Carvão:

> *Hoje, eu vou te fazer uma análise muito da maturidade que a gente vai adquirindo e por aquilo que a gente aprende com as experiências. Hoje,*

[58] Em relação ao levantamento cadastral, histórico e fotográfico na primeira parte do VI CECRE, este teve os encargos financeiros assumidos em grande parte pela empresa mineradora Copelmi. Nesse momento foi possível cadastrar apenas o prédio da usina e a pesquisa histórica ficou insuficiente "devido à inexistência ou à precariedade de fontes". “Desde março, em Salvador em contato permanente com a CPHAE e o Museu do Carvão, foram enviados dois documentos datados de 21 e 30 de junho consecutivamente, onde expunha-se a situação até o momento, chegando-se a cogitar na troca de tema devido às dificuldades encontradas (falta de dados e de recursos financeiros para prosseguir)”. Relatório da CPHAE nº 02/89. (IPHAE-RS, 1989).

> *por que eu trabalho numa outra linha, que é de processo de desenvolvimento e valor compartilhado então... E eu acho que assim a gente poderia ter sido mais efetivo, se a gente tivesse se unido mais com a pesquisa da Cornelia, tivesse feito um trabalho um pouco maior com a comunidade de escuta com a comunidade, de trazer a comunidade pra aquilo também. [...] Era uma coisa assim que as pessoas não conseguiam compreender o que nos levava a fazer isso, o que a gente queria com isso. E pensando bem o que ia justificar, o por que as duas [R.H.P.P. e Maria Luiza] resolveram acreditar nisso e ver que isso era importante, racionalmente eu não saberia te dizer, sempre acreditei e continuo acreditando que é um espaço necessário e que precisa ser valorizado. (R.H.P.P., 2014).*

Figura 20 - Processo de restauração da estrutura da antiga usina termoelétrica – parte do antigo complexo carbonífero **–** [199-?].

Fonte: Acervo do Museu Estadual do Carvão.

Os agentes institucionais, movidos pelo intuito de atuar como mediadores dos grupos sociais marginalizados junto ao Estado de maneira a promover a ação cidadã (FONSECA, 2009), depararam-se com situações na comunidade arroio-ratense que, em muitos casos, acabaram sendo desmotivadoras para a própria continuidade dos trabalhos de restauro e implementação efetiva do Museu Estadual do Carvão. A

despeito dessa situação, juntamente com o conhecimento do bem o qual se deseja patrimonializar, é necessário conhecer a comunidade que os processos de patrimonialização envolverão. Portanto, o conhecimento da comunidade na qual o legado está inserido é uma etapa fundamental, pois auxiliará no estabelecimento do patrimônio como forma de comunicação social. Para tanto, é necessário que existam sujeitos dispostos a funcionar como interlocutores dessa forma de comunicação social e capazes de exercer essa tarefa. (FONSECA, 2009).

Cabe destacar que, em 1988, por meio de compra simbólica, a área doada em 1983 pela Copelmi foi ampliada para 17.018,80 m^2, incluindo outras estruturas não tombadas no primeiro processo. Ressalta-se que, após a lei municipal de zoneamento, essa ampliação foi importante para a efetivação do segundo tombamento.

Reforça-se no relatório 02/89 do CPHAE questões de ordem política que poderiam afetar as obras de instalação do Museu Estadual do Carvão:

> [...] a dois anos do final do mandato da Administração Estadual, no início de uma nova Administração Municipal, com proposta para prosseguimento dos trabalhos, vê-se este momento como crítico, em 'tempo limite', sente-se que a manifestação e o apoio mais efetivo por parte do Governo se faz urgente e indispensável. Cabe a este dar o primeiro passo, servindo de exemplo, principalmente, quando hoje é desencadeada uma política carbonífera que extrapola a fronteira brasileira. O Museu do Carvão e sua sede, resgatam a memória técnica-científica e econômica, com repercussão sócio cultural, do Rio Grande do Sul: este não é apenas patrimônio Regional ou Estadual, é Nacional, pois demonstra o pioneirismo gaúcho.

Como observa-se, são reforçados alguns elementos encontrados como justificativas para o projeto do Museu Estadual ser efetivado. O Governo do Estado passa também a ser pressionado a assumir essa proposta, pois trata-se de um elemento identitário - o pioneirismo gaúcho na indústria extrativa.

O pedido de tombamento foi justificado no Ofício nº 130/90, de 28 de novembro de 1990, encaminhado pela engenheira Rita Patussi, até então diretora do IPHAE, ao secretário de Cultura, Carlos Jorge Appel, da seguinte maneira: "[...] pelo fato de ter sido tombado somente uma parcela, ficando grande parte da área original protegida apenas como entorno"[59]. Assim, o segundo processo de tombamento foi possível em razão da demanda pela continuação das obras de restauro e, enfim, a

[59] Fl. 02 do processo nº 01697.08.04900.

instalação física do Museu Estadual do Carvão. Após esse processo, que possuía objetivos específicos, seguiram-se as obras de restauração.

"1993, o ano da restauração". Assim o fôlder anunciou, junto à imagem da estrutura da antiga usina em ruínas, os planos previstos para esse ano em relação ao Museu Estadual do Carvão. A ideia trazida pelo material indicava que o objetivo naquele momento era "resgatar a memória do mineral no Estado, berço da indústria carbonífera no País"[60]. Mais adiante, coloca também como objetivo do Governo que naquele momento administrava o Estado "[...] restaurar as ruínas e entregar à comunidade da região um local para eventos culturais, preservando a história do Município e dos primeiros mineiros do País".

Em relação às obras de restauro, J.G.C. (2014) fala acerca das dificuldades encontradas e do anseio para que a comunidade local se apropriasse no esforço empreendido pelos agentes através das obras:

> *[...] eu me lembro do Natal Luz, eu me lembro do primeiro Natal Luz, o Museu tava em obras, completamente em obras, que era essa ideia de chamar a comunidade: – Tá acontecendo isso, vocês têm que vir aqui olhar [...] também com muitos problemas, por que essa falta de estrutura geral, ela acontece também durante a restauração, mas enfim foi superado e conseguimos fazer o que eu considero um bom trabalho.*

Em outro depoimento segue a percepção acerca da relação, de pouco envolvimento, e às vezes de descaso, da comunidade local com todo o processo de patrimonialização dos remanescentes do antigo complexo carbonífero:

> *Eu acho assim que tinham várias coisas. Primeiro, que a gente sempre tem que levar em consideração que aquilo que pro outro pode ser uma coisa linda, pra quem viveu pode ser um símbolo de um sofrimento e tu não quer registrar. Pode ser um símbolo de um atraso, daquilo que a comunidade considera um atraso "Poxa nós precisávamos entrar na mina, meu pai era mineiro, fazia esse trabalho braçal, sujo, quero me esquecer disso". Tem a coisa da dor que as pessoas querem afastar. (R.H.P.P., 2014).*

Os esforços empreendidos para a efetivação do segundo processo de tombamento envolvendo os remanescentes estiveram voltados para dois objetivos práticos: viabilização das obras de restauro e instalação física do Museu Estadual do Carvão. Dessa forma, a instituição criada por meio de decreto estadual necessitava

[60] Fôlder 1993 – o ano da restauração. Acervo do Museu Estadual do Carvão.

urgentemente ter suas propostas elencadas em 1986 postas em prática; assim, não se tornaria apenas um equipamento cultural entregue ao descaso. Ainda estava em jogo a questão de uma construção identitária sobre o pioneirismo gaúcho na extração de carvão que, por sua vez, reforçava os projetos dessa indústria entre as décadas de 1980 e 1990. O fato é que todas as articulações em torno da conclusão das obras e do tombamento do restante das estruturas, assim como durante o primeiro processo, receberam inexpressiva participação da comunidade local que, exceto a frágil Associação de Amigos do Museu do Carvão criada em 1986 e o apoio da prefeitura municipal de Arroio dos Ratos, resultaram em consequências – que serão vistas adiante – para a preservação desse exemplar industrial.

4 ENTRE CAMINHOS E DESCAMINHOS: A PRESERVAÇÃO DOS REMANESCENTES DO ANTIGO COMPLEXO CARBONÍFERO DE ARROIO DOS RATOS

Neste capítulo serão discutidos os efeitos da patrimonialização dos remanescentes do antigo complexo carbonífero de Arroio dos Ratos, sobretudo no que diz respeito à eficácia do uso social destinado ao espaço. Desse modo, serão enfocadas as questões acerca dos usos e desusos observados na trajetória do Museu Estadual do Carvão.

Por fim, ao considerar as potencialidades do patrimônio como recurso importante para o desenvolvimento local e após avaliar os caminhos e descaminhos desse antigo local de trabalho transformado em museu, torna imprescindível pensar sobre a transmissão dessa herança, tendo em vista o conceito de sustentabilidade e subsidiariedade aplicado à dinâmica do patrimônio.

4.1 Tornar-se museu

Choay (2006, p. 219) quando se refere à reutilização, que consiste em reintegrar um edifício desativado a um uso normal, afirma: “[...] subtraí-lo a um destino de um museu, é certamente a forma mais paradoxal, audaciosa e difícil da valorização do patrimônio”. Segundo a autora, a nova destinação é uma operação difícil e complexa, de modo “[...] que não deve se basear apenas em uma homologia com sua destinação original. Ela deve, antes de mais nada, levar em conta o estado material do edifício, o que requer uma avaliação do fluxo dos usuários potenciais”. (CHOAY, 2006, p. 219).

Ferreira (2008), em sua pesquisa sobre as reivindicações patrimoniais no caso específico da Fábrica Rheingantz em Rio Grande, salienta sobre a importância de se refletir sobre as formas de patrimonialização que incidem sobre os sítios industriais. Dessa maneira, ainda destaca que “nos processos de valorização e revitalização desses locais se tornou recorrente a transformação dos mesmos em espaços culturais tais como museus, por exemplo”. (FERREIRA, 2008, p. 153).

Não raro, os bens patrimonializados transformam-se em museus. Nem sempre essa opção é fruto de uma escolha democrática, ou seja, em que são valorizadas as opiniões da comunidade na qual o patrimônio está inserido. Por outro lado, a avaliação criteriosa dos profissionais acerca dos elementos que devem ser considerados na

operação de musealização do patrimônio pode não ser uma realidade atestada nos processos. Esse fato acompanhou a trajetória de musealização do espaço estudado. A ausência da integração da comunidade tanto nos processos de patrimonialização quanto de musealização seguida de uma avaliação pouco criteriosa acerca dos possíveis usos sociais, antes mesmo de serem aplicados ao espaço, resultaram em aspectos específicos na relação posterior da comunidade com o patrimônio.

O destino social dos remanescentes, ainda que de maneira extraoficial, é dado antes mesmo da primeira patrimonialização. Os encaminhamentos do primeiro processo revelam que já havia sido instituído o Museu do Carvão antes de ser oficializado o tombamento do prédio da antiga usina termoelétrica e do resfriador. A criação oficial do Museu Estadual do Carvão ocorreu em 1986[61], ou seja, um ano após o primeiro encaminhamento do processo de tombamento ao CPHAE (1985), o qual já indicava a existência do Museu, inclusive, do cargo de direção. Dessa maneira, a decisão acerca do uso social foi deliberada sem qualquer envolvimento da comunidade.

Figura 21 - Cerimônia de abertura oficial do Museu Estadual do Carvão. Ao fundo, prédio do antigo almoxarifado – 1991.

Fonte: Acervo do Museu Estadual do Carvão.

[61] O Museu Estadual do Carvão foi oficialmente criado através do decreto estadual nº 32.211, de 31 de março de 1986, que foi publicado no Diário Oficial do Estado (p. 2).

Questionado sobre a possibilidade de existência de uma consulta popular sobre o novo uso social do espaço dos remanescentes durante os períodos dos tombamentos, J.G.C. (2014), morador da comunidade que acompanhou o processo, destacou:

> *[...] isso já era um processo em implantação. Aí quando a coisa começou a ficar mais próxima de uma realidade a gente se preocupou mais em trazer, por que a cidade é absolutamente carente nesse setor cultural e de lazer. Nós não temos muitas opções, então nós tínhamos que mostrar isto rapidamente que era importante [...].*

Ressalta-se que poucos membros da comunidade – que basicamente estavam organizados em torno da AMCARS – apoiaram o processo em andamento devido às oportunidades que o projeto do Museu Estadual do Carvão representaria em termos de desenvolvimento cultural, especialmente para a cidade de Arroio dos Ratos. O depoente J.G.C. (2014) acrescentou sobre a relação entre a criação do Museu Estadual do Carvão e a participação da comunidade local no processo:

> *É, não existia muito interesse. Sempre foi um problema, a questão cultural, acho no país nunca é bem encaminhada assim, num primeiro momento. Então este interesse veio de algumas pessoas, claro, nasceu eu acho que foi um padre na época, o padre Lothar Sulzbach, que tinha muito interesse na história de Arroio dos Ratos, escreveu livros e tal. Que eu lembro assim, tinha a Maria Luiza Chaves Barcellos, que foi a primeira pessoa que me contatou, ela me procurou em relação ao Museu do Carvão me apresentando o projeto, que era só uma ideia, eram ruínas e ideias, e também para colaborar na fundação da associação dos amigos do museu. Então começou a despertar este meu interesse. Até então a comunidade muito pouco participava, como eu acho que muito pouco participa ainda hoje. O Museu do Carvão é uma coisa meio alheia à convivência social e cultural de Arroio dos Ratos.*

Mesmo não constando a participação da comunidade acerca das decisões sobre o novo uso social dos remanescentes, destacou-se a mobilização de uma pequena parcela comunidade da região carbonífera no processo de constituição do Museu. Esta aconteceu tanto através de doações de alguns objetos para constituírem o acervo de peças museológicas (ECKERT, 2000), como também na criação da Associação de Amigos do Museu do Carvão que segundo J.G.C (2014):

> *Não eram muitos. O grupo era bem reduzido e sempre um problema tu mobilizar as pessoas para esta causa. Então éramos ali, tínhamos ali, eu imagino, que uns trinta, quarenta sócios e reuníamos dez, doze pessoas nos eventos, eram cinco ou seis para preparar eventos então era sempre muito difícil.*

Outro aspecto observado é que antes mesmo de discutir os valores vinculados ao bem, a preocupação era sobre o que poderia ser feito com os remanescentes, preferencialmente, com vistas a um retorno concreto – cultural e econômico. Todavia, quando os resultados, especialmente econômicos e de promoção da cidade, geraram um resultado a curto prazo, consequentemente ocorreu a vulgarização e o abandono do local.

> [...] o fenômeno de desindustrialização com que atualmente várias sociedades se defrontam oferece boas possibilidades para fazer face aos problemas existentes, com base na salvaguarda e valorização do patrimônio industrial. [...] os resultados obtidos pelos edifícios icônicos – museus, centros de arte, casas da música, etc. – podem estar sujeitos a um "prazo de validade". Ou seja, após o impacto inicialmente causado, vão perdendo naturalmente o efeito de atração, razão pela qual necessitam de avultados orçamentos anuais para conseguir manter um fluxo de público capaz de garantir sua sobrevivência. (CORDEIRO, 2011, p. 164).

Tratava-se de delegar ao patrimônio a função de servir à comunidade dentro de suas demandas específicas (parque de eventos, atração turística, promoção da cidade etc.) sem a necessidade de uma participação mais ativa nos processos de conservação e difusão do patrimônio, vistos como uma ação coletiva e reflexiva envolvendo Estado e comunidade. Percebe-se, assim, uma "apropriação cínica" por parte da comunidade em relação ao patrimônio, pois é considerado belo e interessante quando dele se pode extrair algum proveito – seja pessoal, político, econômico etc.

Devem ser levadas em conta algumas questões proeminentes na conjuntura em que foi instituído o Museu Estadual do Carvão. Observando o panorama internacional, no contexto dos movimentos de contracultura dos anos 1970, na França, país com uma solidez nos chamados museus tradicionais, explodiu a estratégia dos chamados ecomuseus[62]. Salienta-se que é no início da década de

[62] Segundo Heloisa Barbuy (1995, p. 209), em linhas gerais, o ecomuseu é "[...] um museu voltado para o ambiente no qual está inserido". Essa concepção está associada ao movimento da Nova Museologia que traz uma filosofia "[...] guiada pelo sentido de dessacralização dos museus e, sobretudo, de socialização, de envolvimento das populações ou comunidades implicadas em seu raio de ação" (BARBUY, 1995, p. 209).

1970 que foi inaugurado o primeiro ecomuseu em área industrial, o Creusot-Montceau-Les Mines. (BARBUY, 1995). A área onde foi criado esse ecomuseu, possuía algumas semelhanças ao caso estudado: além de ser uma antiga zona de mineração de carvão, de tradições paternalistas e operárias, sofreu uma crise econômica e social em 1984 (siderurgia) e 1992 (minas). (VARINE, 2012).

Destaca-se ainda a "[...] incipiente política museológica nos anos 1980, com a proposição do Programa Nacional de Museus, para revitalização de museus, e um Sistema Nacional de Museus, surgido em 1986 [...]". (CÂNDIDO, 2013, p. 40). Assim, o papel social da Museologia agregava "[...] a necessidade de integração do patrimônio ambiental ao cultural, a importância da função socioeducativa do museu e do estímulo à reflexão e ao pensamento crítico [...]". (CÂNDIDO, 2013, p. 40).

Durante seu processo de criação, o Museu Estadual do Carvão foi definido como um ecomuseu. A intenção era que as comunidades da região carbonífera exercessem seu papel dinâmico na instituição. Assim, auxiliariam no processo de formulação, execução e manutenção do Museu, de forma natural (ecológica) e social (humana)[63]. As comunidades referidas nesse processo são as cidades de Arroio dos Ratos, Barão do Triunfo, Butiá, Charqueadas, Eldorado do Sul, General Câmara, Minas do Leão, São Jerônimo e Triunfo. Porém, esse objetivo tornava-se distante e até mesmo contraditório em razão da seguinte discordância: um ecomuseu sem a participação plena da comunidade, tanto no processo de criação como de constituição da instituição.

A partir desse distanciamento entre museu e comunidade, que vai sendo evidenciado ao longo dos anos, inúmeras dificuldades começaram a marcar a trajetória da instituição. Quando o uso social destinado aos remanescentes começou a sofrer com os entraves do raso investimento – o que gerou a perda de atratividade e as dificuldades de manutenção física do espaço – foram reforçados os desusos do patrimônio. No caso do Museu Estadual do Carvão, estes são representados por vários eventos nocivos que marcaram esse patrimônio em diversos momentos pós-tombamentos. A seguir serão discutidos aspectos que envolvem a preservação do espaço patrimonializado, tendo em vista a trajetória de usos e desusos sociais do Museu Estadual do Carvão.

[63] Expediente administrativo nº 44005-19.05-85.0, referente aos projetos concomitantes de criação do Museu do Carvão e tombamento do complexo da Usina Termoelétrica de Arroio dos Ratos/RS. Cópia disponível no acervo do Museu Estadual do Carvão e do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado (IPHAE/RS).

4.2 Da patrimonialização à preservação: um longo caminho

Ao longo de sua existência, o Museu Estadual do Carvão passou por problemas relacionados à sua conservação e gestão. Em parte são resultantes de um processo de patrimonialização e destinação social do espaço sem um devido compartilhamento de responsabilidades, esclarecido e compromissado, entre Estado e administração municipal em Arroio dos Ratos. Por outro lado, observou-se o gradual afastamento da comunidade em relação à instituição, em decorrência da falta de atratividade do discurso sustentado pelo Museu. Este não gerou suficientemente um comprometimento da comunidade para com o objetivo central da instituição. Dessa maneira, a aproximação da população aconteceu através do consumo de novos usos agregados ao Museu, entre eles predatórios. Por fim, soma-se a essas causas o baixo investimento do Estado para com as instituições museológicas, trazendo como consequência a precariedade da conservação e gestão desses espaços.

A primeira causa dos problemas de conservação e gestão é perceptível notadamente através da falta de um real compartilhamento de responsabilidades entre Estado e Município durante os processos de tombamento e constituição do Museu Estadual do Carvão. Constatou-se a partir daí o estabelecimento de uma relação equivocada e conturbada entre as administrações municipais em Arroio dos Ratos e a instituição museológica: a articulação político-partidária como base para a decisão dos gestores do Museu é uma das características mais problemáticas dessa relação. Silveira (2009, p. 45) traduz esta situação dos museus estaduais do Rio Grande do Sul da seguinte maneira:

> A rigor, os espaços museológicos no estado ficam à mercê desses cargos de confiança. Quando os diretores dos museus, que não recebem nenhum treinamento ou preparação preliminar à posse, conseguem entender e se inteirar de toda a estrutura e diretrizes para um bom funcionamento da instituição, já está na hora de abandonar a casa devido ao término do mandato do partido. Esse é um dos problemas mais sérios na estrutura museológica do estado, principalmente em municípios do interior que abrigam museus estaduais.

Tratando-se de instituições do interior do Estado, a relação com a gestão municipal deve se colocar no sentido do estabelecimento de parceria e cooperação. Porém, o problema se estabelece quando a instituição torna-se um nicho empregatício para alguns membros da comunidade local, ficando assim sujeita à

atuação de gestores inexperientes. No caso do recém-criado Museu Estadual do Carvão, J.G.C. (2014) fez a seguinte observação:

> *[...] nós tínhamos uma atuação muito junto com o Governo do Estado, tanto que nós é que indicávamos a direção do Museu do Carvão que era uma pessoa daqui. Nós cedíamos esta pessoa, pagávamos salário, enfim. E a gente tinha uma certa autonomia.*

A "importação de gestores" também é criticada na continuidade desse depoimento. A indicação de gestores feita pela prefeitura municipal é colocada como fundamental para J.G.C. (2014), pois, segundo o depoente, "[...] sem este tipo de ligação não teria como dar certo o projeto do Museu Estadual do Carvão". Porém, conforme é observado, especialmente entre os períodos de maior vigência de situações prejudiciais[64] aos remanescentes, a gestão do Museu era constituída por gestores provenientes dessas indicações locais.

> *Não tínhamos a Lei de Incentivo, tudo era muito decisão política naquela época [...] daí tu soma isso à necessidade de mostrar para a comunidade que tem uma parte importante da história do país que tem que ser contada, que tem que ser preservada e que eles têm que estar junto por que senão não tem sentido, tu não completa o projeto. (J.G.C., 2014).*

Essa relação entre museu estadual e administração municipal, em muitas situações, foi fator causador de problemas a longo prazo para o patrimônio. Entre os resultados dessa relação distorcida, destacam-se o fomento e o apoio a atividades com características predatórias em espaço protegido por lei, sob o pseudoargumento em relação à positividade da atração de público ao espaço.

[64] Essas situações serão destacadas mais adiante.

Figura 22 - Evento festivo em frente às ruínas da antiga usina termoelétrica – [198-?].

Fonte: Acervo do Museu Estadual do Carvão.

O patrimônio visto a partir da lente do lucro – o qual não necessariamente diz respeito à questão monetária, mas enquanto potencial de fruição cultural a proporcionar – gera conflitos e problemas na gestão da engrenagem patrimonial.

Os argumentos em favor dos eventos[65] no espaço do Museu Estadual do Carvão giram em torno do suposto poder destes em acrescentar uma espécie de "sobrevida ao patrimônio", tornando-o "vivo por mais algum tempo". Quando os eventos deixam de existir, acontece o esvaziamento, não só em relação à presença física de visitantes, mas um esvaziamento quanto ao sentido do patrimônio. Assim como uma vida pautada para o consumo, em que a efemeridade é uma condição, o patrimônio aparece em situação semelhante, quando disposto apenas sob a condição de uma fruição cultural.

Os desusos sociais aplicados ao Museu Estadual do Carvão apareceram das mais variadas formas. De "muambas de carnaval" a encontro de motocicletas, contendo atrações como o globo da morte, estiveram entre os mais bizarros eventos ocorridos neste espaço, onde seu entorno é protegido por lei municipal.

[65] Enfatiza-se que a crítica apresentada por esta pesquisa recai particularmente sobre os eventos de cunho atrativo que são predatórios ao patrimônio. Eventos que estimulam à participação da comunidade na vida do patrimônio de forma sustentável, certamente apresentam-se como ações positivas.

> O edifício entra em concorrência com um espetáculo ou um ‘evento’ que lhe é imposto, em sua autonomia. Associam-se exposições, concertos, óperas, representações dramáticas, desfiles de moda ao patrimônio histórico, que os valoriza; este por sua vez, pode, em decorrência dessa estranha relação antagônica, ser engrandecido, depreciado ou reduzido a nada. (CHOAY, 2006, p. 216-217).

Após 1995, o Museu do Carvão passou a ser visto pelas autoridades estaduais, municipais e comunidade carbonífera em geral como um parque de eventos, das mais diversas espécies. Há muitos registros do período entre 1996 e 2008 de utilização dos espaços do complexo (inclusive das ruínas e prédios tombados) para cavalgadas e acampamentos tradicionalistas (1999), com muitos shows (bailes, tertúlias, som mecânico, etc), parques itinerantes, muambas de carnaval (1999-2007), eventos motociclísticos com globo da morte (2004-2007) etc. Outro evento de grande repercussão na comunidade carbonífera e com grande impacto sobre os remanescentes do antigo complexo carbonífero é a Festa da Melancia.

Segundo Lima (2011), a economia de Arroio dos Ratos, após o fim do período áureo da mineração de carvão, baseou-se principalmente na agricultura destacando-se pelo cultivo da melancia desde o final da década de 1960. Dessa maneira, Arroio dos Ratos ostenta o título de “Capital Estadual da Melancia”, especialmente a partir da realização da primeira Festa da Melancia em 1983.

> A festa é uma forma de divulgar o município e o produtor através de uma série de atividades como shows, degustação da fruta, comércio de artesanato e atrações que movimentam cidade e a região. (LIMA, 2011, p. 22).

Figura 23 - Pórtico de entrada no município de Arroio dos Ratos – [200-?].

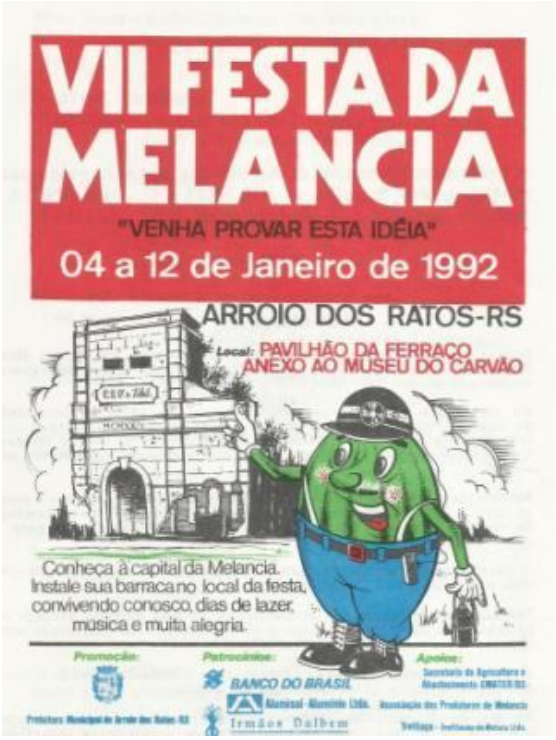
Fonte: Arroio dos Ratos (2015).

O plantio da melancia representou uma nova fase para a economia de Arroio dos Ratos. A festa, em seus primórdios, trazia esta carga simbólica. Em sua primeira edição trouxe como slogan: “Melancia: nascimento de uma nova esperança para o produtor e a comunidade”. (LIMA, 2011).

Após a realização da primeira Festa da Melancia, a prefeitura municipal passou a ser responsável pelo evento em parceria com a Associação dos Produtores de Melancia de Arroio dos Ratos, Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater) e Secretaria Municipal da Agricultura. (LIMA, 2011). A partir desse momento, a Festa com características eminentemente rurais que agregava a comunidade de produtores locais passou a promover shows nacionais, instalação de parques, barracas de bebidas alcoólicas, entre outros. Destacam-se entre os problemas causados aos remanescentes por esse evento os danos causados ao patrimônio ambiental e aos vestígios arqueológicos.

> A princípio era uma festa de caráter de divulgação da melancia como ‘carro chefe’ da economia de Arroio dos Ratos, onde a fruta ocupava um papel central. No entanto, com o passar das edições da festa, acabou adquirindo maior conotação de uma festa de caráter popular no calendário oficial do município. (LIMA, 2011, p. 61).

Figura 24 - Fôlder alusivo à VII Festa da Melancia – 1992.



Fonte: Acervo do Museu Estadual do Carvão.

Figura 25 - Vegetação no complexo do Museu Estadual do Carvão queimada após a utilização de fogos de artifício em evento realizado em 2014.

Fonte: Acervo do Museu Estadual do Carvão.

Figura 26 - Fogos de artifício utilizados em evento no complexo do Museu Estadual do Carvão e da área atingida – 2014.

Fonte: Acervo do Museu Estadual do Carvão.

Figura 27 - Fôlder de anúncio do evento 10ª Muamba Municipal – 1999.

Fonte: Acervo do Museu Estadual do Carvão.

A mercantilização do espaço do Museu[66], isto é, a utilização do complexo do Museu Estadual do Carvão para a arrecadação de valores (monetários ou simbólicos) a determinado(s) grupo(s) social(is), é mais uma forma de almejar o lucro pelo lucro de forma alienante. Dessa maneira, essa mercantilização não colabora para a prática cidadã num espaço dedicado a preservar o patrimônio histórico-cultural da mineração do carvão no Rio Grande do Sul, cujo objetivo é a interação das comunidades com a sua produção técnica, científica e cultural.

A despeito dessa situação – de apropriação do espaço para a realização de eventos – destaca-se que no ano de 2006 foi solicitada ao Governo do Estado, pela Prefeitura Municipal de Arroio dos Ratos, a doação de áreas de entorno do Museu Estadual do Carvão. Na oportunidade, salientava-se que estas seriam de "[...] inexpressiva importância para o Estado do Rio Grande do Sul, mas de grande interesse para o Município de Arroio dos Ratos [...]"[67]. O ofício segue justificando o pedido:

> [...] as Administrações Municipais poderão aportar investimentos no sentido de viabilizar a construção de um local apropriado destinado a apoiar o nosso calendário de eventos entre eles a nossa tradicional Festa da Melancia, bem como atividades artísticas, culturais, tradicionalistas, desportivas, turísticas, gastronômicas [...]

Dois outros ofícios ainda foram encaminhados naquele período para o Secretário de Cultura e para o Governador do Estado solicitando a doação de área de entorno do Museu à Prefeitura Municipal de Arroio dos Ratos[68]. Porém, os pedidos não foram atendidos, continuando a instituição como órgão da Secretaria de Estado da Cultura (SEDAC).

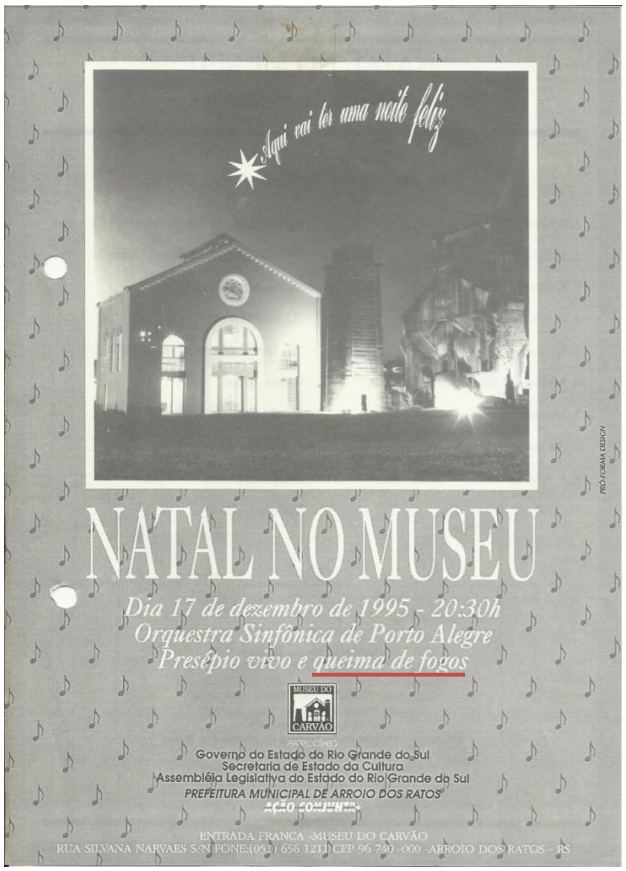
---

[66] Alusão à entrevista do professor Ulpiano Bezerra de Meneses à Revista de História. Ulpiano é um crítico do que denomina de "mercantilização dos museus". Devemos atrair e formar um público fiel para o Museu, mas sem deixar de ser um equipamento cultural solidariamente científico-documental, educacional e cultural que opera acervos materiais. (MENESES, 2009).

[67] Of. GP nº 378/2006. Fonte: Acervo do Museu Estadual do Carvão.

[68] Of. GP nº 406/2006 e Of. GP nº 408/2006. Fonte: Acervo do Museu Estadual do Carvão.

Figura 28 - Fôlder alusivo ao evento Natal no Museu - em sublinhado: “queima de fogos” – 1995.



Fonte: Acervo do Museu Estadual do Carvão.

Em questionário aplicado nas cidades de Arroio dos Ratos, Butiá, Charqueadas e Minas do Leão, durante a pesquisa de especialização em Rio Grande do Sul: história, memória e patrimônio, destacou-se entre as respostas a colocação sobre a necessidade de ação do Estado intervindo nas questões que dizem respeito à preservação patrimonial. Foi atribuído ao Estado o papel principal no comando dessas ações. Esperar dos governantes a tomada de decisão em relação à preservação do patrimônio aponta para essa característica que estabelece certa isenção da comunidade no que diz respeito ao comprometimento com o patrimônio. Essa questão parece relacionar-se com alguns aspectos da trajetória do Museu Estadual do Carvão, visto como uma herança decretada pelo próprio Estado à comunidade carbonífera que por ela não nutria um interesse profícuo de receber e transmitir. Recaiu assim, posteriormente, sobre o Estado à crítica em relação à sua ação ineficiente na preservação do Museu Estadual do Carvão.

No caso desse Museu, essa intervenção do Estado é destacada da seguinte maneira:

> *[...] mas inicialmente a comunidade não tinha a menor ideia do que poderia significar o Museu Estadual do Carvão, e ele já estava criado por lei estadual [...] como é um museu estadual, se existe interesse do governador em manter, é mantido aí então são ciclos, se funciona mais ou menos bem, depois cai no esquecimento, vem outro grupo e remonta, então é isso que tem acontecido. (J.G.C., 2014).*

Ao refletir sobre a intervenção estatal nas questões relativas ao patrimônio, compara-se metaforicamente ao mito de Atlas. De acordo com a mitologia grega, o titã Atlas foi condenado por Zeus a sustentar perpetuamente a abóboda celeste para que não caísse sobre a Terra.

> O mito está relacionado ao excesso de incumbências, obrigações, tarefas que aceitamos e não obedecemos a um limite, e nem resguardamos um espaço para atividades relaxantes. Cremos que podemos carregar o mundo nas costas, o que pode causar danos físicos e psicológicos. O complexo de Atlas é uma das doenças relacionadas ao stress da vida moderna. (MITOLOGIA..., 2010).

Na colocação anterior, o mito está relacionado à forma de lidar com as dificuldades humanas; dessa forma, o mito emprestou o nome de seu personagem principal a uma doença decorrente dos excessos de tarefas. E quando transferimos a reflexão do mito para a perspectiva patrimonial? A patrimonialização muitas vezes traz a mão do Estado agindo como o “grande Atlas” que assegura o processo e posteriormente fica como “eterno” responsável por sustentar a continuidade do empreendimento.

A ação fiscalizadora do Estado em relação às questões do patrimônio colabora para que haja uma eficiência na preservação do bem cultural. Todavia, é necessário também contar com o comprometimento da comunidade detentora dos bens patrimonializados.

“Um dos desafios da história do patrimônio é, portanto, o vínculo entre as patrimonialidades individuais ou comunitárias, em suas significações e intensidades e as intencionalidades da patrimonialização coletiva”. (POULOT, 2009, p. 237). Para tanto, o desafio maior no processo específico dos remanescentes do complexo carbonífero foi agregar essas patrimonialidades individuais e comunitárias às intencionalidades da patrimonialização.

Conforme Prats (2005), converter o que é significativamente importante para a comunidade em patrimonialmente relevante constitui uma estratégia espontânea e eficaz de preservação. Porém, quando a importância de determinado bem é observada primeiramente pelos agentes externos à comunidade, essa questão torna-se mais complexa. Assim é necessário que os agentes também estejam atentos à construção do senso de pertencimento na própria comunidade, o que requer um trabalho exaustivo de escuta e compartilhamento de ideias junto à comunidade local.

Observaram-se entre a comunidade carbonífera considerações[69] acerca do espaço do Museu Estadual do Carvão como local importante para a realização de eventos, não necessariamente culturais. A dificuldade, todavia, reside na distinção entre eventos considerados predatórios e aqueles de cunho positivo para o espaço museológico. Por outro lado, embora apontado timidamente nos relatos orais dos moradores da região e de forma mais contundente no questionário[70] aplicado, o local é tido como espaço de memória dos mineiros e da indústria do carvão, por esse motivo deve estar mais preocupado em promover ações em torno desta questão[71]. A partir destas colocações é possível também observar a diversidade de opiniões da comunidade em relação à patrimonialidade e ao uso social dos remanescentes. No espaço destinado a respostas livres a respeito da pesquisa realizada pelo questionário virtual destacam-se os discursos:

> *Acho muito importante, além da comunidade, escolas e outras pessoas de lugares diferentes conhecerem a História da Mineração, também tomam conhecimento do quão importante é este espaço museológico. Também futuras gerações farão uso deste espaço, tanto para pesquisas como para eventos culturais.*

[69] Dos 133 participantes do questionário virtual, 83 consideram o Museu Estadual do Carvão um lugar de memória da indústria do carvão; 83 um lugar de memória dos mineiros; 50 um lugar de pesquisa; 16 um local para realização de eventos não necessariamente culturais; 10 um lugar que traz recordações de tristeza e sofrimento; por fim, 18 responderam considerar um lugar que faz sentir saudade do passado da mineração de carvão na região.

[70] Observando especificamente os acessos e as interações de pessoas da região carbonífera, aos conteúdos informacionais (postagem de fotografias e documentos digitalizados do acervo e divulgação de eventos e notícias) do Museu Estadual do Carvão, por meio de rede social e página na internet, foi possível proceder a aplicação de um questionário virtual, visando abranger a comunidade que possuía algum tipo de envolvimento com o espaço do Museu, seja pelo fato de utilizarem o espaço para alguma atividade específica como oficina de teatro, telecentro comunitário, visita, realização de book fotográfico, interesses acadêmicos etc... ou por demonstrar algum tipo de interesse no espaço, seja acadêmico, cultural, de lazer etc.

[71] O fato de considerar o Museu Estadual do Carvão um espaço destinado às reflexões sobre a memória e história da mineração de carvão na região não descarta a possibilidade da realização de eventos não relativos a esta questão.

> *O patrimônio é importante somente para uma elite de pessoas!*
>
> *Acho muito importante manter o patrimônio na nossa região. Acho que os jovens e futuros habitantes daqui, devem saber da nossa história e das nossas heranças.*
>
> *Não conheci a história da mineração, conheci alguns mineiros, entretanto eles se lembram do período que passaram na mina, sempre refere o fato como se fosse um período importante em suas vidas. Um fato é verdade, hoje nota-se que sobrou uma região pobre com grandes efeitos negativos para a região. Sendo que preservar o patrimônio é importante para que possamos lembrar da época.*
>
> *Acho importante os museus como locais que resgatam as origens de uma região, bem como de referência para pesquisas, uma alternativa de utilização destes espaços também é na promoção de eventos culturais não necessariamente na área da museologia, o que faz com que tenha uma circulação de público que mesmo sendo atraído por outro assunto, acabam por conhecer os museus e se interessando pelo que é oferecido nele.*

Outra causa a ser abordada é a fossilização da memória e identidade divulgada e retratada pelo/no Museu do Carvão ao longo dos anos que, com o tempo, gerou uma perda de atratividade deste, especialmente, entre os moradores mais jovens de Arroio dos Ratos e da região. Interrogado sobre o significado do Museu Estadual do Carvão para a comunidade, J.P.S.S., 21 anos, morador de Arroio dos Ratos, expressou o seguinte:

> *Eu olho para aquilo e não vejo a minha história. Quando eu era pequeno e ia visitar o Museu e via aquela grandiosidade toda que foi a história do carvão, quando eu saía de lá eu pensava sobre tudo o que já foi Arroio dos Ratos no passado e que este passado não compensa o presente.*

A consequência dessa falta de atratividade foi o afastamento que aconteceu, especificamente, em relação ao objetivo central da instituição[72]. Por outro lado, uma possível aproximação da comunidade somente foi sustentada a partir de uma incorporação de novos usos e muitos desusos – resultado da relação equivocada tratada anteriormente – que puseram em risco a preservação do Museu Estadual do

[72] "Seu objetivo é preservar o patrimônio histórico-cultural da mineração do carvão no Rio Grande do Sul e atuar como Centro Cultural da Região Carbonífera do Baixo Jacuí, compreendendo os municípios de Arroio dos Ratos, Barão do Triunfo, Butiá, Charqueadas, Eldorado do Sul, General Câmara, Minas do Leão, São Jerônimo e Triunfo, abrangendo uma população de aproximadamente 200 mil habitantes". (MUSEU DO CARVÃO, 2015).

Carvão. Quando a comunidade participa apenas dos eventos efêmeros que ocorrem no espaço do Museu Estadual do Carvão (Festa da Melancia, Tiro de Laço, Moto Mix, Muamba no Museu etc.)[73], não há como estabelecer um contato em que se compartilhe responsabilidades entre a gestão do Museu e a comunidade. Do contrário: quando se busca uma aproximação por meio do estímulo à participação cidadã, é possível pensar o patrimônio local como espaço promotor da reflexão para todos e não apenas como dependente da incessante luta de poucos sujeitos que atuam defendendo-o da destruição.

Existem meios de valorizar o patrimônio sem a necessidade de congelá-lo e fazer dele um objeto de exposição. (VARINE, 2012). Há muitas possibilidades de valorização que vão além da simples fruição cultural, que corre o risco de ficar restrita a um pequeno grupo. Buscar novos usos do patrimônio a partir de processos que oportunizem o exercício da escolha criativa da comunidade é uma forma democrática e sustentável de permitir compartilhar saberes e responsabilidades em relação à preservação e gestão do bem patrimonializado.

Dinamicizar o patrimônio, agregando-lhe novos usos, faz parte do processo de preservação. No caso do Museu Estadual do Carvão, destacam-se como exemplos positivos a realização de oficinas de higienização e a organização de documentos históricos, visitas guiadas, oficinas de teatro, dança, grupo escoteiro, subsídios para pesquisas escolares e acadêmicas etc. O Museu também oferece o serviço de Telecentro e sinal *wireless* gratuitamente à comunidade, em parceria com a Companhia Rio Grandense de Mineração (CRM) e Companhia de Processamento de Dados do Estado do Rio Grande do Sul (PROCERGS). Mesmo em meio a essas atividades é necessário sempre atentar-se para a possibilidade dos (des)usos que são efêmeros e de consequência predatória.

Entre 1996 e 2008, consultando a documentação administrativa e a coleção do jornal Arroio dos Ratos Notícias[74], observou-se a realização de projetos interessantes no Museu Estadual do Carvão. Destacam-se: Visite o Museu (1996), Memória Mineira (1997), Teatro no Museu (1998), Festival Estadual de Teatro

[73] Estes eventos não são organizados pela direção do Museu Estadual do Carvão.

[74] A documentação administrativa, de valor intermediário e permanente, está sendo organizada pela equipe do Museu. A coleção do jornal Arroio dos Ratos Notícias é de 2000 até 2008. Exemplares incompletos, do nº 001/2000 (maio) até 256/2008 (dezembro), estão disponíveis para pesquisa e consulta local, mediante agendamento.

Amador da Região Carbonífera (FESTCARBO) (a partir de 2006), entre outras ações e atividades.

Figura 29 - Grupo de escoteiros Cerro da Raposa realizando atividade de plantio de árvores no espaço do Museu Estadual do Carvão – 2013.

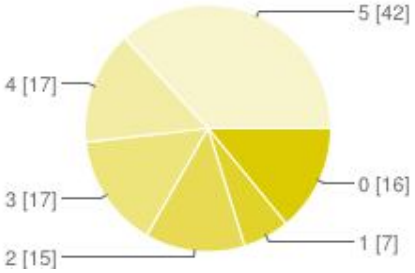
Fonte: Acervo do Museu Estadual do Carvão.

No questionário virtual aplicado nesta dissertação, os participantes puderam classificar o grau de importância de algumas atividades e serviços realizados no e/ou pelo Museu numa escala de zero a cinco. Ainda que os desusos tenham sido incentivados durante várias gestões, observou-se, no entanto, que foram classificados com um alto grau de importância (nota cinco) atividades comunitárias em detrimento de evento festivo de grande apelo no Município.

Das 133 pessoas que responderam ao instrumento, 42 aplicaram a nota máxima (5) para a realização da Festa da Melancia, ou seja, 31% dos 98% que consideram importante a existência do Museu Estadual do Carvão para a comunidade aprovam a realização desse evento em nada condizente com a proposta institucional. Seguem os gráficos que expressam as notas indicadas pelos participantes do questionário[75] às diversas atividades elencadas:

[75] Nesta questão, o participante que não conhecesse alguma das atividades ou serviços apontados não era obrigado a opinar.

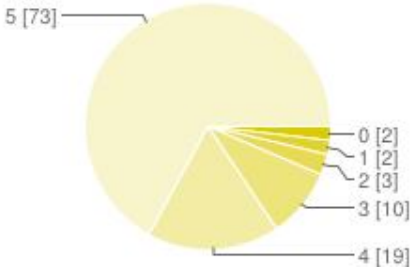
Gráfico 1 - Festa da Melancia.



Nota	Número de respostas	Porcentagem das respostas
0	16	11,9%
1	7	5,2%
2	15	11,2%
3	17	12,7%
4	17	12,7%
5	42	31,3%

Fonte: Elaborado pela autora.

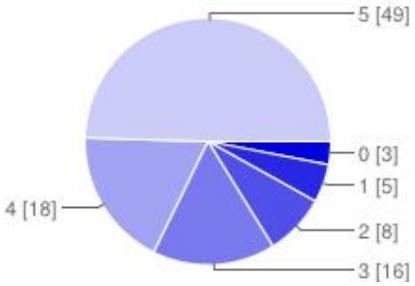
Gráfico 2 - Visita guiada.



Nota	Número de respostas	Porcentagem das respostas
0	2	1,5%
1	2	1,5%
2	3	2,2%
3	10	7,5%
4	19	14,2%
5	73	54,5%

Fonte: Elaborado pela autora.

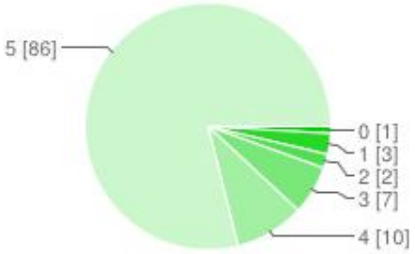
Gráfico 3 - Telecentro comunitário.



Nota	Número de respostas	Porcentagem das respostas
0	3	2,2%
1	5	3,7%
2	8	6%
3	16	11,9%
4	18	13,4%
5	49	36,6%

Fonte: Elaborado pela autora.

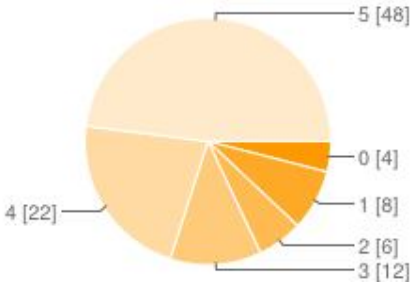
Gráfico 4 - Arquivo da mineração.



Nota	Número de respostas	Porcentagem das respostas
0	1	0,7%
1	3	2,2%
2	2	1,5%
3	7	5,2%
4	10	7,5%
5	86	64,2%

Fonte: Elaborado pela autora.

Gráfico 5 - Grupo Escoteiro Cerro da Raposa.



Nota	Número de respostas	Porcentagem das respostas
0	4	3%
1	8	6%
2	6	4,5%
3	12	9%
4	22	16,4%
5	48	35,8%

Fonte: Elaborado pela autora.

Nota-se por meio dos gráficos que o mais novo projeto instituído no Museu Estadual do Carvão, o Arquivo Histórico da Mineração (AHM)[76], destaca-se pelo maior número de pessoas que lhe classificaram com a nota máxima. Isto indica a aceitação do trabalho realizado pelo e no Museu nos últimos três anos, que por sua vez visa aproximar a comunidade da instituição por meio do seu objetivo central. Uma forma também de buscar refletir, de maneira conjunta, o sentido do patrimônio, encoberto pelos objetivos efêmeros agregados ao espaço ao longo dos anos.

[76] Localizado no antigo prédio do laboratório de análises químicas e subprodutos do carvão, essa estrutura está inserida no complexo do Museu Estadual do Carvão. O espaço do atual AHM foi restaurado entre 2011 e 2012 com recursos provenientes de doação da empresa Copelmi para salvaguardar aproximadamente 150 metros lineares de documentos que compõem o acervo do Consórcio Administrador de Empresas de Mineração (CADEM). Sua inauguração ocorreu em 17 de janeiro de 2012.

Figura 30 - Trabalho da ONG Arquivistas Sem Fronteiras do Brasil (ASF-Brasil) no Arquivo Histórico da Mineração, situado no complexo do Museu Estadual do Carvão – 2015.

Fonte: Acervo da AsF Brasil (2015).

Por fim, entre as causas dos problemas ressalta-se o baixo investimento governamental que se reflete, por exemplo, na falta de profissionais e de uma infraestrutura de qualidade para a manutenção da instituição. Essa situação acentua o quadro problemático da preservação desse exemplar industrial.

Acerca dos investimentos no setor da cultura, a Secretaria de Estado da Cultura (SEDAC/RS), ao mandato do Governo do Estado (2014), entregou ao público seu balanço de atividades do quadriênio 2011-2014. A publicação de 150 páginas trouxe as políticas públicas estruturantes da Secretaria de Estado da Cultura e as ações focadas de cada instituto, instituição, museu e fundação vinculados à Secretaria que foram desenvolvidas nos últimos quatro anos. (RIO GRANDE DO SUL, 2014).

Sobre o Museu Estadual do Carvão, cabem algumas considerações: diante das diversas estruturas arquitetônicas (com funcionalidade e/ou em ruínas), organização e exposição de acervos, serviços oferecidos e atividades desenvolvidas, os investimentos da SEDAC são mínimos e restritos à manutenção

do espaço, pequenas aquisições e ao pagamento dos poucos servidores, estagiários e colaboradores (terceirizados)[77]. Os grandes investimentos do período estão associados às empresas CRM e Copelmi (Termo de Ajuste de Conduta[78], doação e/ou via Leis de Incentivo à Cultura – LIC). De janeiro de 2011 até dezembro de 2014, o Museu Estadual do Carvão recebeu os seguintes investimentos:

a) restauro da "casa branca" (2011/2012), hoje prédio do Arquivo Histórico da Mineração: R$ 200.000 (duzentos mil reais), custeados pela Copelmi Mineração Ltda. via Termo de Ajuste de Conduta;
b) Projeto de Restauração das Estruturas Arquitetônicas e Desenvolvimento de Projetos Culturais – Restauro da "casa amarela" (2013/2014), futuro prédio administrativo da equipe do Museu: R$ 400.000 (quatrocentos mil reais), custeados pela Copelmi Mineração Ltda. via LIC;
c) reforma inicial do prédio da "Usina", local da exposição museológica, com reparo no telhado, no forro, em pisos, em vidros e na pintura: R$ 110.000 (centro e dez mil reais), custeados pela Copelmi Mineração Ltda.;
d) I Fase do Projeto Uma Luz no Fim do Túnel (2011/2013), salvaguarda da documentação histórica das empresas mineradoras: R$ 9.000 (nove mil reais), custeados pela Copelmi Ltda. via Termo de Ajuste de Conduta;
e) II Fase do Projeto Uma Luz no Fim do Túnel (2013/2014): R$ 152.000 (cento e cinquenta e dois mil reais), custeados pela Copelmi Mineração Ltda.;
f) III Fase do Projeto Uma Luz no Fim do Túnel (2014/2015 – em andamento): R$ 370.000 (trezentos e setenta mil reais), custeados pela Copelmi Mineração Ltda. via LIC;
g) Projeto Recuperação da Identidade Visual do Museu Estadual do Carvão (2011): R$ 6.000 (seis mil reais), custeados pela CRM;
h) equipamentos e materiais para o Telecentro Comunitário (2012/2014): R$ 3.700 (três mil e setecentos reais), custeados pela CRM.

[77] Apenas um servidor do quadro (cedido), dois estagiários de nível superior e oito colaboradores (vigilância e serviços gerais/limpeza). No Telecentro Comunitário, as três monitoras são estagiárias vinculadas à Companhia Rio-grandense de Mineração (CRM).

[78] Termo de Doação com Encargos (TDE). O Termo de Ajuste de Conduta (TAC) foi assinado em 2011 – Processo nº01512.000693/2009-70 – licenciamento ambiental (doação do acervo que constitui hoje o Arquivo Histórico da Mineração, restauro da "Casa Branca" e realização da primeira fase do projeto Uma luz no fim do túnel).

A elaboração de um plano anual prévio, de modo a garantir o funcionamento dos museus públicos e permitir o cumprimento de suas finalidades[79], deveria ser prioridade, assim como sua publicidade para conhecimento público, fomentando a participação da sociedade nesse processo. É imprescindível também a disponibilidade de instalações adequadas ao cumprimento das funções necessárias, bem como ao bem-estar dos usuários e funcionários, garantindo a conservação e a segurança dos acervos do Museu. A instituição deve dispor das condições de segurança indispensáveis para garantir a proteção e a integridade dos bens culturais sob sua guarda, bem como dos usuários, dos funcionários e das instalações[80].

Internamente, conforme consta no memorando MEC nº 006/2013, de 19 de março de 2013, por estar distante da sede da SEDAC, o Museu Estadual do Carvão necessita de um informativo contendo o organograma sempre atualizado da SEDAC. Esta deve disponibilizar para todas as instituições, orientações básicas e os caminhos legais internos para as solicitações de recursos (humanos e materiais) e de serviços. Deve ser incluída também a esta demanda, a necessidade de realização de solicitações por meio de documentos formais entre instituições e SEDAC (memorando, ofício e/ou e-mail), tornando internamente a dinâmica de forma pública, justa e correta. Além dos investimentos materiais, é preciso planejar, através da gestão do Museu, as ações pontuais, colocando as estruturas museológicas a serviço da sociedade e visando à valorização do patrimônio sociocultural.

Essas ações estão diretamente relacionadas com o quadro de servidores do Museu, pois, antes de qualquer investimento, são necessários os diagnósticos internos e externos (acervos, estruturas arquitetônicas, pessoal etc.), definição da missão e da área de abrangência do Museu, elaboração do Regimento Interno e Plano Museológico, confecção de diretrizes claras para uma política de aquisição e descarte, em consonância com a missão e abrangência da instituição, entre outras ações. Estas foram iniciadas no Museu Estadual do Carvão, mas foram paralisadas pela falta de equipe especializada e, claro, pela ausência de visibilidade dos

[79] Lei Federal nº 11.904/2009, art. 14. Atualmente o Museu possui apenas um servidor do quadro do Estado (cedido), com formação em História, especialização em Gestão em Arquivos. (BRASIL, 2009).
[80] Lei Federal nº 11.904/2009, art. 19, 21 e 23. (BRASIL, 2009).

mecanismos de fomento e incentivo visando à sustentabilidade do Museu, ou seja, da previsão de recursos (calendário e orçamento).

Conforme definido pelos participantes dos Grupos de Trabalho do 13º Fórum Estadual de Museus do RS – Políticas Museais: A Memória, os Avanços e a Contemporaneidade[81], evento realizado de 11 de junho a 13 de junho de 2013, um dos principais pontos elencados é a formação de um quadro efetivo de profissionais especializados, atendendo às demandas da Lei Federal nº 11.904/2009, através da criação de cargos e realização de concurso público. (BRASIL, 2009). Também é necessário estabelecer parcerias com universidades para formação e capacitação de profissionais para atuarem nos equipamentos culturais.

4.3 O presente e o futuro do patrimônio

Percebe-se ainda a existência de alguns dos problemas apontados anteriormente na área da conservação e gestão do Museu Estadual do Carvão. Entretanto, a partir do ano de 2011 a instituição tem se empenhado em reverter esse quadro buscando parcerias para a implantação de novos projetos que visam converter o patrimônio local num instrumento social a serviço da população.

Mas como tornar espaços outrora patrimonializados e musealizados sem a expressiva participação das comunidades locais em lugares dinâmicos que integrem a população a fim de tornarem-se recursos para o desenvolvimento local? É necessário primeiro conceber o Museu como espaço vivo e criativo a serviço do desenvolvimento regional, sob a perspectiva de seu papel na educação cidadã. Nesse sentido, os esforços do Museu Estadual do Carvão, a partir do final de 2011 e início do ano de 2012, buscam aplicar o princípio da subsidiariedade[82] na gestão do Museu.

[81] O material produzido pelos Grupos de Trabalhos (GT's) durante o 13º Fórum Estadual de Museus do RS está disponível em Rio Grande do Sul (2013).

[82] Varine (2012) destaca o princípio de subsidiariedade como a gestão do patrimônio sendo feita o mais próximo possível dos criadores e detentores do patrimônio.

Figura 31 - Evento “Troca de Saberes” com direção do Museu Estadual do Carvão e representantes da comunidade de Arroio dos Ratos – 2011.

Fonte: Museu do Carvão (2011).

Apesar das deturpações[83] e polêmicas[84] sobre a utilização do espaço do Museu, têm sido desenvolvidos projetos, ações e atividades tais como: a) visitação guiada; b) visitação mediada/orientada (agendamento); c) telecentro comunitário com *wi-fi*, em parceria com a Companha Riogandense de Mineração (CRM); d) consulta local aos acervos documentais, bibliográficos, cartográficos e iconográficos (agendamento); e) oportunidade para realização de estágios e práticas curriculares com acompanhamento; f) orientação, palestras e informações diversas sobre o Museu e o histórico da mineração na Região Carbonífera em diversos espaços (museus, escolas, clubes, sedes etc.); g) projeto de restauração das estruturas arquitetônicas e desenvolvimento de projetos culturais através de acordo de

[83] O evento “Festa da Melancia” ainda permanece sendo realizado no espaço do complexo do Museu, mas está sendo elaborado projeto de cedência de aproximadamente 6,6 hectares da área do Museu para o Município de Arroio dos Ratos, proporcionando um espaço adequado para a construção de um parque de eventos com estrutura adequada, respeitando a legislação vigente e mantendo uma distância segura das estruturas arquitetônicas e ruínas do Museu.

[84] Recentemente o Museu do Carvão passou por uma situação de descaso com a preservação do patrimônio: a ameaça de realização de um evento de som automotivo em estacionamento localizado em frente ao espaço das ruínas. Mesmo existindo legislação que define o espaço como zona de proteção ambiental rigorosa (ZPAR) e comunicados pela direção do Museu, o poder executivo municipal autorizou a realização do evento apesar dos perigos que representava ao patrimônio devido às fortes vibrações sonoras. Com o apoio da sociedade civil organizada, da Defender e de parecer técnico do IPHAE/RS, o evento foi realizado em outro local. (DEFENDER – DEFESA CIVIL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO, 2014).

cooperação técnica com a empresa Copelmi Mineração Ltda.; h) cedência dos espaços do complexo do Museu (auditório, pavilhão, anfiteatro a céu aberto, área verde etc.) para projetos, atividades, eventos e ações educativas e culturais das comunidades da região carbonífera do Baixo Jacuí[85].

Avançando em sua proposta de atuação como equipamento cultural multifacetado[86], em 2011 o Museu Estadual do Carvão acolheu o projeto Uma Luz no Fim do Túnel[87]. Através dessa iniciativa estreitaram-se os vínculos entre Museu e educação, e foram implantados novos projetos e acordos de cooperação técnica[88]. Assim, em novembro de 2013 foi assinado o Termo de Doação com Encargos entre a Secretaria de Estado da Cultura e a Copelmi Mineração Ltda., prevendo a doação de R$152 mil (cento e cinquenta e dois mil reais) ao Museu Estadual do Carvão para a aquisição de mobiliário e equipamentos necessários para o prédio do Arquivo Histórico da Mineração (AHM)[89] que pretende acolher os documentos até então salvaguardados pelo projeto Uma Luz no Fim do Túnel. Acrescenta-se ainda a contratação de mão de obra especializada para organizar a massa documental, preparando-a para torná-la um acervo disponível para pesquisas.

[85] Para maiores informações consulte o blog. (MUSEU DO CARVÃO, 2011).

[86] O Museu do Carvão atua como um centro cultural de acolhida e promoção das mais diferentes linguagens da cultura: teatro, coral, dança, escotismo, artesanato, oficinas diversas, palestras, seminários, encontros etc.

[87] "O Projeto 'Uma Luz no Fim do Túnel', desenvolvido desde 2009 por um grupo voluntário de cientistas sociais e historiadores de universidades gaúchas, visa salvaguardar o acervo do antigo CADEM (Consórcio Administrador de Empresas de Mineração), consórcio que deu origem à Copelmi. O CADEM administrou as duas grandes empresas mineradoras da região até 1964: Cia. Estrada de Ferro e Minas de São Jerônimo (CEFMSJ), de Arroio dos Ratos/RS, e Cia. Carbonífera Minas do Butiá (CCMB), de Butiá/RS. O acervo do CADEM – composto por documentos administrativos e sindicais, jornais, fotografias, plantas, livros, entre outros – é considerado o maior banco de dados já descoberto sobre as minas de carvão do Rio Grande do Sul. Seu valor histórico é incalculável, todavia seu estado de conservação é precário. Essa iniciativa propõe reverter tal quadro, esclarecendo os estudantes e a Comunidade em geral da região a respeito da importância da preservação do patrimônio histórico, a fim de estreitar o vínculo dos jovens com a memória sobre a mineração e o trabalho mineiro, bem como apontar novos horizontes para o desenvolvimento regional". (MUSEU DO CARVÃO, 2013).

[88] Esses projetos contam com a parceria da iniciativa privada e com o apoio da sociedade civil organizada.

[89] "Em janeiro de 2012, a SEDAC inaugurou a Casa Branca, um dos prédios do Museu Estadual do Carvão que sediará o Arquivo Histórico da Mineração. A obra foi financiada pela Empresa Mineradora Copelmi. A empresa doou, na época cerca de 150 metros lineares de documentos do antigo CADEM".(DEFENDER – DEFESA CIVIL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO, 2013).

Figura 32 - Projeto Uma Luz no Fim do Túnel no Museu Estadual do Carvão – 2012.

Fonte: Acervo do Museu Estadual do Carvão.

Diante desses novos projetos que vem sendo desenvolvidos no espaço do Museu Estadual do Carvão, observa-se que:

> O patrimônio, enquanto recurso deve servir concretamente a todos e ao conjunto das dimensões do desenvolvimento, isto é, não apenas à cultura e ao turismo, mas também à sociedade em seu todo, à economia, à educação, à identidade e à imagem, ao emprego ou à inserção social, etc. (VARINE, 2012, p. 83).

Pensar e projetar o futuro do patrimônio com vista ao desenvolvimento local é o desafio atual no qual o Museu Estadual do Carvão está inserido. Antes de tudo, cabe salientar que no desenvolvimento local aqui descrito, a rentabilidade está colocada como uma ação em longo prazo e que não se calcula, necessariamente, em termos econômicos. (VARINE, 2012). Pode ser acrescentada a esse conceito a busca pela qualidade de vida, através da integração dos indivíduos que compõem o território na dinâmica do patrimônio.

O desenvolvimento local só é possível com a participação de agentes locais, usando a expressão de Varine (2012, p. 63), que façam “o patrimônio viver”, pois conservação deste só é útil quando tem esta finalidade.

Outra consideração a ser feita é em relação à realização do inventário do patrimônio. Não desconsiderando a importância do instituto do tombamento, há de se considerar também a relevância dos inventários, especialmente quando compartilhados. Estes também apresentam-se como instrumentos importantes no processo de conhecer, proteger, conservar e promover o patrimônio cultural.

> Uma boa metodologia de inventário deveria inicialmente entender o espaço estudado – seja ele rural, urbano ou metropolitano; entender os significados e a trajetória histórica do lugar e seus elementos simbólicos. Deveria, ainda, prever formas de participação da população, pois é ela que se relaciona com o lugar e tem conhecimento e informações em primeira mão [...]. A partir disso é possível selecionar de forma mais correta e abrangente os bens de interesse cultural. (STOCKER JR, 2015).

O processo de inventário é o primeiro passo rumo ao reconhecimento do patrimônio. O que observa-se, no entanto, é que esses processos quando feitos "por encomenda", através da atuação apenas de agentes externos à comunidade local, possuem diversas limitações, entre elas, a falta de compreensão e o distanciamento da população em relação ao patrimônio local[90]. Assim, alguns profissionais "[...] fazem sua carreira de especialistas com base nesse gênero de encomenda" (VARINE, 2012, p. 55), não acrescentando à comunidade na qual realizam os inventários uma visão de responsabilidade compartilhada.

> No entanto, é indispensável que os processos de seleção de bens culturais materiais prevejam uma etapa de participação da comunidade – isso se não for possível promover a participação permanente. A comunidade local é única portadora de informações importantes, detentora de saberes, experiências e mesmo dos caminhos para outras fontes. A comunidade que vive no local tem uma trajetória que precisa ser levada em consideração, detentora dos valores mais 'imateriais' de cada bem edificado. Mesmo em centros urbanos globalizados, a comunidade é aquela que convive e se relaciona diariamente com aquele espaço, e é conhecedora, portanto, de suas deficiências e potencialidades. (STOCKER JR, 2013).

O exercício das subjetividades simultâneas (VARINE, 2012) é extremamente importante na elaboração dos inventários compartilhados. Assim, se estabelece a reunião e o confronto de opiniões, buscando a maior integração da comunidade ao processo e não restringir a um pequeno número de pessoas específicas a tomada

[90] Sobre a participação da comunidade local nas questões do patrimônio, Varine (2012, p. 79) traz a experiência do "coletor de memória". Esse cargo segue a moda atual trazida pelo programa governamental francês Novos Serviços – Empregos Jovens, que "[...] propõe às municipalidades e às associações criar novos serviços, apoiados no financiamento de postos de trabalhos para jovens por um período de cinco anos". (VARINE, 2012, p. 79). Uma possibilidade para a execução do inventário compartilhado nas comunidades.

de decisões e o compartilhamento de responsabilidades. É necessário, portanto, desfazer barreiras sociais, econômicas, culturais a fim de que o patrimônio possa ser protegido e conservado de forma compartilhada com o Estado, exercendo suas funções, mas também com a comunidade sendo coparticipante do processo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O município de Arroio dos Ratos é considerado o berço da indústria carbonífera no Brasil. Nesta pequena localidade do sul do país estabeleceu-se, durante a segunda metade do século XIX, a indústria do carvão. Esta, por sua vez, forjou uma “microcivilização mineira e católica” sob a égide do paternalismo. (ECKERT, 2012).

De 1872 a 1956, Arroio dos Ratos viveu o nascimento, o ápice e o desmantelamento da potência industrial do carvão. O processo de desindustrialização legou à localidade vestígios materiais e imateriais de uma época considerada áurea. São eles: casas operárias, hospital, igrejas, espaços de sociabilidade, memórias em torno do trabalho minerador, práticas religiosas e, sobretudo, a marca mais destacada deste período: os remanescentes do antigo complexo carbonífero.

As estruturas do outrora dinâmico lugar de trabalho passaram por dois momentos distintos. O primeiro as transformou parte em ruínas, através das ações do tempo e humana. O segundo foi marcado pela criação do Museu Estadual do Carvão. Entre essas duas fases, dois processos importantes podem ser observados: as articulações em favor do tombamento desses remanescentes da indústria carbonífera gaúcha – o primeiro tombamento em 1986 e o segundo em 1993. Este último culminou com a inauguração da instalação física definitiva do Museu Estadual do Carvão em 1994.

As justificativas (“molas”) identitárias, memoriais e históricas incidiram basicamente sobre a necessidade de apresentar o Estado do Rio Grande do Sul como o pioneiro da atividade extrativa no país. Justificativas estas ancoradas também nos projetos industriais que ocorriam concomitantemente ao período dos tombamentos (Polo Carboquímico do Conde, Polo Petroquímico de Triunfo e retomada das atividades de extração do carvão na região pela empresa Copelmi).

Diante dos resultados apresentados pela pesquisa, cabe finalizar este estudo de caso com considerações acerca dos processos de patrimonialização. A primeira delas diz respeito à participação das comunidades nesses processos e a necessidade de compartilhamento de ideias e de responsabilidades entre estas e os profissionais à serviço do patrimônio.

A falta da mobilização de pessoas-recurso (VARINE, 2012) e demais membros da comunidade, a fim de compartilharem seus conhecimentos acerca do patrimônio, colaborando no processo de classificação e posterior encaminhamento de uso social do bem, pode causar entraves posteriores à conservação e à gestão dos bens culturais.

A relação da comunidade carbonífera com o Museu Estadual do Carvão, especificamente a arroio-ratense, apresenta-se distante, ao se levar em conta a proposta inicial do espaço: o estabelecimento de um museu comunitário. Observa-se nesse fato duas propostas conflitantes: o público visto como visitante – daí cabe ao museu ser um anfitrião – ou o público se tornar participante do patrimônio cultural e sua razão de ser. (CHAGAS, 1998, p. 194 apud RAMOS, 2004, p. 38). Após o estabelecimento da instituição museológica, essa última proposta não pareceu suficientemente esclarecida pelas gestões que se seguiram.

Entretanto, destaca-se que a partir de 2012 o Museu Estadual do Carvão vem buscando, através de novos projetos, engendrar a participação cidadã da comunidade carbonífera. Com relação ao uso sustentável do patrimônio industrial mineiro em Arroio dos Ratos, é válida a sugestão de Gómez e González (2003, p. 29) para considerar cuidadosamente as necessidades atuais e futuras das comunidades – no caso estudado, os vizinhos do complexo do Museu do Carvão e a própria comunidade da região carbonífera – com a finalidade de priorizar os possíveis usos alternativos conforme sua missão e objetivos. Entre esses usos, destaca-se o Arquivo Histórico da Mineração (AHM), inaugurado em 2012.

O complexo do Museu Estadual do Carvão é um quadro, uma moldura para o desenvolvimento e um território que representa o produto de toda uma história natural e humana. (VARINE, 2012). Assim, todo território sem o respeito por seus componentes patrimoniais não poderá servir de base para um desenvolvimento local equilibrado e sustentável. (VARINE, 2012).

O primeiro passo em busca desse respeito é a institucionalização do regimento interno e, principalmente, do plano museológico[91] como ferramenta básica

[91] O Regimento Interno e o Plano Museológico do Museu Estadual do Carvão foram confeccionados preliminarmente (esboço), após um diagnóstico participativo, e no momento estão passando por revisão no Sistema Estadual de Museus (SEM/RS) para encaminhamento e debate com a comunidade.

de planejamento estratégico, constituindo instrumento fundamental para a sistematização do trabalho interno e para a atuação do Museu na sociedade[92].

Por fim, espera-se que este estudo tenha proporcionado subsídios para futuras reflexões sobre a situação do patrimônio cultural brasileiro, especialmente no que diz respeito aos processos de patrimonialização e suas consequências tanto para o bem protegido quanto para as comunidades as quais o patrimônio envolve. Por tratar-se do caso específico de um exemplar industrial mineiro, acrescenta-se a necessidade de mais estudos que enfatizem as possibilidades de usos deste patrimônio no país, especialmente aqueles que localizam-se em regiões deprimidas socio-economicamente. Apontar novas possibilidades de uso sustentável deste patrimônio em consonância com as ideias e necessidades das comunidades locais torna-se um desafio de extrema relevância, o qual profissionais e estudiosos da área do patrimônio devem estar sensíveis.

[92] Lei Federal nº 11.904/2009 (Estatuto dos Museus, BRASIL, 2009), artigos 28, 29, 44, 45, 46, 47. Uma fonte pertinente para auxiliar na construção do planejamento museológico é a obra de Cândido (2013).

REFERÊNCIAS

AMADO, Janaína. O grande mentiroso: tradição, veracidade e imaginação em história oral. **Revista de História da Universidade Estadual Paulista**, Franca, v. 14, p. 125-136, 1995.

ARANTES, Antônio Augusto (Org.). **Produzindo o passado**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

ARQUIVISTAS SEM FRONTEIRAS DO BRASIL (AsF Brasil). **AsF Brasil atua na recuperação dos arquivos da mineração no Rio Grande do Sul**. [S.l.], 11 mar. 2015. Disponível em: <http://www.asfbrasil.org/asf-brasil-resgata-arquivos-da-mineracao-no-rio-grande-do-sul>. Acesso em: 19 mar. 2015

ARROIO DOS RATOS. **Lei municipal nº 2015/01**. Autoriza o poder executivo a abrir um crédito suplementar no valor de R$104.000,00 e dá outras providências. Disponível em: <http://www.camaraarroiodosratos.rs.gov.br/lei-municipal/63989/>. Acesso em: 05 abr. 2015.

ARROIO DOS RATOS. **Lei municipal nº 646, de 26 de junho de 1989**. Disponível em: <http://www.camaraarroiodosratos.rs.gov.br/lei-municipal/64689/>. Acesso em: 19 nov. 2014.

ARROIO DOS RATOS. Prefeitura Municipal. **Estátua do mineiro tem sua identidade oficialmente declarada**. Arroio dos Ratos. 17 dez. 2014. Disponível em: <http://arroiodosratos.rs.gov.br/2014/12/estatua-do-mineiro-tem-sua-identidade-oficialmente-declarada>. Acesso em: 17 dez. 2014.

ARROIO DOS RATOS. Prefeitura Municipal. **O município**. Arroio dos Ratos, 2015. Disponível em: <http://arroiodosratos.rs.gov.br/dados-gerais>. Acesso em: 19 mar. 2015.

ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO CARBONÍFERA (ASMURC).**Mapa da região carbonífera do Rio Grande do Sul**. Disponível em: <http://cultura-asmurc.blogspot.com.br/p/municipios.html>. Acesso em: 06 jul. 2014.

ÁVILA, Normélio de. **Saudade mineira**. [S.l.], 2014. Disponível em: <https://www.facebook.com/normelio.avila?fref=ts>. Acesso em: 19 dez. 2014

BARASH, Jeffrey Andrew. O lugar da lembrança: reflexões sobre a teoria da memória coletiva em Paul Ricoeur.**Revista Memória em Rede**, Pelotas, v.2, n.6, p. 64-75,jan./jun. 2012.

BARBUY, Heloisa. A conformação dos ecomuseus: elementos para compreensão e análise. **Anais do Museu Paulista,** São Paulo, v. 3, p. 209-236, jan./dez., 1995.

BARCELLOS, Maria Luiza Chaves. Museu do carvão: restaurando ruínas e memórias. **Revista Pampeana**, [S.l.], p. 10-11, [198-?].

BILLY Elliot*.* Direção: Stephen Daldry. Roteiro Lee Hall. Inglaterra, 1999. (111 min).

BRAGHIROLLI, Ângelo Carlos Silveira (Org.). **Paisagens do sul:** pareceres de Carlos Fernando de Moura Delphim sobre os bens patrimoniais do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 2009.

BRANDI, Cesare. **Teoria da restauração**. Cotia: Ateliê, 2004.

BRASIL. **Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937**. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0025.htm>. Acesso em: 21 fev. 2015.

BRASIL. Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009. Institui o Estatuto de Museus e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11904.htm>. Acesso em 20 mar. 2015.

BUENO, Eduardo; TAITELBAUM. **Indústria de ponta**: uma história da industrialização do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Buenas Ideias, 2009.

CANCLINI, N. García. Los usos sociales del patrimonio cultural. In: CRIADO, Encarnación Aguilar (Coord.). **Patrimonio etnológico**: nuevas perspectivas de estudio. Sevilla: Instituto Andaluz de Patrimonio Histórico, 1999. p. 16-33.

CANDAU, Joël. **Memória e identidade***.* São Paulo: Contexto, 2011.

CÂNDIDO, Manuelina Maria Duarte. **Gestão de museus, um desafio contemporâneo**: diagnóstico museológico e planejamento. Porto Alegre: Medianiz, 2013.

CÉU de outubro. Direção: Joe Johnston.Roteiro: Lewis Colick. Estados Unidos, 1999. (108 min).

CHAGAS, Mário de Sousa. Oficina do objeto. **Anais do II Seminários sobre Museus-Casas, Comunicação e Educação**. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 1998.

CHAPINCAR – PINTURA E REPARAÇÃO AUTOMOTIVA. **Molas automotivas**. [S.l.], 4 out. 2012. Disponível em: <http://chapincar.com.br/blog/?p=63>. Acesso em: 26 fev. 2015.

CHARTIER, Roger. **A história ou a leitura do tempo***.* Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. 3. ed. São Paulo: UNESP, 2006.

CIOCCARI, Marta. **Ecos do subterrâneo**: estudo antropológico do cotidiano e memória da comunidade de mineiros de carvão em Minas do Leão (RS). 2006.198f.Dissertação.(Mestrado em Antropologia Social) -- Programa de Pós Graduação em Antropologia Social, UFRGS, Porto Alegre, 2006.

COLÉGIO MESQUITA. **Projeto interdisciplinar de arqueologia**. Porto Alegre, 2105. <http://www.mesquitacolegio.com.br/portal/index.php/pt/projeto-interdisciplinar-de-arqueologia>. Acesso em: 20 mar. 2015.

COMITÊ INTERNACIONAL PARA A CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO INDUSTRIAL (TICCIH). [S.l.], 2014. Disponível em: <http://ticcih.org/>. Acesso em: 20 set. 2014.

COMO era verde o meu vale.Direção: John Ford.Roteiro Philip Dunne. Estados Unidos, 1941. (118 min).

CORDEIRO, José Manuel Lopes. Desindustrialização e salvaguarda do patrimônio industrial: problema ou oportunidade?**Oculum ensaios**, Campinas, p. 154-165, jan./jun. 2011.

DAHNE, E. S. Eugenio. **A mineração de carvão e as concessões da companhia no Estado do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Companhia Estrada de Ferro e Minas de São Jeronymo: Estabelecimento typographico de Gundlanch, 1893.

DEFENDER – DEFESA CIVIL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO. **Arroio dos Ratos (RS) – Cultura recebe doação da Copelmi para acervo do Museu do Carvão**. Cachoeira do Sul, 14 nov. 2013 Disponível em: <http://defender.org.br/noticias/rio-grande-do-sul/arroio-dos-ratos-rs-cultura-recebe-doacao-da-copelmi-para-acervo-do-museu-do-carvao>. Acesso em: 10 fev. 2015.

DEFENDER – DEFESA CIVIL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO. **Os vândalos que abalaram a estima de uma cidade**. Cachoeira do Sul, 19 ago. 2009a. Disponível em: <http://defender.org.br/noticias/rio-grande-do-sul/os-vandalos-que-abalaram-a-estima-de-uma-cidade>. Acesso em: 05 dez. 2014.

DEFENDER – DEFESA CIVIL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO. **Quem somos**. Cachoeira do Sul, 2015. Disponível em: <http://defender.org.br/quem-somos/>. Acesso em: 13 jan. 2015.

DEFENDER – DEFESA CIVIL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO. **Ruínas da antiga termoelétrica de Arroio dos Ratos em perigo iminente**. Cachoeira do Sul, 28 jan. 2014. Disponível em: <http://defender.org.br/noticias/defender/ ruinas-da-antiga-termoeletrica-de-arroio-dos-ratos-em-perigo-iminente/>. Acesso em: 10 fev. 2015.

DEFENDER – DEFESA CIVIL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO. **Símbolo restaurado – De volta à praça de Arroio dos Ratos**. Cachoeira do Sul, 13 nov. 2009b. Disponível em: <http://defender.org.br/noticias/rio-grande-do-sul/simbolo-restaurado-de-volta-a-praca-de-arroio-dos-ratos>. Acesso em: 20 mar. 2015.

ECKERT, Cornelia. **Memória e trabalho**: etnografia da duração de uma comunidade de mineiros de carvão (*La Grand-Combe*, França).Curitiba: Appris, 2012.

ECKERT, Cornelia. **Os homens da mina**: um estudo das condições de vida e representações dos mineiros de carvão em Charqueadas - Rio Grande do Sul. 1985.Dissertação. (Mestrado em Antropologia Social) -- Programa de Pós Graduação em Antropologia Social: UFRGS, Porto Alegre,1985.

ECKERT, Cornelia. Sociabilidade e memória na comunidade mineira do carvão . In:CENTRO DE ECOLOGIA DA UFRGS.**Carvão e meio ambiente**. Porto Alegre: Editora da Universidade, 2000.p. 887-908.

ECKERT, Cornelia. **Une ville autrefois minière**: La Grand Combe. 1992.Tese.(Doutorado em Antropologia Social) -- Universidade de Paris V - Ciências Humanas Sorbonne, Paris, 1992.

FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES DE MUNICÍPIOS DO RIO GRANDE DO SUL (FAMURS). **Mapa com a localização da região carbonífera do Rio Grande do Sul**.Disponível em: <http://www.famurs.com.br/associacoes/ASMURC>. Acesso em: 06 jul. 2014.

FERREIRA, Maria Letícia Mazzucchi. Patrimônio Industrial: quando a fábrica vira museu. In: MICHELON, Francisca Ferreira; TAVARES, Francine Silveira (Org.). **Memória e patrimônio**: ensaios sobre a diversidade cultural. Pelotas: Editora da UFPel, 2008. v. 1, p. 149 -165.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo**: trajetória da política federal de preservação no Brasil. 3. ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009.

FORTUNA, Carlos. Por entre as ruínas da cidade: o patrimônio e a memória na construção das identidades sociais. **Oficina do Centro de Estudos Sociais,**Coimbra, p.1-19, set. 1995.

FREIRE, João Ruy Dornelles; VILIAS-BÔAS, Marco Antônio Ferreira. Pólo petroquímico de Triunfo: instalação, empresas, produtos, tecnologia, mercado, cadeia de produção e processos produtivos. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v. 28, n. 1, p. 49-65, 2000. Disponível em: <http://revistas.fee.tche.br/index.php/indicadores/article/view/1656/2025. Acesso em: 26 fev. 2015.

FREITAS, Tassiane Mélo de; WITKOWSKI, Alexsandro. **Sobre os homens desta terra**: a trajetória de fundação do Sindicato dos Mineiros de Butiá – Rio Grande do Sul. Porto Alegre: ed. autores, 2006.

GERMINAL.Direção: Claude Berri.Roteiro Claude Berri, Arlette Langmann, Émile Zola.França,1993. (160 min).

GÓMEZ, D. J. Carvajal; GONZÁLEZ, A. El papel de los parques y museos mineros en el desarrollo sostenible.**Re Metallica**, [S.l.], p. 26-36, Enero, 2ª época. 2003.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

HASENACK, Heinrich; T. GUERRA. A área de estudo. In:CENTRO DE ECOLOGIA DA UFRGS.**Carvão e meio ambiente**. Porto Alegre: Editora da Universidade, 2000.p. 15-17.

HOFF, Gertrudes Novak. **Butiá em busca de sua história**. Arroio dos Ratos: PBS, 1992.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Cidades@**: Arroio dos Ratos. Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=430110&search=rio-grande-do-sul|arroio-dos-ratos>. Acesso em: 27 mar. 2015.

INSTITUTO DE PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). Brasília, DF, 2014. Disponível em: <www.iphan.gov.br>. Acesso em: 20 set. 2014.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DO ESTADO (IPHAE-RS). Porto Alegre, 2014. Disponível em: <http://www.iphae.rs.gov.br/Main.php?do=paginaInicialAc>. Acesso em: 20 set. 2014.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DO ESTADO (IPHAE-RS). **Restante da área que pertenceu à antiga usina**: número do processo: 1697-08.04CODEC 90-0: Relatório nº 02/89 – CPHAE, de janeiro de 1989. Porto Alegre, 1989. Disponível em: <http://www.iphae.rs.gov.br/Main.php?do=BensTombadosDetalhesAc&item=13802>. Acesso em: 26 fev. 2015. Localização: Livro Tombo: nº 73 - Livro Tombo Histórico, data de inscrição no Livro Tombo: 16/08/1994.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Carta de Veneza** (1964). Brasília, DF, 1962. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=236>. Acesso em: 15 jun. 2014.

KLOVAN, Felipe Figueiró. **Sob o fardo do ouro negro**: as experiências de exploração e resistência dos mineiros de carvão do Rio Grande do Sul na primeira metade da década de 1930.85 f.Trabalho de Conclusão de Curso. (Licenciatura em História) --Porto Alegre: Faculdade de História: IFCH - UFRGS,2009.

KUHN JUNIOR, Norberto; SILVA, Cristina Ennes da. Nas profundezas da terra: redes relacionais nas minas de carvão no sul do Brasil.**Revista Latinoamericana de Estudos do Trabalho**,[S.l.], ano 16, n. 25, p. 7-33, 2011.

LAGO, Pedro Correa do. **Coleção princesa Isabel**: fotografia do século XIX. Capivara, 2008.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: Unicamp, 2003.

LIMA, Letícia de. **As origens e a evolução histórica do cultivo da melancia no município de Arroio dos Ratos - Rio Grande do Sul**. 83 f.Trabalho de conclusão de curso. (Tecnólogo em Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural) --Arroio dos Ratos: Faculdade de Ciências Econômicas, UFRGS, 2011.

MARCANTONIO, Roberto. Sem rumos para o crescimento: política econômica e desempenho industrial nos anos 80. In: ALMEIDA, Pedro Fernando Cunha de (Coord.). **Economia gaúcha e os anos 80**: uma trajetória regional no contexto da crise brasileira. Porto Alegre: FEE, 1990. t. 2.

MARCHESAN, Ana Maria Moreira. **A tutela do patrimônio cultural sob o enfoque do direito ambiental**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2007.

MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes. Resistências ao capitalismo: plebeus, operários e mulheres.In: REIS FILHO, Daniel Aarão; FERREIRA, Jorge; CELESTE, Zenha (Org.).**O século XX**: o tempo das certezas - da formação do capitalismo à Primeira Grande Guerra. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. p.185-212.

MENEGUELLO, Cristina. Patrimônio industrial como tema de pesquisa. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL HISTÓRIA DO TEMPO PRESENTE, 2011, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: UDESC, 2011. p.1819-1834.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. Para que serve um museu [entrevista]. **Revista de História da Biblioteca Nacional**, Rio de Janeiro, 18 set. 2009 Disponível em: <http://www.revistadehistoria.com.br/secao/entrevista/ulpiano-toledo-bezerra-de-meneses>. Acesso em: 7 jul. 2014.

MITOLOGIA grega. Belo Horizonte, 30 out. 2010. Disponível em: <http:// eventosmitologiagrega.blogspot.com.br/2010/10/atlas.html>. Acesso em: 14 dez. 2014.

MUSEU DO CARVÃO (Arroio dos Ratos). **29 anos**! Arroio dos Ratos, ago. 2011. Disponível em: <http://museucarvao.blogspot.com.br>. Acesso em: 20 mar. 2015.

MUSEU DO CARVÃO (Arroio dos Ratos). **História do museu**. Arroio dos Ratos, 2015. Disponível em: <http://museucarvao.blogspot.com.br/p/historia-do-museu.html>. Acesso em: 6 fev. 2015.

MUSEU DO CARVÃO (Arroio dos Ratos). **Locomotiva "Maria-Fumaça"!** Arroio dos Ratos, out. 2008. Disponível em: <http://museucarvao.blogspot.com.br/2015/01/ locomotiva-maria- zfumaca.html>. Acesso em: 17 fev. 2015.

MUSEU DO CARVÃO (Arroio dos Ratos). **Museu do Carvão realiza encontro "Troca de Saberes"**. Arroio dos Ratos, ago. 2011. Disponível em: <http://museu carvao.blogspot.com.br/2011/08/museu-do-carvao-realiza-encontro-troca.html>. Acesso em: 20 mar. 2015.

MUSEU DO CARVÃO (Arroio dos Ratos). **Uma luz no fim do túnel**. Arroio dos Ratos, 2013. Disponível em: <http://museucarvao.blogspot.com.br/p/uma-luz-no-fim-do-tunel.html>. Acesso em: 10 fev. 2015.

MUSEU ESTADUAL DO CARVÃO (Arroio dos Ratos). **Relatório anual de atividades do Museu Estadual do Carvão - 2012**. Porto Alegre: Secretaria de Estado da Cultura, 2012.

MUSEU ESTADUAL DO CARVÃO (Arroio dos Ratos). **Relatório anual de atividades do Museu Estadual do Carvão - 2013**. Porto Alegre: Secretaria de Estado da Cultura, 2013.

MUSEU ESTADUAL DO CARVÃO (Arroio dos Ratos). **Relatório anual de atividades do Museu Estadual do Carvão - 2014**. Porto Alegre: Secretaria de Estado da Cultura, 2014.

NEVES, Gervásio Rodrigo; Helena Ayres CHAVES. A região carbonífera "tradicional" do Rio Grande do Sul. In: CENTRO DE ECOLOGIA DA UFRGS.**Carvão e meio ambiente**. Porto Alegre: Editora da Universidade, 2000. p. 108-129.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, [S.l.], n. 1, p. 7-28, dez. 1993.

OURO Negro, a saga do carvão. Direção: Rodrigo Lopes. 2006.

PEIXOTO, Paulo. A identidade como recurso metonímico dos processos de patrimonialização. **Revista Crítica das Ciências Sociais**, Coimbra, n. 70, p. 183-204, dez. 2004.

PEREGRINO, Miriane da Costa. SPHAN/Pró-Memória: abertura política e novos rumos para a preservação do patrimônio nacional. **Revista Confluências Culturais**, Joinville, v. 1, n. 1, p. 85-100, set. 2012.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da história**: operários, mulheres, prisioneiros. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História do Rio Grande do Sul**. 7. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1994.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Memória e história: as marcas da violência. **Fênix**: Revista de História e Estudos Culturais, [S.l.], ano 3, v. 3, n. 3, p. 1-15, jul./set. 2006.

PESAVENTO, Sandra Jatahy; MEIRA, Ana Lúcia Goelzer et. al. **Fronteiras do mundo ibérico**: patrimônio, território e memória. Porto Alegre: UFRGS, 2007.

PINHEIRO, Derli. **Samba enredo equipe Unidos**.[S.l.], 2014.

POULOT, Dominique. **Uma história do patrimônio no ocidente**: séculos XVIII-XXI. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.

PRATS, Llorenç. Concepto y gestión de patrimonio local. **Cuadernos de Antropologia Social**, Buenos Aires, n. 21, p. 17-35, 2005.

PROST, A. O trabalho.In: PROST, A.; VICENT, Gérard (Org.). **História da vida privada**:Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2010. v. 5: Da primeira guerra a nossos dias.

RAMOS, Francisco Régis Lopes. **A danação do objeto**: o museu no ensino de História. Chapecó: Argos, 2004.

RIBEIRO, Maria de Fátima Bento. **Memórias do concreto**: vozes na construção de Itaipu. Cascavel: Edunioeste, 2002.

RICOEUR, Paul. **A história, a memória, o esquecimento**. Campinas: Unicamp, 2007.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Estado da Cultura. **Balanço/Cultura RS - 2011/2014**. Porto Alegre, 2014. Disponível em: <http://issuu.com/cultura_rs/docs/balan__o_cultura_rs_ 2011_2014/1>. Acesso em: 10 fev. 2015.

RIO GRANDE DO SUL. Sistema Estadual de Museus do RSA. **Construção do Plano Estadual Setorial de Museus do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, 20 ago. 2013. Disponível em: <https://planodemuseus.wordpress.com>. Acesso em: 10 fev. 2015.

RODRIGUES, Helder Pereira. A crise da identidade na cultura pós-moderna. **Mental**, [S.l.], ano 2, n.2, p. 87-98, jun. 2004.

SARLO, Beatriz. **Tempo passado**: cultura da memória e guinada subjetiva. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SILVA, Cristina Ennes da. **Nas profundezas da terra**: um estudo sobre a região carbonífera do Rio Grande do Sul (1883-1945). 2007. 392 f.Tese. (Doutorado em História) -- Programa de Pós Graduação em História, PUCRS, Porto Alegre, 2007.

SILVEIRA, Eder da Silva (Org.). **Ensino de história, história oral e museologia**: reflexões para sala de aula. São Leopoldo: Oikos, 2009.

SILVEIRA, Flavio Leonel Abreu da. Memória e trabalho. **Revista Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 19, n. 39, p. 461-464, jan./jun. 2013.

SIMCH, Carlos Alfredo. **Monografia de São Jerônimo**. Porto Alegre: Imprensa Oficial, 1961.

SIMCH, Carlos Alfredo. **Monografia de São Jerônimo**. Porto Alegre: Livraria Andradas, 1942.

SOCIEDADE ESPANHOLA PARA A DEFESA DO PATRIMÔNIO GEOLÓGICO E MINEIRO (SEDPGYM). Vigo, 2014. Disponível em: <http://www.sedpgym.es/>. Acesso em: 20 set. 2014.

SOCIEDADE ESPANHOLA PARA A DEFESA DO PATRIMÔNIO GEOLÓGICO E MINEIRO (SEDPGYM). Masculinidade, conflito e adesão: tensões identitárias entre os trabalhadores das minas de carvão do Rio Grande do Sul nos anos 1940. **ArtCultura**, Uberlândia,v.11, n. 19, p. 75-88, jul./dez. 2009.

SPERANZA, Clarice Gontarski. **Cavando direitos**: as leis trabalhistas e os conflitos entre trabalhadores e patrões nas minas do Rio Grande do Sul nos anos 1940 e 1950. 2012. 272 f.Tese. (Doutorado em História) -- Programa de Pós Graduação em História, IFCH - UFRGS,Porto Alegre, 2012.

STOCKER JR, Jorge Luis. **Desmistificando os inventários de patrimônio cultural edificado**. Campo Bom, 10 fev. 2015. Disponível em: <http://dzeit.blogspot.com.br/2015/02/desmistificando-os-inventarios-de.html>. Acesso em: 24 fev. 2015.

STOCKER JR, Jorge Luis. **Patrimônio cultural**: possibilidades e desafios da participação da sociedade nos inventários. Campo Bom, 4 set. 2013. Disponível em:

< Disponível em: <http://dzeit.blogspot.com.br/2013/09/ patrimonio-cultural-possibilidades-e.html>. Acesso em: 24 fev. 2015.

SULZBACH, Ervino Lothar. **Arroio dos Ratos**: berço da indústria carbonífera nacional. 2. Arroio dos Ratos: PBS, 1989a.

SULZBACH, Ervino Lothar. **Perfil de um minerador**. Arroio dos Ratos: PBS, 1989b.

TAMASO, Izabela M. Por uma distinção dos patrimônios em relação à história, à memória e à identidade. In: PAULA, Zueleide Casagrande de; MENDONÇA, Lúcia Glicério; ROMANELLO, Jorge Luís. **Polifonia do patrimônio**. Londrina: Eduel, 2012.

TELLES, Manuel Jover. **O movimento sindical no Brasil**. Rio de Janeiro: Editorial Vitória, 1962.

THE INTERNATIONAL COMMITTEE FOR THE CONSERVATION OF THE INDUSTRIAL HERITAGE (TICCIH). **Carta de Nizhny Tagil sobre o património industrial**.Nizhny Tagil, 17 jul. 2003. Disponível em: <http://ticcih.org/wp-content/uploads/2013/04/NTagilPortuguese.pdf>. Acesso em: 27 jun. 2014.

THE MOLLY Maguires. Direção: Martin Ritt. Roteiro: Walter Bernstein. Estados Unidos, 1970. (124 min).

VARINE, Hugues de. **As raízes do futuro**: o patrimônio a serviço do desenvolvimento local. Porto Alegre: Medianiz, 2012.

VASQUES, Amanda Ramalho. **O processo de formação e refuncionalização de brownfields nas cidades pós-industriais**: o caso do Brasil. [S.l.], 2005. Disponível em: <age.ieg.csic.es/geconomica/II JornadasGGESalamanca/Amanda_Vasques.pdf>. Acesso em: 14 mar. 2015.

VEYNE, Paul. Éloge de La curiosité. In: DESCAMPS, Christian (Org.). **Philosophie et histoire**. Paris: centre Pompidou, 1987. p. 15-36.

VIKINGS, Equipe. **Uma homenagem a Arroio dos Ratos**. 2014.

ZAMIN, Frinéia. **O patrimônio cultural do Rio Grande do Sul**: atribuição de valores a uma memória coletiva edificada para o Estado. 2006. Dissertação (mestrado em História) -- Departamento de História, IFCH, UFRGS, Porto Alegre, 2006.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Cronologia.

- **1906** – Abertura do Poço 1 pela CEFMSJ.
- **1924** – Inauguração da Usina Termoelétrica no espaço do complexo carbonífero de Arroio dos Ratos. Trata-se da primeira usina no Brasil a gerar energia elétrica a partir da queima do carvão mineral.
- **1956** – Inicia-se o processo de desmantelamento da indústria do carvão em Arroio dos Ratos e transferência das atividades para a cidade de Charqueadas - RS. Consequentemente inicia-se o abandono e a dilapidação do espaço do complexo carbonífero.
- **1980** – Visita de Antônio Augusto Fagundes, diretor do Museu Antropológico do Rio Grande do Sul, Maria Luiza Chaves Barcellos e equipe ao espaço das ruínas do antigo complexo carbonífero.
- **1983** – Doação de parte do terreno dos remanescentes ao Estado do Rio Grande do Sul. Encaminhamento do processo de tombamento da usina e do resfriador.
- **1986** – Criação oficial do Museu Estadual do Carvão. Tombamento da usina e do resfriador.
- **1988** – VI CECRE (Curso de Conservação de Monumentos e Centros Históricos). Os remanescentes são tema de estudo da engenheira Rita Patussi nesta edição do CECRE (UFBa – Salvador).
- **1990** – Encaminhamento do segundo processo de tombamento.
- **1993** – Tombamento do restante da área pertencente aos remanescentes.
- **1993** – **1994** – Restauro de parte das estruturas que compõem o Museu Estadual do Carvão. Destaca-se a restauro do prédio da antiga usina.
- **2011** – Assinatura do Termo de Ajuste de Conduta (TAC) entre Secretaria de Estado da Cultura e Copelmi, visando a criação do Arquivo Histórico da Mineração no espaço do Museu Estadual do Carvão.
- **2012** – Inauguração de Telecentro e Arquivo Histórico da Mineração.

APÊNDICE B – Carta de cessão de documento oral.

ACERVO PARTICULAR DE
TASSIANE MÉLO DE FREITAS

CARTA DE CESSÃO DE DOCUMENTO ORAL

Eu_____,
portador do RG de número _____, declaro para os devidos fins, que cedo os direitos de minha entrevista oral, concedida em _____/_____/201__ à entrevistadora Tassiane Mélo de Freitas, para usá-la integralmente ou em partes, sem restrições de prazos e citações, desde a presente data. Da mesma forma, autorizo a terceiros sua audição e o uso do texto final que está sob a guarda do acervo particular de Tassiane Mélo de Freitas, abdicando de meus direitos e de meus descendentes sobre o documento oral produzido.

Subscrevo a presente carta de cessão, juntamente com a entrevistadora.

Assinatura do depoente

_____

Assinatura da entrevistadora

_____

_____, _____ de_____ de 201__.
(cidade) (data)

APÊNDICE C – Roteiro de entrevista1.

1. Você teve algum parente que trabalhou (ou ainda trabalha) nas minas de carvão da região?
2. Qual a sua percepção acerca do trabalho nas minas de carvão no passado e atualmente?
3. Como era a cidade de Arroio dos Ratos durante o auge da mineração de carvão?
4. Quanto à Usina Termoelétrica de Arroio dos Ratos: você lembra do funcionamento deste complexo industrial?
5. O que a Usina Termoelétrica representava para a cidade durante o período de seu funcionamento?
6. Como a comunidade arroio-ratense reagiu ao fechamento da Usina Termoelétrica?
7. O que as ruínas da antiga Usina passaram a significar?
8. Houve algum movimento da própria comunidade arroio-ratense que buscasse a preservação dos remanescentes da antiga Usina?
9. Quais eram os motivos que impulsionavam as pessoas da comunidade que queriam a preservação dos remanescentes da antiga Usina?
10. Você foi consultado e/ou participou da organização do processo de tombamento dos remanescentes da antiga Usina na década de 1980?
11. Como este processo aconteceu?
12. Quais as pessoas que efetivamente participaram deste processo?
13. Quais suas impressões acerca do Museu Estadual do Carvão quando recém fundado?
14. O que o Museu Estadual do Carvão passou a representar para a comunidade arroio-ratense?
15. Qual a importância do Museu Estadual do Carvão na atualidade para a comunidade arroio-ratense?

APÊNDICE D – Roteiro de entrevista 2.

1. Você teve algum parente que trabalhou (ou ainda trabalha) nas minas de carvão da região?
2. Qual a sua percepção acerca do trabalho nas minas de carvão no passado e atualmente?
3. Podes relatar sobre as informações que tens a respeito da história da mineração de carvão em Arroio dos Ratos?
4. Onde colheste estas informações?
5. O que esta história significa para ti?
6. Quais são os espaços que revelam esta história da mineração de carvão na cidade?
7. Como eles estão (preservados, danificados, modificados...)?
8. O que significa hoje a presença destes espaços na cidade de Arroio dos Ratos?
9. Qual espaço da cidade de Arroio dos Ratos o qual tu te identificas?
10. O que significa para ti morar em Arroio dos Ratos?

APÊNDICE E – Roteiro de entrevista 3.

1. Com o término da mineração em Arroio dos Ratos, como ficou a situação deste espaço (Museu Estadual do Carvão)?
2. Houve algum movimento (mínimo que fosse) da própria comunidade arroio-ratense que buscasse a preservação dos remanescentes da antiga Usina?
3. Quais eram os motivos que impulsionavam estas pessoas da comunidade que queriam a preservação dos remanescentes da antiga Usina?
4. Você foi consultado e/ou participou da organização do processo de tombamento dos remanescentes da antiga usina na década de 1980 e 1990?
5. Como foi a sua participação?
6. Como este processo aconteceu?
7. Houve entraves neste processo?
8. Quais pessoas efetivamente participaram deste processo?
9. Quais as suas impressões acerca do Museu Estadual do Carvão quando recém fundado?
10. Ao seu ver, o que o Museu Estadual do Carvão passou a representar para a comunidade arroio-ratense?
11. Qual a importância do Museu Estadual do Carvão na atualidade para a comunidade arroio-ratense?
12. Você considera que ter tornado este espaço um museu, foi uma forma de uso social eficiente e eficaz para que a comunidade realmente se apropriasse desta herança?
13. Como tu vês a relação da comunidade com os vestígios do passado da mineração?

APÊNDICE F – Roteiro de entrevista 4.

1. Pode apresentar-se (falar nome completo, formação, com que trabalha...)?
2. Como aconteceu tua inserção nas questões do patrimônio?
3. Como foi sua experiência como diretora do IPHAE?
4. Quais eram os maiores desafios na defesa do patrimônio durante o período em que estavas no IPHAE?
5. Como eram dirigidas as políticas patrimoniais durante os anos 1980 e 1990?
6. Quais os avanços em relação às políticas patrimoniais?
7. Quais os recuos em relação às políticas patrimoniais?
8. Como te inseriste no processo de patrimonialização dos remanescentes da antiga Usina Termoelétrica de Arroio dos Ratos?
9. O pedido de tombamento do restante dos remanescentes da antiga Usina foi resultado de uma mobilização da comunidade de Arroio dos Ratos?
10. Quem eram as pessoas da comunidade de Arroio dos Ratos que auxiliaram na articulação do pedido?
11. Como estas pessoas da comunidade se articulavam?
12. Como era a relação dos moradores de Arroio dos Ratos com o espaço dos remanescentes?
13. Houve outras pessoas que se mobilizaram para pedir o tombamento?
14. Quem eram estas pessoas?
15. Quais valores foram levados em conta para o encaminhamento do tombamento do restante dos remanescentes em 1990?
16. Em relação ao VI CECRE (Curso de Especialização em Conservação e Restauração de Monumentos e Centros Históricos), qual o motivo da escolha do Museu do Carvão como objeto de estudo?
17. Quais as tuas considerações acerca do projeto de intervenção nos remanescentes?
18. Este projeto atingiu seus objetivos?
19. Quais os principais entraves encontrados no processo de conservação e restauro dos remanescentes?

20. A comunidade de Arroio dos Ratos participou em algum momento do processo de conservação e restauro?

21. Como atuavam?

22. Em relação à escolha do novo uso social dos remanescentes (ser um museu) você considerou eficaz?

23. Sobre o novo uso social dos remanescentes, a população de Arroio dos Ratos e da região foi consultada a respeito da possibilidade dos remanescentes vir a ser um museu?

24. Qual a relação da comunidade com o Museu após ter sido criado?

25. Tu percebeste algum distanciamento (ao longo do tempo) da comunidade de Arroio dos Ratos e/ou da região em relação ao Museu do Carvão?

26. A que se deve este distanciamento?

27. Quais as tuas percepções acerca do uso do espaço do patrimônio como local de eventos de grande porte (festas) que não estejam necessariamente ligados à preservação da memória e história da mineração de carvão?

28. Hoje o Museu do Carvão tem sido procurado para servir de cenário para *books* fotográficos. O que achas sobre isso?

29. Você acredita que os valores que justificavam o tombamento do restante dos remanescentes naquele momento, ainda tem sentido na atualidade deste bem?

30. Gostaria de tecer algumas considerações finais acerca do tema em que conversamos?

APÊNDICE G – Questionário virtual aplicado de 16/09/2014 a 09/12/2014.

A patrimonialização dos remanescentes do antigo complexo carbonífero de Arroio dos Ratos – RS.

Este questionário tem como objetivo central coletar dados que auxiliem na compreensão do processo de patrimonialização dos remanescentes do antigo complexo carbonífero de Arroio dos Ratos/RS - atual Museu Estadual do Carvão. Sua colaboração é muito importante!

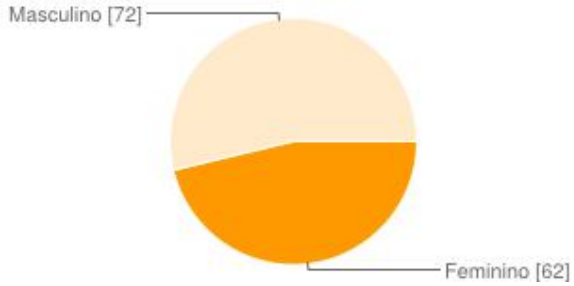
QUESTÃO 1:

Qual a sua idade?

De 15 a 20 anos	**49**	**36,3%**
De 21 a 30 anos	19	14,1%
De 31 a 40 anos	35	25,9%
De 41 a 50 anos	11	8,1%
De 51 a 60 anos	7	5,2%
61 anos ou mais	5	3,7%

QUESTÃO 2:

Sexo:



Feminino	**62**	**45,9%**
Masculino	72	53,3%

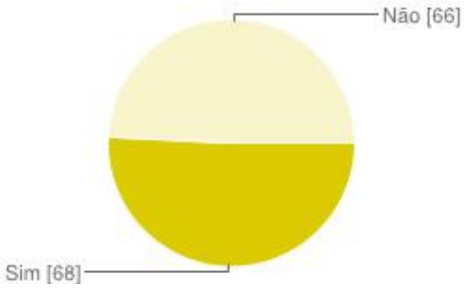
QUESTÃO 3:

Você mora em qual município?

Arroio dos Ratos	**44**	**32,6%**
Butiá	11	8,1%
Charqueadas	42	31,1%
Minas do Leão	3	2,2%
São Jerônimo	14	10,4%
Triunfo	0	0%
General Câmara	2	1,5%
Outros	18	13,3%

QUESTÃO 4:

Você tem algum parente que trabalhou ou trabalha nas minas de carvão da região do Baixo Jacuí - RS?



Sim	**68**	**50,4%**
Não	66	48,9%

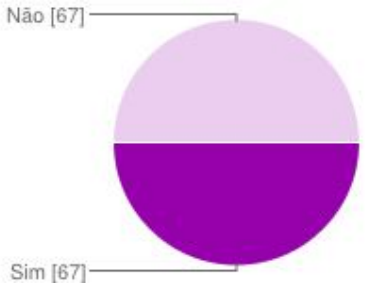
QUESTÃO 5:

Qual parente? ATENÇÃO: Caso você tenha trabalhado ou ainda trabalha nesta atividade, favor acrescentar no campo OUTRO a resposta "Eu trabalhei" ou "Eu trabalho".

Pai	**20**	**14,8%**
Avô	41	30,4%
Tio	24	17,8%
Primo	6	4,4%
Outros	8	5,9%

QUESTÃO 6:

Você costuma visitar o Museu Estadual do Carvão em Arroio dos Ratos/RS?



Sim	**67**	**49,6%**
Não	67	49,6%

QUESTÃO 7:

Você considera o Museu Estadual do Carvão...

Um lugar de memória da indústria do carvão	**84**	**62,2%**
Um lugar de memória dos trabalhadores mineiros	83	61,5%
Um lugar de pesquisa	47	34,8%
Um lugar para a realização de eventos, não necessariamente culturais	16	11,9%
Um lugar que traz recordações de tristeza e sofrimento	10	7,4%
Um lugar que faz sentir saudade do passado da mineração de carvão	18	13,3%
Outros	13	9,6%

QUESTÃO 8:

Você participou do processo de tombamento das ruínas do atual Museu Estadual do Carvão?

Sim, como profissional a serviço deste processo	**1**	**0,7%**
Sim, como funcionário público a serviço deste processo	1	0,7%
Sim, como membro da comunidade de Arroio dos Ratos	4	3%
Sim, como membro de outro município da região carbonífera	3	2,2%
Não participei	122	90,4%
Outros	3	2,2%

QUESTÃO 9:

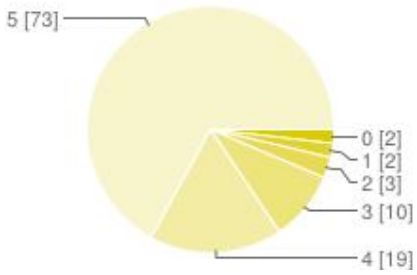
Em qual período tu participaste deste processo?

1986 – durante o 1º processo de tombamento	**3**	**2,2%**
1993 – durante o 2º processo de tombamento	5	3,7%
Não participei	123	91,1%
Outros	2	1,5%

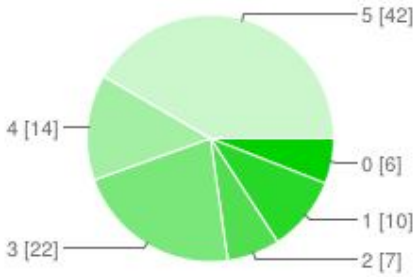
QUESTÃO 10:

Classifique o grau de importância das atividades e/ou serviços realizados no e /ou pelo Museu Estadual do Carvão numa escala de zero (0) a cinco (5):

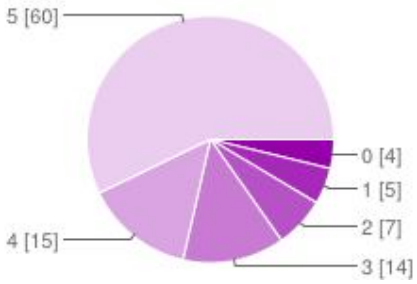
Visita guiada



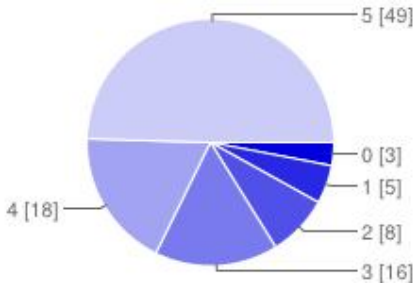
Corais



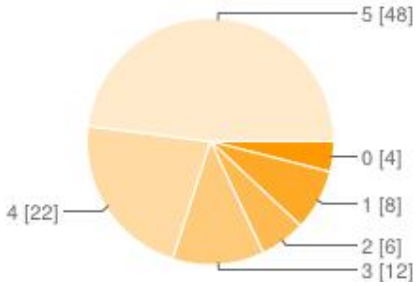
Festcarbo (Festival Estadual do Teatro Amador da Região Carbonífera)



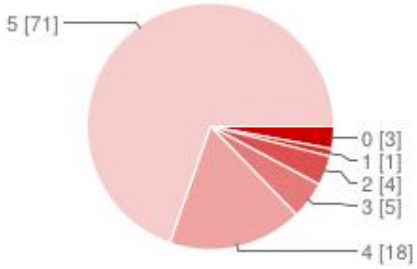
Telecentro comunitário



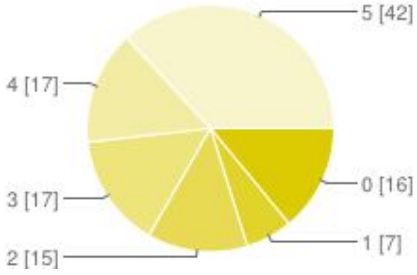
Grupo Escoteiro Cerro da Raposa



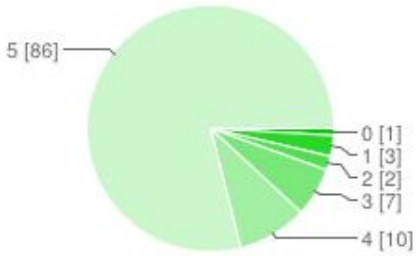
Ações socioambientais



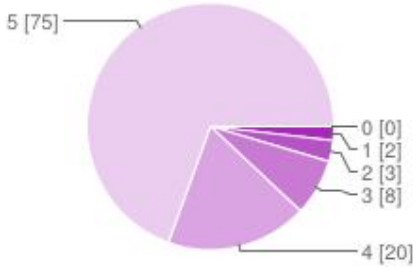
Festa da Melancia



Arquivo da mineração



Semana dos Museus



QUESTÃO 11:

Você considera importante a existência do Museu Estadual do Carvão para a região carbonífera?

Sim, acho importante	**131**	**97%**
Não acho importante	0	0%
Indiferente	1	0,7%
Outros	2	1,5%

QUESTÃO 12:

Deixe seu comentário sobre a preservação do patrimônio carbonífero de nossa região...

Acho muito importante esta pesquisa, pois recebe o retorno de vosso esforço na opinião pública. Continuem este trabalho maravilhoso. Um fraterno abraço.

Muito boa

Acho muito importante , além da comunidade , escolas e outras pessoas de lugares diferentes conhecerem a História da Mineração, também tomam conhecimento do quão importante é este espaço museológico. Também futuras gerações farão uso deste espaço,tanto para pesquisas como para eventos culturais .

Eu acho muito importante a preservaçâo do museu pois é através do museu q as novas gerações vão conhecer a história da nossa cidade.

Otimo

Museu deveria ser uma fundação controlada pelo Estado, mas que tivesse a participação de outras empresas e instituições ligadas a industria da energia, aliás, a missão do museu deveria ser revista para incluir a indústria da energia, deveria chamar-se Fundação Museu do carvão e da Energia.

É muito importante para sabermos nossa história

Muito interessante

Tenho orgulho de ter o Museu do Carvão em minha cidade e ele deve ser preservado e servir aos eventos culturais.

O Museu do Carvão, na minha opinião, é um lugar de encontro. Encontro com o passado, com o presente e com o futuro. Um lugar agradável e que nos passa uma aura de respeito. Respeito ao meio ambiente, respeito ao que se passou ali, respeito às pessoas que ali trabalharam, às que perderam a vida para alimentar suas famílias. O Museu é onde se encontram a memória, a pesquisa, o conhecimento e a cultura da região.

Na minha opinião é de extrema importância pois assim será uma memória da nossa região que fica para os visitantes e para os próximas geração.

O Museu do Carvão é de extrema importância para que não se perca a história da região carbonífera, que esteve esquecida por muito tempo. Espero que o Museu cresça cada vez mais atingindo todos os objetivos propostos.

Preservar é cuidar do que ainda existe. A história deve ser sempre respeitada.A nossa cultura local, O nosso meio ambiente,o nosso acervo e patrimônio. As próximas gerações agradecem.

Devido ao fato da região carbonífera ser, em essência, uma região composta por operários acabamos por não valorizar nossa história, focando-nos apenas em nossa vida profissional, a preservação do nosso patrimônio é de extrema importância para que possamos cultivar um pouco de cultura em nosso cotidiano.

Muito importante, pois faz parte da história da economia da região carbonífera, embora a extração tenha sido feita em condições precárias, garantiu o sustento de inúmeras famílias.

Eu acho muito importante a preservação para as futuras gerações.

Acho de extrema importância a conservação do Museu do Carvão como patrimônio histórico , pois é a história da nossa Região, de nossos antecessores ,pois muitos dedicaram a vida para o

desenvolvimento da extração do carvão aos quais são os grandes responsáveis e colaboradores para o crescimento da região.

Visitei o Museu do Carvão em 2012 e achei muito interessante. Se tem uma visão do trabalho nas minas de carvão e como os trabalhadores tinham uma vida difícil no interior das minas.

Acho muito importante manter o patrimônio na nossa região. Acho que os jovens e futuros habitantes daqui, devem saber da nossa história e das nossas heranças.

Ação a importância da preservação e conservação, das memórias do passado dos mineradores, para lembrar dos jovens de hoje dia do sofrimento e luta que eles tiveram para ganhar o pão de cada dia.

O museu é de extrema importância para História e memória da região. Devemos lutar para que a instituição consiga mais recursos e tenha seus trabalhos continuados e ampliados. Principalmente no que toca a documentação histórica de suma importância. http://charqueadashistoria.blogspot.com.br/

O museu do carvao faz parte d nossa historia, deve ser cuidado, preservado, valorizado

Sempre é relevante manter o patrimônio histórico de uma região, pois o mesmo acaba sendo seu "diferencial" e personalidade da população.

Nossa região não preserva a memória coletiva e a história de forma em geral. É fato que as escolas não tratam da história da região como tema significante para formação do cidadão. Uma pena!!!!

Importante por fazer parte da história da região, preservando memórias desse passado que fez (e ainda faz) parte da vida de muitos moradores locais.

É importante mantermos viva a memória cultural de nossa região. Assim entendesse o desenrolar da vida na região.

Muito legal, gostaria de visitar mais vezes.

povo sem memória é povo sem rumo

É muito importante termos lembrancas marcantes do nosso passado!

É um trabalho importante e que deve ser mantido e aprimorado por seus organizadores!

Não podemos deixar apagar a memória do surgimento de uma cidade, principalmente dos moradores

Tive o privilégio de realizar/cooperar com outros colegas, de algumas etapas do processo de higienização dos documentos que compõe o acêrvo hoje existente.Deixo aqui os parabéns aos dirigentes desta Instituição (museu do Carvão) pelo grande trabalho realizado. Infelizmente não pude continuar por motivos de saúde, mas quem sabe em outra oportunidade! Um grande abraço, Edison Barisch

O Museu é muito importante p/ k noss historia nao morra!

Não conheci a história da mineração, conheci alguns mineiros , entretanto eles se lembram do período que passaram na mina, sempre refere o fato como se fosse um período importante em suas vidas.Um fato é verdade , hoje nota-se que sobrou uma região pobre com grandes efeitos negativos para a região.Sendo que preservar o patrimônio é importante para que possamos lembrar da época.

acho de extrema importancia, realmente o mais importante da cidade e é dever de todos os cidadãos, cuidar e preservar um reservatório de histórias como este

O museu do carvão conta a história de uma grande parte da sociedade jeronimense da época, é de vital importância que locais como o museu sejam parte integrante da vida cotidiana do nosso povo, integrar historia e memoria é descobrir caminhos que ainda estão escondidos, fazer a recuperação da documentação é trazer o passado à tona e começar a entender o presente deste local tão vivo e vivo.

O museu é um retrato da história e infelizmente está recebendo pouco cuidado e atenção. Se tornou um palco de eventos e seu caráter histórico e cultural está em segundo plano.

Acho importante os museus como locais que resgatam as origens de uma região, bem como de referência para pesquisas, uma alternativa de utilização destes espaços também é na promoção de eventos culturais não necessariamente na área da museologia, o que faz com que tenha uma circulação de público que mesmo sendo atraído por outro assunto, acabam por conhecer os museus e se interessando pelo que é oferecido nele.

eu acho bem importânte ,pois eu estudava no miguel colto e a professora de história nos levava seguido para ver os documentos que os mineiros (mortos) perderam....tinha as máquinas de telefones antigos e uma carta da princesa isabel.....nunca me esqueci .....gostava e gosto muito!

Tenho muito orgulho do trabalho realizado no Museu do Carvão, que mantém as nossas lembranças da época do início do Município de Arroio dos Ratos. Sempre que posso divulgo as notícias geradas por meio do Face a amigos do Brasil. Parabéns a todos! Att, Rosaura

devemos sempre preservar devido a cultura e historia de uma parte importante do RS

Acho importante...

O Museu do Carvão é um lugar muito agradável de se estar, para se passear e para se curtir atividades - principalmente (ou até somente) - culturais. Por isso, devemos preservá-lo, sempre buscando melhorias, de modo a torná-lo ainda mais agradável.

Acho muito importante, porque esse patrimônio serve como uma identificação nossa.

Acredito ser importante, além do resgate histórico este trabalho pode resgatar a autoestima do jovem que provém dessa região. Existe muitos documentos pertencentes a municipalidade que hoje estão depositados em mau estado e por isso também o trabalho de preservação presta um serviço de conscientização do poder publico.

Infelizmente nunca visitei, mas acho importante a preservação destas memórias da nossa região. Seria legal ver uma parceria muito maior das outras cidades da região carbonífera com o Museu Estadual de Arroio dos Ratos, acho melhor um centro único com uma variedade de itens maior do que cada cidade ter pequenos museus. Até porque todas elas já foram a mesma cidade e viveram a mesma história. Parabéns pelo trabalho!

É importante assegurar o que restou do nosso passado para que as próximas gerações vejam e vivam momentos de suas vidas nesses locais e tenham certeza de que não estão ouvindo uma história inventada na sala de aula.

Está ótimo, acho que as escolas deveriam fazer mais visitas e estudar mais sobre a história do Museu

A preservação de lugares históricos e principalmente da história da nossa região, é extremamente importante para nós, moradores da região, mas também para pessoas que querem conhecer um pouco mais nossa história. A ampla história da nossa região deveria ser muito mais

explorada devido sua grande importância para o estado e também para próprio conhecimento de moradores mais jovens que não tiveram a oportunidade de conhecer essa cultura local.

Importante para a o conhecimento histórico nas áreas de tecnologias energétias e sócio-ambientais, conquistas sociais e trabalhistas.

Por si só, ele é muito importante, pela história, em respeito aos mineiros e sua memória, meu pai foi mineiro, meus tios, meus primos, meu sogro, muitas pessoa ligadas a minha família, os mineiros deram suas vidas por esta terra.

Preservação da memoria e espaço cultural muito bom organizado e muito lindo

Parabéns pelos trabalhos aplicados na preservação da história cultural do museu do carvão

o patrimõnio e emportante somente para uma elite de pessoas !

Acho extremamente importante que essa preservação seja feita, pois tem uma História muito rica, e memórias que jamais devem ser esquecidas.

Preservar,Cuidar e Respeitar o Museu Estadual do Carvão,é responsabilidade de cada indivíduo que faz parte de um todo na sociedade ratense e do ambiente onde vive – e constrói,sua história junto com os demais, a história dessa sociedade,e ligando às gerações futuras, por meio,dos registros e fontes localizadas no Museu Estadual do Carvão; capazes de propiciar a compreensão da história do mineiro e pelas gerações futuras. A destruição dos bens herdados das gerações passadas acarreta o rompimento da corrente do conhecimento, levando-nos a repetir incessantemente experiências já vividas.E isso a população ratense não prioriza,a valorização de sua história. A importância da preservação dos documentos,ganha um novo foco, a consciência de que a história vai surgir o impacto sobre a sociedade carbonífera,que irá contribuir muito no entendimento do que foi a mineração em séculos passados e ao ambiente; provocado pela produção de conhecimento. A preservação e do Museu Estadual em geral,contribuem para o resgate da história da mineração que sejam capazes, no presente ou no futuro, de contribuir para a compreensão da identidade cultural da sociedade que o produziu.Valorização e Preservação sempre. `Sonia

Acho muito importante este trabalho de quem se preocupa com a preservação do patrimônio carbonífero, quem resgata esta história da mineração. A população deveria se interessar e conhecer mais esta parte histórica que existe dentro do Museu.

Ainda não tive a oportunidade de conhecer o Museu, mas espero conhecer logo :)

É importante participar do questionário, faz parte da nossa história e contribuimos para preservação do nosso patrimônio carbonífero.

Questionário muito bem elaborado, fico grata em ajudar.

É uma realização profissional trabalhar no Museu Estadual do Carvão, contribuindo na transformação e difusão de um patrimônio histórico-cultural muito importante da nossa história, em especial, dos trabalhadores e mineiros.

Um espaço de suma importância tanto para pesquisadores quanto para a comunidade, todos na minha opinião devem preservar esse espaço e cuidá-lo com carinho. Abraço

A região foi um polo importantíssimo para o desenvolvimento do Brasil, não podemos permitir que se percam informações deste período, as futuras gerações necessitam de referências. Além do que, as histórias de dificuldade, dor e sofrimento destes trabalhadores e suas famílias não devem ser esquecidas. CONHECER O PASSADO É FUNDAMENTAL PARA UM FUTURO CONSCIENTE E PRÓSPERO!!!

A importância é imensa sobre a preservação deste patrimônio e minha família fez parte desta história com anciões cabeças da família como meu tio (Porfirio Serpa Costa e meu bisavô Malaquias pereira da Silva).

Obrigado por ter recebido neste e-mail a opurtunidade de manifestar minha opinião referente ao nosso museu. Espero que pouco a pouco as pessoas parem de pensar que esses espaços são apenas de coisas velhas e que comecem a refletir sobre os mesmos. Obrigado

O Museu é para mim é muito importante ele traz uma linda história para o nosso Município e o Brasil,porque foi a primeira Usina na América Latina, e alem disso nos traz também a história dos nossos mineiros,E participo a dez anos de ensaios de corais que hoje participo do grupo Vocal CINTEGRA e os ensaios que é no auditório do MUSEU ESTADUAL DO CARVÂO ele faz parte também da minha história...

O museu do carvão é um lugar muito importante para toda a região carbonífera; não é apenas um museu, ele conta toda a história de mineração e de todos as pessoas que viveram e trabalharam na região, é um espaço de estudo e pesquisa. A prefeitura deveria valorizar mais e ajudar mais na preservação do museu. Pena que a prefeitura só se lembra do espaço pra encher os bolsos de dinheiro com a festa da melancia.

O Museu Estadual do Carvão é de suma importância para a preservação da história de nosso município e região. Não podemos deixar nossa história se dispersar e é muito bom ter um lugar para que ela fique concentrada. Quanto às ações culturais que lá acontecem, apoio todas e deveríamos ter mais ainda, pois elas movimentam esse espaço tão lindo e digno de nossa comunidade.

É um lugar maravilhoso, temos q cuidar.

APÊNDICE H – Análise dos dados do questionário virtual.

***CATEGORIA - GERAL (133)**

Esta categoria esboça o panorama geral dos participantes do questionário: cidades onde residem, idade, frequência de visitação ao Museu Estadual do Carvão, participação no processo de patrimonialização dos remanescentes do antigo complexo carbonífero e considerações livres acerca do espaço.

***CATEGORIA - FAMILIARES DE TRABALHADORES E/OU EX-TRABALHADORES NA MINERAÇÃO DE CARVÃO DA REGIÃO ESTUDADA (68)**

Esta categoria de análise foi criada a fim de verificar de maneira mais detalhada a relação dos descendentes desta comunidade de trabalho, até mesmo os próprios trabalhadores, com os remanescentes do antigo complexo carbonífero de Arroio dos Ratos. Observa-se, no entanto, que nem todos os envolvidos no processo de patrimonialização descendem de ex-trabalhadores das minas de carvão em Arroio dos Ratos, mais especificamente do antigo complexo. Devido a esta prévia constatação, o questionário procurou abranger também os descendentes daqueles que trabalharam e/ou trabalham em outras minas de carvão da região do Baixo Jacuí, que de alguma forma pudessem estar envolvidos neste processo, tanto no ato de tombamento, como ao longo da construção do sentido de patrimonialidade do local . Partindo de alguns elementos - afetividade e apropriação em relação ao local- buscou-se investigar a nível local a participação da comunidade carbonífera no processo. Esta análise dos dados busca também compreender o alcance da ideia da antiga FNPm (Fundação Nacional Pró-Memória), a qual o projeto de criação do Museu Estadual do Carvão esteve ancorado nos seus primórdios, ou seja, de que "o melhor guardião do patrimônio é a comunidade".

***CATEGORIA - NÃO TEM/TEVE FAMILIARES TRABALHADORES NA MINERAÇÃO DE CARVÃO DA REGIÃO ESTUDADA (65)**

Esta categoria presta-se a uma análise detalhada da comunidade externa à região carbonífera e das pessoas que mesmo não tendo descendentes que trabalharam e/ou trabalham nas minas de carvão do Baixo Jacuí, são moradores da região. Busca-se compreender a forma de vínculo desta categoria com o processo de patrimonialização dos remanescentes do antigo complexo carbonífero de Arroio dos Ratos e em relação às atitudes preservacionistas posteriores.

***TABELA GERAL DE ANÁLISE**

CATEGORIAS	GERAL (133)	FAMILIARES (68)	NÃO FAMILIARES (65)
MUNICÍPIO ONDE RESIDE			
Arroio dos Ratos	**43**	**32**	**11**
Butiá	**11**	**07**	**04**
Charqueadas	**42**	**16**	**26**
General Câmara	**02**	**-**	**02**
Minas do Leão	**03**	**-**	**03**
São Jerônimo	**14**	**06**	**08**
Triunfo	**-**	**-**	**-**
Outros municípios	**18***	**07**	**11**
IDADE			
Entre 15 a 20 anos	**48**	**21**	**27**
Entre 21 e 30 anos	**19**	**10**	**09**
Entre 31 e 40 anos	**35**	**18**	**17**
Entre 41 e 50 anos	**11**	**05**	**06**
Entre 51 e 60 anos	**07**	**04**	**03**
61 anos ou mais	**05**	**04**	**01**
**41 anos ou mais	**08**	**06**	**02**
VISITAÇÃO FREQUENTE AO MUSEU?			
Sim	**66**	**33**	**33**
Não	**67**	**35**	**32**
PARTICIPAÇÃO NA PATRIMONIALIZAÇÃO DOS REMANESCENTES DO ANTIGO COMPLEXO CARBONÍFERO			
1986 – 1º processo	**02**	**02**	**-**
1993 – 2º processo	**05**	**04**	**01**
FORMA DE PARTICIPAÇÃO NO PROCESSO NOS DOIS MOMENTOS			
Como membro da comunidade de Arroio dos Ratos	**03**	**03**	**-**
Como membro de outro município carbonífero	**02**	**02**	**-**
Como funcionário público a serviço do processo	**02**	**01**	**01**
SOBRE O MUSEU ESTADUAL DO CARVÃO...			
Lugar de memória da indústria do carvão	**83**	**41**	**39**
Lugar de memória dos mineiros	**83**	**42**	**38**

Lugar de pesquisa	**50**	**20**	**26**
Local para realização de eventos não necessariamente culturais	**16**	**09**	**05**
Lugar que traz recordações de tristeza e sofrimento	**10**	**05**	**04**
Lugar que faz sentir saudade do passado da mineração de carvão na região	**18**	**14**	**03**

*Foi acrescentado à soma de residentes em "outros municípios" 01 participante que respondeu ser natural de Arroio dos Ratos, mas não especificou a cidade onde reside.

**Esta classificação - 41 anos ou mais - foi feita durante o início da aplicação do questionário. Foi necessário acrescentar outras categorias de idade, a fim de não limitar a análise dos dados na categoria idade.

ANEXOS

ANEXO A – Evento Motomix com “globo da morte”, “motocross”, show de “weeling” e “free style” no complexo do Museu. Fonte: *Clipping* Jornal Arroio dos Ratos Notícias, 2ª quinzena de outubro de 2005.
Acervo do Museu Estadual do Carvão.

NOTÍCIAS
Arroio dos Ratos
2ª Quinzena de Outubro de 2005
jornaldearroio@ibest.com.br

SUCESSO ABSOLUTO A IV EDIÇÃO DO MOTOMIX DE ARROIO DOS RATOS

Contando com um público estimado em nove mil pessoas, a quarta edição do Motomix de Arroio dos Ratos alcançou um sucesso inesperado segundo os organizadores. Na avaliação dos mesmos o sucesso só não foi maior devido ao Referendo sobre o Desarmamento, o que ocasionou o cancelamento da vinda de grande número de grupos de cidades mais distantes, mas que nem mesmo este fato, causou problemas para o sucesso desta edição que trouxe além das tradicionais atrações como Globo da Morte, Motocross, Show de Weeling, uma arrepiante apresentação nunca antes vista na região, que foi o show de Free Style, onde um motociclista salta sobre uma carreta com mais de 20 metros de comprimento.

Contando com uma excelente infra-estrutura, o Motomix contou com completa praça de alimentação, área de camping, exposição de empresas e muitas outras atividades no próprio local que é belíssimo, o Museu Estadual do Carvão.

Gildo, um dos organizadores, ressaltou que um dos fatores que contribuiu muito para o sucesso deste evento, foi o forte apoio recebido da Prefeitura e da Câmara Municipal, e das empresas patrocinadoras. Também fez questão de ressaltar o enorme apoio recebido do Secretário de Obras, Serginho e equipe, que não mediram esforços no auxílio quanto a estrutura.

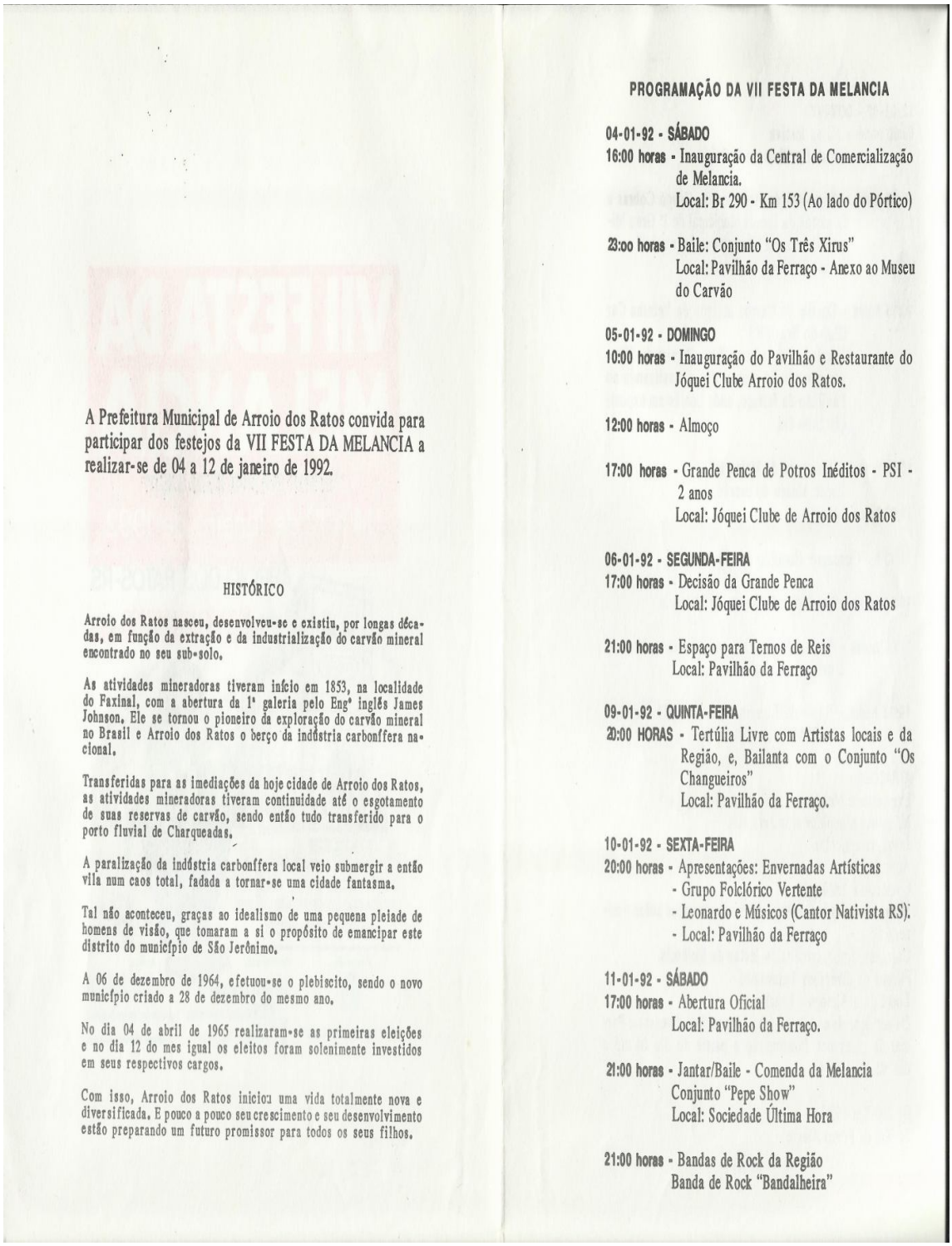
De outro lado, Gildo lembrou um fator importante que este evento produz, que é a divulgação do município, bem como o apoio ao comércio local, que também se beneficia.

Numa avaliação final, os organizadores do Motomix, acreditam que vários fatores foram corrigidos nesta edição, e que a tendência é que já no próximo ano, tenha-se um evento ainda maior e melhor elaborado, uma vez que este ano foi a primeira vez que o mesmo fez parte do Calendário de Eventos do Município.

OS ORGANIZADORES DO IV MOTOMIX, AGRADECEM A TODAS AS PESSOAS, EMPRESAS, ÓRGÃOS PÚBLICOS E COMUNIDADE EM GERAL PELO GRANDE APOIO DADO PARA QUE MAIS ESTA EDIÇÃO DESTA FESTA ALCANÇASSE O SUCESSO OBTIDO, POIS SEM O QUAL NÃO CONSEGUIRÍAMOS LEVAR A EFEITO UMA DE NOSSAS PROPOSTAS QUE É O DE DIVULGAR NÃO SOMENTE NOSSOS OBJETIVOS COMO TAMBÉM NOSSO MUNICÍPIO. NOSSO “MUITO OBRIGADO”

ANEXO B – Cavalgada da paz e acampamento jovem tradicionalista no complexo do Museu. Fonte: Fôlder do evento. Acervo do Museu Estadual do Carvão.

ANEXO C – VII Festa da Melancia no complexo do Museu e do então "Pavilhão" da empresa Ferraço, hoje prédio tombado e pertencente ao complexo do Museu Estadual do Carvão. Fonte: Fôlder do evento (interno). Página 1. Acervo do Museu Estadual do Carvão.



A Prefeitura Municipal de Arroio dos Ratos convida para participar dos festejos da VII FESTA DA MELANCIA a realizar-se de 04 a 12 de janeiro de 1992.

HISTÓRICO

Arroio dos Ratos nasceu, desenvolveu-se e existiu, por longas décadas, em função da extração e da industrialização do carvão mineral encontrado no seu sub-solo.

As atividades mineradoras tiveram início em 1853, na localidade do Faxinal, com a abertura da 1ª galeria pelo Engº inglês James Johnson. Ele se tornou o pioneiro da exploração do carvão mineral no Brasil e Arroio dos Ratos o berço da indústria carbonífera nacional.

Transferidas para as imediações da hoje cidade de Arroio dos Ratos, as atividades mineradoras tiveram continuidade até o esgotamento de suas reservas de carvão, sendo então tudo transferido para o porto fluvial de Charqueadas.

A paralização da indústria carbonífera local veio submergir a então vila num caos total, fadada a tornar-se uma cidade fantasma.

Tal não aconteceu, graças ao idealismo de uma pequena pleiade de homens de visão, que tomaram a si o propósito de emancipar este distrito do município de São Jerônimo.

A 06 de dezembro de 1964, efetuou-se o plebiscito, sendo o novo município criado a 28 de dezembro do mesmo ano.

No dia 04 de abril de 1965 realizaram-se as primeiras eleições e no dia 12 do mes igual os eleitos foram solenimente investidos em seus respectivos cargos.

Com isso, Arroio dos Ratos iniciou uma vida totalmente nova e diversificada. E pouco a pouco seu crescimento e seu desenvolvimento estão preparando um futuro promissor para todos os seus filhos.

PROGRAMAÇÃO DA VII FESTA DA MELANCIA

04-01-92 - SÁBADO

16:00 horas - Inauguração da Central de Comercialização de Melancia.
Local: Br 290 - Km 153 (Ao lado do Pórtico)

23:oo horas - Baile: Conjunto "Os Três Xirus"
Local: Pavilhão da Ferraço - Anexo ao Museu do Carvão

05-01-92 - DOMINGO

10:00 horas - Inauguração do Pavilhão e Restaurante do Jóquei Clube Arroio dos Ratos.

12:00 horas - Almoço

17:00 horas - Grande Penca de Potros Inéditos - PSI - 2 anos
Local: Jóquei Clube de Arroio dos Ratos

06-01-92 - SEGUNDA-FEIRA

17:00 horas - Decisão da Grande Penca
Local: Jóquei Clube de Arroio dos Ratos

21:00 horas - Espaço para Ternos de Reis
Local: Pavilhão da Ferraço

09-01-92 - QUINTA-FEIRA

20:00 HORAS - Tertúlia Livre com Artistas locais e da Região, e, Bailanta com o Conjunto "Os Changueiros"
Local: Pavilhão da Ferraço.

10-01-92 - SEXTA-FEIRA

20:00 horas - Apresentações: Envernadas Artísticas
- Grupo Folclórico Vertente
- Leonardo e Músicos (Cantor Nativista RS).
- Local: Pavilhão da Ferraço

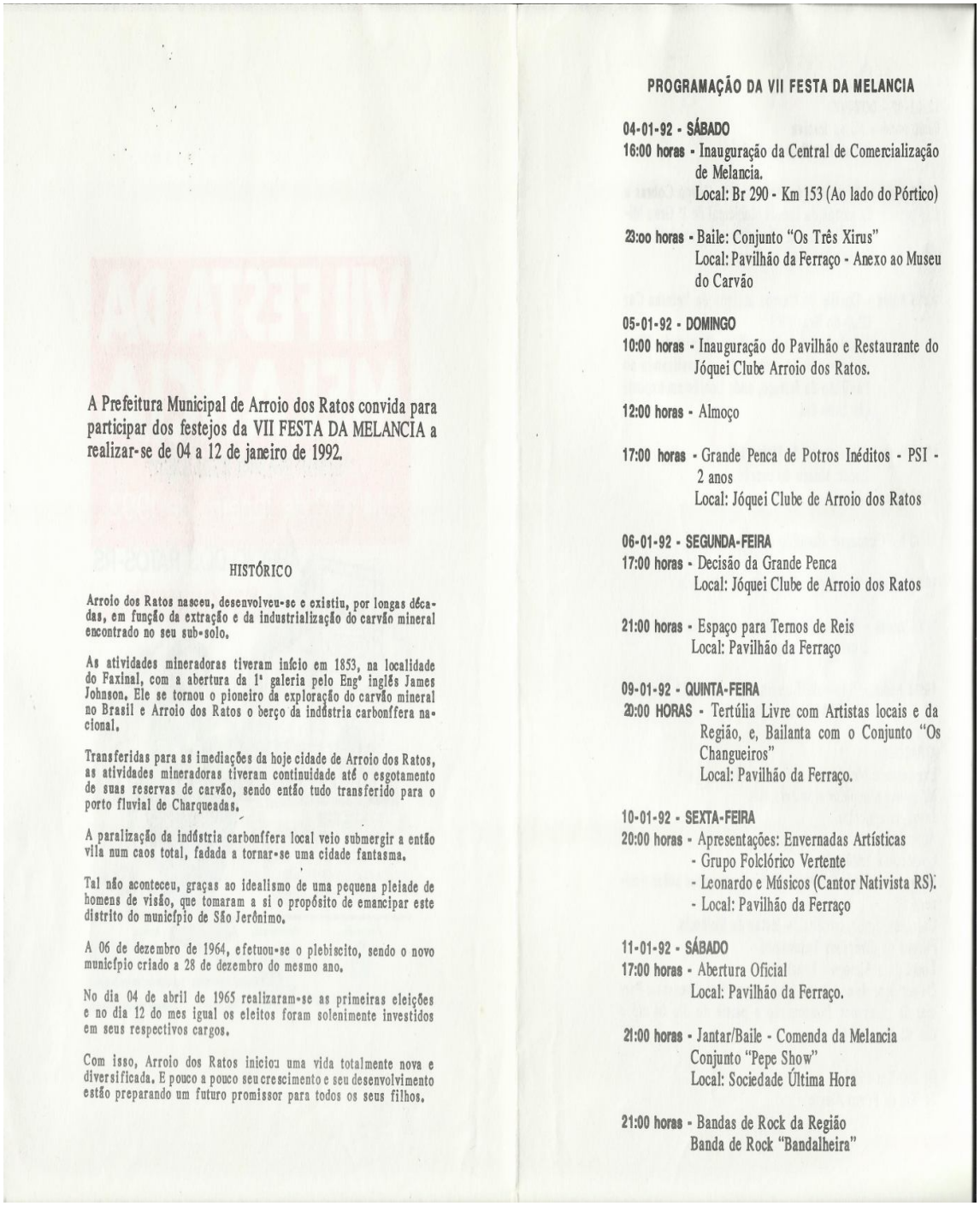
11-01-92 - SÁBADO

17:00 horas - Abertura Oficial
Local: Pavilhão da Ferraço.

21:00 horas - Jantar/Baile - Comenda da Melancia
Conjunto "Pepe Show"
Local: Sociedade Última Hora

21:00 horas - Bandas de Rock da Região
Banda de Rock "Bandalheira"

ANEXO D – VII Festa da Melancia no complexo do Museu e do então "Pavilhão" da empresa Ferraço, hoje prédio tombado e pertencente ao complexo do Museu Estadual do Carvão. Fonte: Fôlder do evento (interno). Página 2. Acervo do Museu Estadual do Carvão.



A Prefeitura Municipal de Arroio dos Ratos convida para participar dos festejos da VII FESTA DA MELANCIA a realizar-se de 04 a 12 de janeiro de 1992.

HISTÓRICO

Arroio dos Ratos nasceu, desenvolveu-se e existiu, por longas décadas, em função da extração e da industrialização do carvão mineral encontrado no seu sub-solo.

As atividades mineradoras tiveram início em 1853, na localidade do Faxinal, com a abertura da 1ª galeria pelo Engº inglês James Johnson. Ele se tornou o pioneiro da exploração do carvão mineral no Brasil e Arroio dos Ratos o berço da indústria carbonífera nacional.

Transferidas para as imediações da hoje cidade de Arroio dos Ratos, as atividades mineradoras tiveram continuidade até o esgotamento de suas reservas de carvão, sendo então tudo transferido para o porto fluvial de Charqueadas.

A paralização da indústria carbonífera local veio submergir a então vila num caos total, fadada a tornar-se uma cidade fantasma.

Tal não aconteceu, graças ao idealismo de uma pequena pleiade de homens de visão, que tomaram a si o propósito de emancipar este distrito do município de São Jerônimo.

A 06 de dezembro de 1964, efetuou-se o plebiscito, sendo o novo município criado a 28 de dezembro do mesmo ano.

No dia 04 de abril de 1965 realizaram-se as primeiras eleições e no dia 12 do mes igual os eleitos foram solenimente investidos em seus respectivos cargos.

Com isso, Arroio dos Ratos iniciou uma vida totalmente nova e diversificada. E pouco a pouco seu crescimento e seu desenvolvimento estão preparando um futuro promissor para todos os seus filhos.

PROGRAMAÇÃO DA VII FESTA DA MELANCIA

04-01-92 - SÁBADO

16:00 horas - Inauguração da Central de Comercialização de Melancia.
Local: Br 290 - Km 153 (Ao lado do Pórtico)

23:00 horas - Baile: Conjunto "Os Três Xirus"
Local: Pavilhão da Ferraço - Anexo ao Museu do Carvão

05-01-92 - DOMINGO

10:00 horas - Inauguração do Pavilhão e Restaurante do Jóquei Clube Arroio dos Ratos.

12:00 horas - Almoço

17:00 horas - Grande Penca de Potros Inéditos - PSI - 2 anos
Local: Jóquei Clube de Arroio dos Ratos

06-01-92 - SEGUNDA-FEIRA

17:00 horas - Decisão da Grande Penca
Local: Jóquei Clube de Arroio dos Ratos

21:00 horas - Espaço para Ternos de Reis
Local: Pavilhão da Ferraço

09-01-92 - QUINTA-FEIRA

20:00 HORAS - Tertúlia Livre com Artistas locais e da Região, e, Bailanta com o Conjunto "Os Changueiros"
Local: Pavilhão da Ferraço.

10-01-92 - SEXTA-FEIRA

20:00 horas - Apresentações: Envernadas Artísticas
- Grupo Folclórico Vertente
- Leonardo e Músicos (Cantor Nativista RS).
- Local: Pavilhão da Ferraço

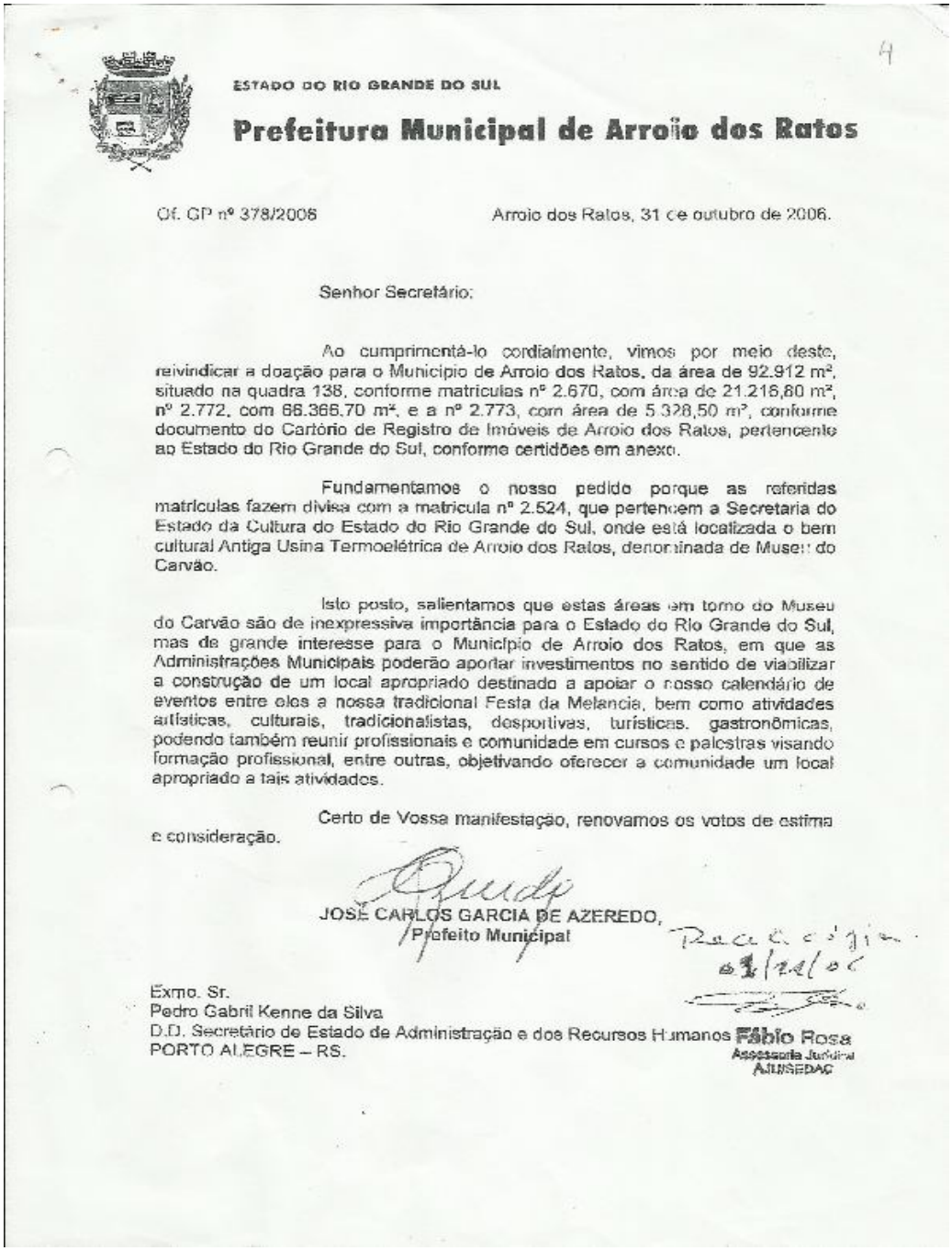
11-01-92 - SÁBADO

17:00 horas - Abertura Oficial
Local: Pavilhão da Ferraço.

21:00 horas - Jantar/Baile - Comenda da Melancia
Conjunto "Pepe Show"
Local: Sociedade Última Hora

21:00 horas - Bandas de Rock da Região
Banda de Rock "Bandalheira"

ANEXO E – Solicitação de doação de grande parte da área do complexo do Museu (92.912m²) para a Prefeitura Municipal de Arroio dos Ratos. Motivo: construção de um parque de eventos.
Fonte: Cópia do Ofício Gabinete do Prefeito – Of. GP nº 378/2006. Acervo do Museu Estadual do Carvão.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Prefeitura Municipal de Arroio dos Ratos

Of. GP nº 378/2006 — Arroio dos Ratos, 31 de outubro de 2006.

Senhor Secretário:

Ao cumprimentá-lo cordialmente, vimos por meio deste, reivindicar a doação para o Município de Arroio dos Ratos, da área de 92.912 m², situado na quadra 138, conforme matrículas nº 2.670, com área de 21.216,80 m², nº 2.772, com 66.366,70 m², e a nº 2.773, com área de 5.328,50 m², conforme documento do Cartório de Registro de Imóveis de Arroio dos Ratos, pertencente ao Estado do Rio Grande do Sul, conforme certidões em anexo.

Fundamentamos o nosso pedido porque as referidas matrículas fazem divisa com a matrícula nº 2.524, que pertencem a Secretaria do Estado da Cultura do Estado do Rio Grande do Sul, onde está localizada o bem cultural Antiga Usina Termoelétrica de Arroio dos Ratos, denominada de Museu do Carvão.

Isto posto, salientamos que estas áreas em torno do Museu do Carvão são de inexpressiva importância para o Estado do Rio Grande do Sul, mas de grande interesse para o Município de Arroio dos Ratos, em que as Administrações Municipais poderão aportar investimentos no sentido de viabilizar a construção de um local apropriado destinado a apoiar o nosso calendário de eventos entre eles a nossa tradicional Festa da Melancia, bem como atividades artísticas, culturais, tradicionalistas, desportivas, turísticas, gastronômicas, podendo também reunir profissionais e comunidade em cursos e palestras visando formação profissional, entre outras, objetivando oferecer a comunidade um local apropriado a tais atividades.

Certo de Vossa manifestação, renovamos os votos de estima e consideração.

JOSÉ CARLOS GARCIA DE AZEREDO,
Prefeito Municipal

Exmo. Sr.
Pedro Gabril Kenne da Silva
D.D. Secretário de Estado de Administração e dos Recursos Humanos
PORTO ALEGRE – RS.

Fábio Rosa
Assessoria Jurídica
AJURSEDAC

ANEXO F – Solicitação de cessão de uso do complexo do Museu (107.894,10m²) por cinco anos para a Prefeitura Municipal de Arroio dos Ratos. Motivo: construção de parque de exposição e de eventos.
Fonte: Cópia do Ofício Gabinete do Prefeito – Of. GP nº 406/2006. Acervo do Museu Estadual do Carvão.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Prefeitura Municipal de Arroio dos Ratos

Of. GP nº 406/2006 Arroio dos Ratos, 22 de novembro de 2006.

Senhor Secretário,

Ao cumprimentá-lo cordialmente, vimos através deste, solicitar a Cessão de Uso da área de 10,7 Há, e instalações prediais do Museu Estadual do Carvão localizado neste município de Arroio dos Ratos, bem como as benfeitorias que compõem o complexo, e que encontram-se ali instaladas, pelo prazo de 5 anos, renováveis automaticamente no silêncio das partes ou rescindido antecipadamente mediante interesse público.

Ressalva-se também, o interesse do município em construir na área livre do museu, portanto, fora do espaço de preservação e tombamento histórico, um parque de exposição e eventos, local especificamente registrado sob matricula do Registro de Imóveis nº 2772.

Desta forma, o município tem a intenção de recuperar e conservar a área acima mencionada, justificando-se como exposto a seguir:

- Recuperar o Museu e a história do carvão na região carbonífera;
- Criar o memorial do carvão;
- Centro de Eventos Municipais;
- Centro de treinamento para alunos;
- Projetos de restauração, envolvendo uma linha turística de via férrea com parceiros já contatados: Transurb, Incubadora Tecnológica da ULBRA, Fundação Gerdau, entre outros,
- Sediar eventos culturais municipais: Festa da Melancia, Feira do Livro, FestCarbo (Festival de Teatro), Encontro de Coros;
- Criação de um parque de exposições;
- Centro Cultural das Associações Municipais de Tradições Gaúchas;
- Desenvolver o turismo regional.

Atenciosamente,

JOÃO BATISTA RODRIGUES DE OLIVEIRA
Vice-Prefeito no exercício do cargo de Prefeito Municipal

Ilmo. Sr.
VICTOR HUGO
SECRETÁRIO DE ESTADO DA CULTURA
PORTO ALEGRE – RS

ANEXO G – Reivindicação da doação do complexo do Museu (107.894,10m²) para o Município de Arroio dos Ratos. Motivo: recuperar o Museu e construção de um parque de exposição e de eventos.
Fonte: Cópia do Ofício Gabinete do Prefeito – Of. GP nº 408/2006 – página 1. Acervo do Museu Estadual do Carvão.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Prefeitura Municipal de Arroio dos Ratos

Of. GP nº 408/2006 Arroio dos Ratos, 24 de novembro de 2006.

Excelentíssimo Senhor Governador:

Ao cumprimentá-lo cordialmente, vimos por meio deste reivindicar a doação para o Município do Arroio dos Ratos, da área total de 107.894,10 m², situado na quadra 138, conforme matrículas nº 2.670, com área de 21.216,80 m², nº 2.772, com 66.366,70 m², nº 2.524, com área de 14.982,10 m² e a nº 2.773, com área de 5.328,50 m², conforme documento do Cartório de Registro de Imóveis de Arroio dos Ratos, pertencente ao Estado do Rio Grande do Sul, conforme certidões em anexo.

Fundamentamos o nosso pedido, pois as áreas pertencem ao Estado do Rio Grande do Sul, onde está localizada o bem cultural Antiga Usina Termoelétrica de Arroio dos Ratos, denominada de Museu do Carvão.

Manifestamos, também, futuramente a possibilidade do município em construir na área livre do museu, portanto fora do espaço de preservação e tombamento histórico, um parque de exposição e eventos, local especificamente registrado sob matrícula do Registro de Imóveis nº 2772.

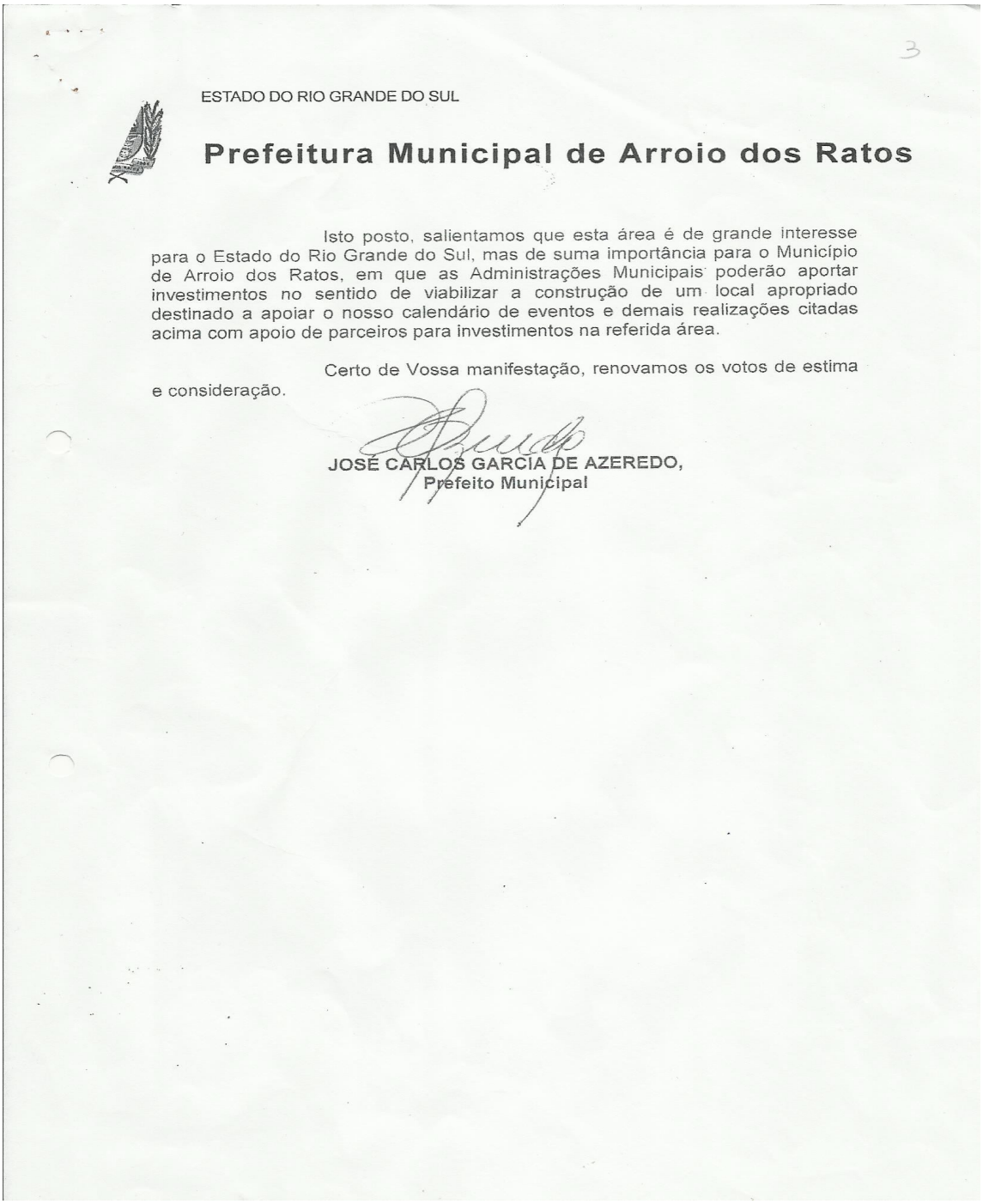
Desta forma, o município tem a intenção de recuperar e conservar a área acima mencionada, justificando-se como exposto a seguir:

- Recuperar o Museu e a história do carvão na região carbonífera;
- Criar o memorial do carvão;
- Centro de Eventos Municipais;
- Centro de treinamento para alunos;
- Projetos de restauração, envolvendo uma linha turística de via férrea com parceiros já contatados: Transurb, Incubadora Tecnológica da ULBRA, Fundação Gerdau, entre outros.
- Sediar eventos culturais municipais: Festa da Melancia, Feira do Livro, FestCarbo (Festival de Teatro), Encontro de Coros;
- Criação de um parque de exposições;
- Centro Cultural das Associações Municipais de Tradições Gaúchas;
- Desenvolver o turismo regional.

ASSESSORIA JURÍDICA SEDAC
CONFERIDO EM 24/11/06

Exmo. Sr.
GEMANO RIGOTTO
Governador do Estado do Rio Grande do Sul

ANEXO H – Reivindicação da doação do complexo do Museu (107.894,10m²) para o Município de Arroio dos Ratos. Motivo: recuperar o Museu e construção de um parque de exposição e de eventos.
Fonte: cópia do Ofício Gabinete do Prefeito – Of. GP nº 408/2006 – página 2. Acervo do Museu Estadual do Carvão.



3

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Prefeitura Municipal de Arroio dos Ratos

Isto posto, salientamos que esta área é de grande interesse para o Estado do Rio Grande do Sul, mas de suma importância para o Município de Arroio dos Ratos, em que as Administrações Municipais poderão aportar investimentos no sentido de viabilizar a construção de um local apropriado destinado a apoiar o nosso calendário de eventos e demais realizações citadas acima com apoio de parceiros para investimentos na referida área.

Certo de Vossa manifestação, renovamos os votos de estima e consideração.

JOSÉ CARLOS GARCIA DE AZEREDO,
Prefeito Municipal

ANEXO I – Caminhão da Prefeitura Municipal de Arroio dos Ratos sendo flagrado dentro do espaço do Museu no momento que despejaria resíduos.
Fonte: Fotografia realizada na manhã do dia 10 de outubro de 2014.
Acervo do Museu Estadual do Carvão.

ANEXO J – Despejo irregular de resíduos no espaço do Museu.
Fonte: Fotografia realizada na tarde do dia 10 de outubro de 2014.
Acervo do Museu Estadual do Carvão.

ANEXO L – Imagem dos resíduos deixados pela Festa da Melancia de 2012 no espaço do complexo do Museu. Existem oitenta e nove registros fotográficos semelhantes.

Fonte: Fotografia realizada na manhã do dia 13 de fevereiro de 2012. Acervo do Museu Estadual do Carvão.

ANEXO M – Imagem dos resíduos deixados pela Festa da Melancia de 2013 no espaço do complexo do Museu. Existem cento e dezesseis registros fotográficos semelhantes.

Fonte: Fotografia realizada na tarde do dia 04 de março de 2013.
Acervo do Museu Estadual do Carvão.

ANEXO N – Imagem dos resíduos deixados pela Festa da Melancia de 2014 no espaço do complexo do Museu. Existem cento e setenta registros fotográficos semelhantes.

Fonte: Fotografia realizada na tarde do dia 10 de fevereiro de 2014. Acervo do Museu Estadual do Carvão.

ANEXO O – Imagem dos resíduos provenientes da queima mal sucedida de fogos de artifício na Festa da Melancia de 2014, no espaço do complexo do Museu.
Fonte: Fotografia realizada na tarde do dia 10 de fevereiro de 2014.
Acervo do Museu Estadual do Carvão.

ANEXO P – *Clipping* Jornal Portal de Notícias – 17 de junho de 2014.

6 | REGIÃO CARBONÍFERA, TERÇA-FEIRA, **17 DE JUNHO DE 2014**
portaldenoticias@terra.com.br - (51) 3651.4041
GERAL
PORTAL DE NOTÍCIAS

O MAPA CULTURAL DA REGIÃO

Museu Estadual do Carvão: referência em museologia na região

Cauê Florisbal

Na última edição da série O Mapa Cultural da Região iremos mostrar o Museu Estadual do Carvão, de Arroio dos Ratos. A Instituição tem como objetivo a preservação do patrimônio histórico-cultural da mineração da Região Carbonífera e do Estado, através da conservação de diversos tipos de arquivos.

Fundado em março de 1986, por meio do decreto estadual nº 32.211, o museu é administrado pelo Governo do Estado do Rio Grande do Sul. O fato de ter um tema central, a história da mineração de carvão, está entre os fatores que fazem do Museu Estadual do Carvão uma referência em museologia na Região Carbonífera.

O Museu é tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico do Estado (IPHAE) desde 1985, quando foi tombado o prédio da antiga Usina Termoelétrica. O entorno da antiga usina também foi tombado, mas em 1993.

Projeto de revitalização

Em 2011, iniciou o processo de revitalização da Instituição. A sede administrativa da antiga Companhia de Estradas de Ferro e Minas São Jerônimo (CEF & MSJ) e o prédio do antigo laboratório de análises são os setores já restaurados. A Casa Amarela, prédio antigo localizado ao lado do laboratório, está na fase de conclusão do restauro que deverá ser concluída nos próximos meses.

A revitalização da entrada do Poço I e a manutenção das ruínas também fazem parte do projeto de revitalização. Segundo Alexandro Witkowski, historiador do Museu, a conservação das ruínas é uma forma de manter a originalidade do local.

Higienização de documentos

Em 2013 a Secretaria Estadual de Cultura e a Copelmi assinaram um termo de doação de R$ 152 mil e de documentos antigos ao Museu do Carvão, para a criação do arquivo histórico da Instituição. Estes documentos estão sendo higienizados no prédio do arquivo histórico (antigo laboratório de análises), que oferece melhor estrutura de trabalho.

Projeto Uma Luz no Fim do Túnel

O Museu Estadual do Carvão realizou, em sete edições, o Projeto Uma Luz no Fim do Túnel. O projeto busca preservar a história e memória de quem construiu a Região Carbonífera, atuando no restauro de documentos do antigo CADEM, atual Copelmi.

CAUÊ FLORISBAL

Documentos do antigo CADEM, que contam a história da mineração na Região Carbonífera, passam por processo de higienização (acima). Ao lado, o Poço I e a Usina Termoelétrica, na década de 1930

Calendário Histórico da Região Carbonífera

Benedito Veit

17/06/2002 - O Lions Clube de São Jerônimo foi declarado de utilidade pública pelo Legislativo Municipal.
17/06/2006 - Foi inaugurada a APAE de São Jerônimo.
17/06/2011 - No Clube do Comércio iniciou o Festival Vozes do Jacuí, sendo vencedora a música "O mouro da orelha atorada".
19/06/1982 - Foi autorizado o funcionamento da Escola Municipal de Ensino Fundamental Olavo José Rada, na zona rural de São Jerônimo.
20/06/1973 - Foi inaugurada a ponte ligando Charqueadas a Porto Alegre, pela RS 105, hoje RS 401, com 384 metros de extensão.
20/06/2009 - A Escola Eva Alves Pereira, de Morrinhos, estreou a sua invernada artística.
21/06/1961 - Foi inaugurada a Escola Thomas Alva Edison
21/06/1997 - Saiu a Última edição do Jornal Regional, de n.º 12.
21/06/1999 - Pela Lei Complementar n.º 11.340, São Jerônimo passa a fazer parte da Região Metropolitana.
22/06/1999 - No Teatro São Pedro, o jeronimense Plauto Cruz lançou o seu primeiro CD, pelos seus 55 anos de carreira.
23/06/2004 - Foi lançado o livro "São Jerônimo 50 Anos Gerando Energia e Desenvolvimento", pela CGTEE.
23/06/2006 - Sylas Silveira recebe a Ordem de Rio Branco pelos serviços prestados às vítimas dos desastres naturais ocorridos no Sri-Lanka e Paquistão.

Recordar

ANOS 1930 - O presídio municipal de São Jerônimo (E) e o prédio da Intendência, na década de 1930. *Acervo Claudio Rollo.*

ANEXO Q – *Clipping* Jornal Portal de Notícias – 14 de novembro de 2013.

ZOMER MÓVEIS
Exclusividade ao seu estilo

portaldenoticias.com.br
PORTAL DE NOTÍCIAS

Final de semana de ofertas
BONATO
PÁGINA 9

ANO 15 * Nº 643 * REGIÃO CARBONÍFERA, QUINTA-FEIRA, 14 DE NOVEMBRO DE 2013 * R$ 1,50

COI CENTRO ODONTOLÓGICO INTEGRADO
Implantes Dentários
51 - 3658.3377 - 99946808 Acesse: www.coicharqueadas.com.br

Análises Clínicas: a diferença entre perder ou salvar uma vida.
CLINITEST

PET STOP
3658.2425
Mantenha seu PET sempre limpinho!
Pacote de banho 15% de desconto
Plantão Veterinário 99445887

CHARQUEADAS

Câmara reduz período de recesso para 45 dias

Pagamento de extraordinárias e criação da Tribuna Livre seguem em estudo *PÁGINA 6*

SPLASH É PURA DIVERSÃO!
Piscinas em até 24X
Av. Perimetral Norte, 12, em frente a AFAÇO - (51) 3658.5065

A SUA PISCINA!
iGUi CHARQUEADAS
Completa e instalada em até: 36X
Endereço: ERS 401, nº 12 (51)3658-3508

RETROCAM
LOCAÇÕES, ARGILA, SAIBRO, AREIA E BRITA
PERFURATRIZ PARA MICRO ESTACA
FONES: 51 3658.4200, 3658.1262, e 9901.3468
Acesse: www.manoellimaconstrucao.com.br

PARA PESQUISA

Museu do Carvão recebe recursos para preservação de documentos históricos PÁGINA 3

8 | REGIONAL
Chuvas trazem velhos problemas à tona

7| GENERAL CÂMARA
MP e Câmara apuram obras irregulares no camping da Cachoeirinha

Charqueadas: Fone:(51) 3658.4617
Tchê FARMÁCIAS
Bem é estar contigo.
Viva seu dia!
GEROVITAL
MAIS ENERGIA E DISPOSIÇÃO

Venha comemorar nosso aniversário!!
Dia 23/Nov.
VÉRTICE 9 ANOS
*Sorteio de brindes durante o dia inteiro
*Música ao vivo a partir das 17 horas
Venha escolher um óculos da Mormaii e tirar uma foto com ele, quem tiver a foto mais curtida ganhará o óculos!!
Solar Shopping 3658.7334

NOVA LOJA
Farmácias Florata
MANIPULAÇÃO & DROGARIA
Agora em São Jerônimo
Conheça nossa nova loja e aproveite as ofertas de inauguração durante o mês de novembro!
Farmácias Florata

ANEXO R – *Clipping* Jornal Portal de Notícias – 13 de janeiro de 2014.

ISAÍAS isaiasklein@yahoo.com.br

PORTAL DE NOTÍCIAS
SGR MARTINS COMUNICAÇÃO
Rua Cel. Soares de Carvalho, 580 • 2.º Andar
96700-000 - São Jerônimo-RS
CNPJ: 05.348.613/0001-38

Redação: (51) 3651.4041
Comercial: Susana Martins - (51) 8401.2024
Repres. P. Alegre: ADJORI-RS - (51) 3226.6466
E-mail: portaldenoticias@terra.com.br
MSN: jornalportal@terra.com.br
Impressão: Jornal do Povo • Cachoeira do Sul

CIRCULAÇÃO BISSEMANAL
ÀS TERÇAS E SEXTAS
NAS CIDADES DE CHARQUEADAS - SÃO JERÔNIMO
ARROIO DOS RATOS - BUTIÁ

Ponto de Vista

Marcos Essvein
marcosessvein@hotmail.com
(51) 8401.2309

A coluna mais democrática do jornalismo regional

Patrimônio histórico e justiça I

Surtiram efeitos os apelos e a insatisfação da direção do Museu Estadual do Carvão. Em decisão apoiada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado - IPHAE/RS, Secretaria de Estado da Cultura, Sistema Estadual de Museus e Prefeitura de Arroio dos Ratos, o evento de som automotivo que aconteceria no estacionamento do Museu, no dia 2, foi transferido para o Lago Municipal Hélio Menezes Chagas Teles.

"É preciso registrar o esforço de todos os envolvidos no objetivo de resguardar o acervo do Museu do Carvão. Em especial os apoios da Dra. Ana Maria Moreira Marchesan e Dra. Ana Luiza Domingues de Souza Leal, da Promotoria de Justiça Especializada de São Jerônimo", revelou o site especializado em patrimônio defender.org.br.

Patrimônio histórico e justiça II

Entre muitos outros, Alexsandro Witkowski é um dos grandes responsáveis pela salvaguarda da história da mineração na Região Carbonífera. Quando assumiu a direção do Museu Estadual do Carvão, iniciou mudanças e o tratamento e organização dos documentos do acervo da Copelmi, que, não fosse a sua intervenção, acabariam destruídos.

Esta semana, ao tomar conhecimento do evento de som automotivo que seria realizado no estacionamento do Museu, colocando em risco o patrimônio histórico da região, Alexsandro assumiu e demonstrou sua responsabilidade, conseguindo que o evento fosse transferido de local.

Segurança

O que está faltando para a Secretaria de Segurança Pública (SSP) assinar o convênio com a prefeitura de São Jerônimo e colocar em funcionamento a central de monitoramento das câmeras instaladas no centro? Acabar o veraneio? Acontecer um crime mais grave do que os que já ocorreram? Levarem as câmeras e acabar com o problema do convênio?

Onde estão nosso Legislativo e Executivo que não cobram

Crédito

O Banco do Brasil reabriu, na segunda-feira, uma linha de crédito voltada para micro e pequenas empresas pagarem impostos tradicionais de início do ano. O foco do produto são grupos com faturamento de até R$ 3,6 milhões por ano. No ano passado, 32 mil empresas recorreram a esta modalidade de financiamento que somou em torno de R$ 1 bilhão

Rótulos

A partir de julho de 2014 a indústria deverá informar no rótulo das bebidas não alcoólicas o percentual de polpa da fruta ou suco utilizado nos ingredientes. A regra foi determinada pelo pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa).

PT de São Jerônimo

O Partido dos Trabalhadores (PT) de São Jerônimo realiza a próxima segunda-feira, 3, as 17 horas, na Câmara de Vereadores, a posse do presidente eleito, Fabiano Rolim, e definição da nova Executiva Mu-

ANEXO S – *Clipping* Jornal Portal de Notícias – 28 de janeiro de 2014.

PORTAL DE NOTÍCIAS

SGR MARTINS COMUNICAÇÃO

Rua Cel. Soares de Carvalho, 590 - 2.º Andar
96700-000 - São Jerônimo-RS
CNPJ: 05.348.613/0001-38

Redação: (51) 3651.4041
Comercial: Susana Martins - (51) 8401.2024
Repres. P. Alegre: ADJORI-RS - (51) 3226.6466
E-mail: portaldenoticias@terra.com.br
MSN: jornalportal@terra.com.br
Impressão: Jornal do Povo - Cachoeira do Sul

CIRCULAÇÃO BISSEMANAL
ÀS TERÇAS E SEXTAS
NAS CIDADES DE CHARQUEADAS - SÃO JERÔNIMO
ARROIO DOS RATOS - BUTIÁ
GENERAL CÂMARA - MINAS DO LEÃO - TRIUNFO

RECEBIMENTO DE MATERIAL:
SEGUNDAS E QUARTAS ATÉ AS 12 HORAS

Portal de Notícias não se responsabiliza
por conceitos emitidos em artigos assinados

municípios.

Pilger é um dos nomes do PT de São Jerônimo cotados para concorrer à prefeitura caso haja uma eleição suplementar. Segundo uma liderança petista local, aliás, Pilger seria "o único nome do PT", mas o vereador Luis Henrique Severo também aspira à vaga.

CEEE

Os anunciados investimentos e melhorias que a CEEE fez na cidade de São Jerônimo são bem-vindos, mas a companhia deixa a desejar nas redes de distribuição da cidade. Na semana passada, com o aumento do consumo devido ao calor, pelo menos dois transformadores no centro da cidade sofreram avarias e o tempo de atendimento aos chamados estava em quase três horas. Ou seja, prejuízo para os estabelecimentos comerciais e para a população em geral.

E estes problemas não ocorrem somente em São Jerônimo. As demais cidades da região também registram falhas na distribuição de energia quando o consumo aumenta.

Não estaria na hora da companhia promover estudos para adequar as redes à alta do consumo?

Som no Museu

Quem gosta de som automotivo tem todo o direito de expressar esta preferência e isso deve ser respeitado. Porém, assim como determinadas atividades têm locais próprios para serem realizadas, como corridas de automóveis e outras, um local apropriado para as competições e eventos de som automotivo deveria ser pensado. Esta semana, instalou-se a polêmica em Arroio dos Ratos porque uma produtora resolveu fazer um encontro no estacionamento do Museu do Carvão. Todos têm suas razões, mas as da equipe do Museu me parecem bem convincentes (ver matéria na contracapa) para que este evento não seja realizado ali. Alguns poderão pensar que é preconceito contra o som automotivo, outros que o Museu está exagerando, ou até que o assunto é irrelevante. Mas na verdade todos querem seu espaço.

ANEXO T – *Clipping* do Jornal Portal de Notícias – 28 de janeiro de 2014.

portaldenoticias.com.br
PORTAL DE NOTÍCIAS
ANO 15 * Nº 661 * REGIÃO CARBONÍFERA, TERÇA-FEIRA, 28 DE JANEIRO DE 2014

ARROIO DOS RATOS

Evento de som automotivo provoca polêmica

Ruído provocado por carros com equipamentos potentes pode danificar estruturas do Museu do Carvão

Marcos Essvein

Um evento voltado ao público que gosta de som automotivo, programado para acontecer no próximo final de semana no estacionamento do Museu Estadual do Carvão, em Arroio dos Ratos, está provocando uma grande discussão no município, especialmente por meio das redes sociais.

De um lado, a equipe do Museu e seus apoiadores, que são contrários à realização do evento nas proximidades da área, que está dentro de uma Zona de Proteção Ambiental Rigorosa (ZPAR), instituída por uma lei municipal no ano de 1989. De outro, os organizadores do evento, que pretendem reunir carros e motos rebaixados, além de lojas e equipes de som automotivo.

Área de proteção

Segundo a historiadora Tassiane Freitas, O Museu Estadual do Carvão é uma área pública de proteção ao patrimônio histórico, instalado junto aos prédios que abrigaram a primeira Usina Termoelétrica do Brasil e as ruínas do Poço 1 da região, cuja abertura data do início do século XX. É espaço essencial para entender a história dos trabalhadores do Brasil e em especial a dos mineiros de carvão.

- Certamente não é espaço para eventos desse gênero ainda mais por representarem ameaças potenciais (pelas intensas vibrações provocadas) às estruturas que se encontram assentadas sobre um solo oco deixado pela mineração de carvão naquele espaço - revela a historiadora.

Segundo o diretor do Museu, Alexandro Witkowski, o som muito alto pode causar sérios prejuízos ao patrimônio histórico do local.

- Estudos científicos apontam que o som alto abusivo, ou seja, elevados índices da frequência sonora, quando entra em ressonância com as paredes provoca rachaduras. E dependendo da frequência e altura do som, isso pode acarretar em sérios abalos nas estruturas - revela Witkowski.

Ainda segundo Witkowski, está em andamento um projeto de restauração das estruturas arquitetônicas do complexo do Museu Estadual do Carvão e de desenvolvimento de projetos culturais, através de acordo de cooperação técnica entre a Secretaria de Estado da Cultura, por intermédio do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado e do Museu Estadual do Carvão, e a Copelmi Mineração. Além disso, o projeto "Uma Luz no Fim do Túnel" em parceria com a sociedade civil organizada e a Copelmi Mineração está realizando a higienização básica e organização preliminar da documentação histórica sobre a mineração carbonífera.

Contrapontos

Até o fechamento desta edição, a organização do evento não se manifestou sobre o caso.

A prefeitura de Arroio dos Ratos, por meio da assessoria de imprensa, emitiu um comunicado a respeito do evento (quadro).

Comunicado

Com relação ao evento "1ª Carbo Fest Car" a ser realizado no dia 02 de fevereiro, a Prefeitura Municipal de Arroio dos Ratos tem a informar:

A) Foi protocolado requerimento no dia 21 de janeiro, por Elite Produtora, pessoa jurídica de direito privado, solicitando autorização para realização de evento de som automotivo;

B) O referido evento foi autorizado pelo Poder Público Municipal para realização na área localizada em frente ao Museu Estadual do Carvão, mediante o cumprimento de regras estabelecidas e comunicadas por ofício ao requerente, sendo elas:

1) Observância das normas de conduta social, ou seja, de que não deve haver o consumo de bebidas alcoólicas por menores de idade;

2) Os aparelhos de som automotivos, quando utilizados, devem ser posicionados dirigindo-se o som para o lado contrário da cidade e das ruínas do Museu Estadual do Carvão;

3) Os limites de estacionamento serão os mesmos do município, não devendo ser estacionados veículos no passeio público ou no interior do Museu Estadual do Carvão;

4) Recolhimento de todo o resíduo (lixo) após o término do evento;

5) Deverá ser comunicada à Brigada Militar, o inteiro teor deste ofício bem como o horário de início, das 10h e de término, às 19h do mesmo dia 02 de fevereiro.

MARCOS ESSVEIN

Direção do Museu está preocupada com os danos que o som alto pode provocar nas ruínas

Entrevista: Alexandro Witkowski
Diretor do Museu Estadual do Carvão

Portal de Notícias - Quais os prejuízos que o som muito alto poderia causar ao patrimônio histórico?

Alexandro Witkowski - O som alto (poluição sonora) pode causar sérios danos ao patrimônio histórico-cultural, especialmente aos remanescentes da Usina Termoelétrica e Poço 1 devido aos efeitos vibratórios prejudicais a estes. Estudos científicos apontam que o som alto abusivo, ou seja, elevados índices da frequência sonora, quando entra em ressonância com as paredes provoca rachaduras. E dependendo da frequência e altura do som, isso pode acarretar em sérios abalos nas estruturas. E como os prédios já se encontrem danificados pela ação do tempo (ruínas do "frontão", caldeiras, chaminé, resfriador, Poço 1 e galerias do subsolo), a poluição sonora pode causar danos ainda mais sérios, inclusive colocando em risco a integridade dos remanescentes (estruturas arquitetônicas) e a segurança do público e funcionários do Museu.

PN - Que medidas a instituição está tomando para evitar a realização do evento?

Alexandro - O Museu Estadual do Carvão já está tomando as medidas cabíveis para evitar a realização do referido evento no estacionamento em frente ao museu. Acionamos o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado (IPHAE/RS) e a Assessoria Jurídica da Secretaria de Estado da Cultura (SEDAC/RS) para que, cientes do fato, acionem os meios legais para a proteção do espaço que é tombado, conforme legislação específica (municipal e estadual). Também solicitamos esclarecimentos ao Departamento do Meio Ambiente (DEMA) e à Prefeitura Municipal de Arroio dos Ratos a respeito da autorização do evento sem prévia comunicação à direção do Museu.

PN - Algumas considerações sobre o caso?

Alexandro - Lamentamos que o Museu não tenha sido comunicado oficialmente pela prefeitura e pelos organizadores do evento. Poderíamos esclarecê-los a respeito dos impeditivos para a realização do evento no entorno do Museu (ZPAR - Zona de Proteção Ambiental Rigorosa, conforme Lei Municipal nº 646/89), assim outro local adequado seria escolhido e a polêmica evitada. No entanto, devido a este "ruído de comunicação", agradecemos o espaço para esclarecer às comunidades sobre a preservação do patrimônio histórico-cultural. E agradecemos o apoio que estamos recebendo de grupos sociais da comunidade da Região Carbonífera do Baixo Jacuí e da sociedade civil organizada do Estado e do Brasil.

O Museu Estadual do Carvão é uma área pública de proteção ao patrimônio histórico, instalado junto aos prédios e ruínas que abrigaram a primeira Usina Termoelétrica movida a carvão mineral do país (1924) e o Poço 1 ou Poço Fraternidade, cuja abertura data do início do século XX (1907-08). É espaço essencial para entender a história dos trabalhadores, em especial a dos mineiros de carvão.

É preciso ampliar a noção de patrimônio cultural. No passado não muito distante, infelizmente, eventos similares contribuíram para a degradação dos bens culturais do Museu Estadual do Carvão, pois os prédios e ruínas ficam ameaçados com a forte vibração provocada pela poluição sonora.

Museu é um espaço reflexivo, de comunicação, preservação e pesquisa, cultural e educativo, de memória e identidade. Não é espaço para eventos desse gênero.